


IPAD

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
INDICATIVO DE ANGOLA 2004 – 2006**

Relatório Final

29 de Setembro de 2006





**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
INDICATIVO DE ANGOLA 2004 – 2006**

Relatório Final

- Versão Definitiva -

29 de Setembro de 2006

| <i>CONTEÚDO</i> | <i>PÁGINA</i> |
|--|---------------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | iii |
| ACRÓNIMOS | ix |
| I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO | 1 |
| I.1. Propósito e Objectivos | 1 |
| I.2. Âmbito | 2 |
| I.3. Limitações | 2 |
| II. CONTEXTO ANGOLANO | 4 |
| II.1. Enquadramento Político, Económico e Social | 4 |
| II.2. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio | 6 |
| II.3. Política de Desenvolvimento Nacional | 6 |
| III. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA | 8 |
| III.1. Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento | 8 |
| III.2. Modelo Português de Cooperação para o Desenvolvimento | 8 |
| III.3. Cooperação Portuguesa em Angola | 9 |
| III.4. Contexto Internacional | 11 |
| IV. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO | 12 |
| IV.1. Estratégias e Instrumentos de Planeamento | 12 |
| IV.2. Execução e Acompanhamento | 14 |
| IV.3. Eixos Prioritários | 16 |
| V. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO | 22 |
| V.1. Programação, Planeamento e Acompanhamento | 22 |
| V.2. Critérios de Avaliação | 24 |
| V.3. "3 C" | 29 |
| V.4. Questões Transversais | 32 |
| VI. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS | 33 |
| VI.1. Programação e Orçamentação | 33 |
| VI.2. Execução, Acompanhamento e Avaliação | 35 |
| VI.3. Relevância e Adequação da Programação | 36 |
| VI.4. Articulação entre Actores da CP em Angola | 37 |
| VI.5. Articulação com Outros Doadores | 38 |
| VI.6. Recursos | 38 |
| VI.7. Resultados e Sustentabilidade | 40 |
| VII. RECOMENDAÇÕES | 42 |
| VII.1. Programação e Orçamentação | 42 |
| VII.2. Execução, Acompanhamento e Avaliação | 45 |
| VII.3. Relevância e Adequação da Programação | 47 |
| VII.4. Articulação entre Actores da CP em Angola | 50 |
| VII.5. Articulação com Outros Doadores | 52 |
| VII.6. Recursos | 53 |
| VII.7. Resultados e Sustentabilidade | 54 |
| ANEXOS | 55 |
| Anexo A - Termos de Referência | 56 |
| Anexo B - Metodologia e Equipa de Avaliação | 63 |
| Anexo C - Pessoas e Entidades Consultadas - Entrevistas e <i>Workshops</i> | 67 |
| Anexo D - Bibliografia e Documentação Consultada | 70 |
| Anexo E - Angola <i>Data Profile</i> | 73 |
| Anexo F - Estratégia de Combate à Pobreza | 74 |
| Anexo G - Estratégia da Cooperação Portuguesa - 1999 e 2005 | 83 |
| Anexo H - Modelo de Relacionamento dos Actores de Cooperação Portugal - Angola | 85 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Anexo I - | APD de Portugal em Angola | 87 |
| Anexo J - | Doadores de APD em Angola | 89 |
| Anexo K - | Modelo de Acompanhamento dos Planos Anuais de Cooperação e Projectos | 92 |
| Anexo L - | Composição dos Eixos dos PAC 2004-2006 (valores orçamentados) | 93 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

AVALIAÇÃO

O presente relatório consubstancia a **avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) de Angola relativo ao período 2004-2006 e dos respectivos Planos Anuais de Cooperação (PAC)**, realizada pela BDO & Associados, SROC, nos termos da consulta prévia realizada pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

A avaliação tem como principal **propósito** contribuir para a programação subsequente, na medida em que identifique oportunidades de melhoria de métodos, procedimentos e programas em intervenções futuras. Tem por **objectivos**: (i) analisar o processo de construção do PIC, tendo por base as estratégias de Angola nos sectores nele identificados e os compromissos assumidos por Portugal em termos dos ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio); (ii) analisar a operacionalização dos PAC, de modo a apreciar os critérios de relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e resultados; e (iii) formular recomendações e lições aprendidas, por forma a tornar a Cooperação Portuguesa (CP) em Angola mais coerente, eficaz, eficiente, sustentável e orientada para resultados.

CONTEXTO NACIONAL DE ANGOLA

Angola encontra-se numa fase de **consolidação da paz** (após três décadas de **guerra civil**, que produziu efeitos devastadores no país) e de notável **florescimento económico** (com taxas de crescimento previstas na ordem dos 20-30% ao ano), em grande parte impulsionado pela transição de um sistema económico de propriedade pública para um regime democrático e para uma economia de mercado. O **sector petrolífero** é o principal propulsor desse crescimento, correspondendo a mais de 45% do PIB e a 90% das exportações.

Apesar disso, Angola continua a ser um dos países com menor Índice de Desenvolvimento Humano a nível mundial, estimando-se que a **pobreza atinja 68% da população**, com insuficiências graves em domínios variados (alimentação, saúde, educação, emprego e infra-estruturas básicas). Neste contexto, foi delineada pelo governo angolano a **Estratégia de Combate à Pobreza (ECP)**, em consonância com os ODM, para o horizonte temporal 2003-2015 e que estabelece como **meta global** a redução da incidência da pobreza para metade, através da actuação em **dez áreas de intervenção prioritária**.

A cooperação institucional entre Portugal e Angola, a nível bilateral, desenvolve-se no quadro de PIC, consubstanciados em PAC. Para a execução do PIC 2004-2006 foi definido um quadro financeiro correspondente a **48 milhões de euros**.

CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

O documento de "Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa" prevê diversas medidas de melhoria no contexto da CP, que visam dar resposta a muitas das dificuldades e problemas detectados na presente avaliação.

1. Programação e Orçamentação

Os **PIC** e **PAC** não respondem às necessidades, na medida em que não são construídos de forma a permitir que a jusante se realize um efectivo e eficaz acompanhamento das acções encetadas, assente na gestão centrada nos resultados. Isto porque não contemplam a definição, de forma temporalizada e quantificada, dos objectivos e resultados a alcançar e respectivos indicadores, além de não incorporarem as **questões transversais**¹. Em termos de **orçamentação**, o instrumento existente (PO5) não garante, aos projectos plurianuais, o compromisso financeiro para além de um ano.

¹ A igualdade de género, a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, os grupos vulneráveis, a boa governação e a participação da sociedade civil.

No que respeita ao **processo de programação e planeamento**, a definição e aprovação do PIC e dos PAC em Angola apresenta deficiências nas fases de identificação de necessidades, de planeamento, de análise e selecção dos projectos, de negociação e de aprovação. Esta situação deve-se, entre outras razões, a insuficiências ao nível da aplicação de critérios de análise e selecção de projectos, da definição de objectivos específicos e mensuráveis e de indicadores, do envolvimento da totalidade dos agentes da CP, da sequência das fases de aprovação do PAC e análise dos respectivos projectos e do arranque da execução no início de cada ano civil.

2. Execução, Acompanhamento e Avaliação

A **informação disponível sobre a execução dos projectos** é insatisfatória por motivos diversos (dificuldades de comparabilidade dos dados financeiros, deficiente organização dos arquivos, indisponibilidade de indicadores de progresso, etc.). Por outro lado, os dados relativos aos projectos em termos específicos e à CP em Angola em termos genéricos, não são partilhados ou disponibilizados a todos os actores da CP e ao público em geral.

Na **execução dos projectos**, são de salientar as condicionantes relacionadas com: (i) o sistema de aprovação de verbas e o elevado grau de burocracia dos procedimentos instituídos, que conduzem à redução dos períodos de execução; (ii) a ausência de práticas de monitorização sistemática das actividades planeadas e dos objectivos a alcançar; e (iii) o sistema de financiamento dos projectos, que se revela como factor constrangedor, uma vez que a disponibilização das verbas é efectuada contra apresentação das despesas.

O **sistema de acompanhamento dos projectos** revela-se inadequado, dado não estarem definidos instrumentos de acompanhamento padronizados (quanto ao seu conteúdo e periodicidade), não existirem procedimentos e instrumentos normalizados e estruturados e não ser realizado um acompanhamento efectivo dos projectos e acções no terreno. A informação produzida diariamente neste âmbito não é devidamente salvaguardada, perdendo-se assim o acesso a dados históricos, que são essenciais no âmbito do processo de avaliação.

3. Relevância e Adequação da Programação

Em termos globais, a CP e os seus instrumentos PIC e PAC de 2004 a 2006 são **coerentes** com as políticas, estratégias e opções de desenvolvimento angolanas, pecando essencialmente na sua **relevância** pela falta de clareza nas suas opções estratégicas. Neste contexto, refira-se que: (i) não existe evidência da hierarquização de prioridades e de uma metodologia pragmática de identificação das necessidades nas áreas de intervenção identificadas como prioritárias no PIC; e (ii) a relevância da CP com Angola é prejudicada por alguma dispersão e, principalmente, pela falta de uma ênfase clara nos objectivos a atingir e por um inadequado diagnóstico do nível real do grau de capacitação do Estado e dos seus funcionários a todos os níveis.

4. Articulação entre Actores da CP em Angola

Denota-se uma fraca articulação e comunicação entre os **interlocutores** portugueses e angolanos, que transparece no facto de não se mostrarem alinhados quanto à apreciação da sua forma de interacção, e entre as próprias entidades angolanas, na medida em que o MIREX não consegue assumir de facto o seu papel de coordenador. Por outro lado, apesar do IPAD ser o **interlocutor preferencial** da CP, tal não é claramente percebido pelos actores angolanos.

Os **mecanismos de coordenação** entre os diversos interlocutores portugueses da CP são também insatisfatórios, designadamente entre os ministérios sectoriais. Não existe uma sólida concertação estratégica e instrumental, o que condiciona o desempenho do IPAD enquanto órgão financiador, coordenador e zelador do acompanhamento da CP. Também no terreno a coordenação é incipiente, por escassez de recursos humanos na Embaixada de Portugal em Angola.

No que concerne à **sociedade civil**, é insuficiente a articulação entre as autoridades angolanas e as ONGD em Angola.

5. Articulação com Outros Doadores

É fraca a **articulação com os restantes doadores internacionais**, tanto no contexto bilateral como multilateral, em termos de planeamento, execução e acompanhamento, em parte devido à falta de capacidade de resposta do IPAD e da Embaixada de Portugal em Angola.

6. Recursos

A **eficiência na utilização dos recursos** na CP em Angola enfrenta alguns constrangimentos, no âmbito da contenção de custos, do aproveitamento do potencial humano existente, da partilha de *know-how* e do suporte tecnológico para disponibilização da informação. No que respeita à **disponibilização de recursos financeiros**, o sistema adoptado não facilita a execução dos projectos, pela burocracia associada à aprovação de verbas do próprio ano e dos saldos transitados.

Os **recursos disponíveis** na CP em Angola são insuficientes, com destaque para as seguintes situações: (i) os recursos humanos no terreno não permitem garantir o pleno desempenho das funções de acompanhamento dos projectos e de coordenação com as entidades multilaterais e bilaterais; (ii) as metodologias e instrumentos utilizados na concepção e monitorização e acompanhamento de projectos são escassos; e (iii) os ministérios sectoriais angolanos apresentam carências ao nível de competências para a realização do levantamento e análise das próprias necessidades.

7. Resultados e Sustentabilidade

A **análise dos resultados alcançados** é efectuada pelos actores portugueses essencialmente em termos empíricos e qualitativos, uma vez que se procura acompanhar os efeitos obtidos através de acções de acompanhamento no terreno e com recurso a alguns indicadores de esforço. Na prática, não é possível proceder a uma avaliação objectiva dos efeitos e resultados obtidos, pelo facto de não existirem dados concretos que a suportem (objectivos específicos e indicadores).

No que concerne à **garantia da sustentabilidade** das intervenções da CP em Angola, os bons exemplos obedecem a um determinado padrão, patente nos seguintes aspectos: (i) na sua própria orientação conceptual (pela escolha do eixo “Capacitação Institucional”, com vista ao desenvolvimento de competências); (ii) na procura de envolvimento dos recursos locais; (iii) na promoção da capacidade de gerar receitas; e (iv) na articulação com as ONGD e outras estruturas da sociedade civil. No entanto, tem-se como exemplo menos positivo o sistema de atribuição de bolsas, o qual não é gerido de forma sustentável, na medida em que os diplomados enfrentam dificuldades de integração no país, na sua área profissional.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

- ▶ Da análise aos projectos desenvolvidos em Angola, e no âmbito dos PAC, são identificados como casos de sucesso os apoiados pelo MTSS, particularmente em termos de identificação de necessidades, da disponibilização atempada de recursos financeiros, do acompanhamento dos projectos e da divulgação de informação sobre as suas actividades de cooperação (via *Internet*).
- ▶ As mudanças nas pessoas são mais importantes e duradouras (por serem auto reprodutíveis) do que as estruturas físicas, mesmo que estas tenham mais visibilidade aparente. É, assim, fundamental o envolvimento dos actores da cooperação com as comunidades e autoridades locais como, por exemplo, a actuação das ONGD ADRA e OIKOS e das entidades executoras do Projecto Integrado de Sambizanga.
- ▶ A disponibilização tardia dos recursos financeiros é uma questão muito séria, pois não apenas desmoraliza os actores angolanos (já que afecta gravemente a continuidade dos projectos em curso), como coloca em causa as relações de confiança entre os dois parceiros, pela falta de cuidado em explicar as razões do atraso.
- ▶ Sem a definição de objectivos específicos e indicadores de suporte à sua monitorização não é possível efectuar um processo de aprendizagem decorrente da auto-avaliação, ou mesmo de outras modalidades de avaliação.

RECOMENDAÇÕES

1. Programação e Orçamentação

Adopção de um Documento Único, designado de Programa Plurianual de Cooperação (PPC)

O PPC deverá ser assinado entre os governos angolano e português para um período de cinco anos e conterá a estratégia da CP em relação a Angola, os seus eixos prioritários e respectivos objectivos (alinhados com os ODM), sendo estruturado de acordo com a metodologia do Quadro Lógico². Incorporará, também, um envelope financeiro para o período de vigência, repartido por ano.

² Através da qual são definidos objectivos globais, objectivos específicos da intervenção, resultados das actividades com vista a atingir os objectivos, actividades (onde são definidos os meios necessários para realizar as actividades e os custos), indicadores verificáveis, fontes de verificação e hipóteses.

Criação de Instrumentos de Planeamento Dinâmicos e Normalizados

Enquadrados no PPC, devem ser utilizados o Plano Global de Projecto (PGP), que espelha a perspectiva macro de um projecto ou acção para todo o seu período temporal, e o Plano Anual de Projecto (PAP), que detalha o planeamento e a orçamentação das actividades em termos anuais. Estes instrumentos visam substituir os PAC actuais e garantir a plurianualidade dos projectos e conceder maior flexibilidade à CP em Angola, com o devido enquadramento num quadro referencial estabelecido no PPC.

Alteração de Procedimentos de Programação e Planeamento

As alterações do sistema de programação exigirão adaptações de procedimentos, que considerem um envolvimento mais activo por parte dos ministérios sectoriais portugueses (através da CIC³) e dos homólogos angolanos. Neste domínio, o IPAD deverá: (i) instituir na sua cultura de programação práticas de definição de indicadores e de procedimentos de medição; (ii) definir e tornar públicos os critérios de análise e selecção de projectos; e (iii) analisar os critérios de racionalidade e viabilidade económico-financeira para cada projecto, sendo pré-condição para a sua submissão a eventual aprovação pelo IPAD.

Melhoria da Orçamentação da Cooperação

O IPAD e o Ministério das Finanças deverão honrar o acordo celebrado em 2006 no que se refere ao PO5, relativamente à garantia da plurianualidade dos compromissos, e divulgar junto dos actores institucionais os critérios de inscrição das despesas, de modo a que esse Programa contenha a totalidade das despesas, incluindo as actualmente registadas no funcionamento dos organismos públicos.

Incorporação das Questões Transversais no Processo de Planeamento

Para cada projecto enquadrado no PGP deverá ser efectuado um exercício de definição de objectivos específicos enquadrados nas questões transversais, pelo que os PGP e PAP deverão conter itens específicos nesse âmbito. Este exercício poderá ser apoiado através de formação ou sessões de trabalho com organizações internacionais mais especializadas.

2. Execução, Acompanhamento e Avaliação

Melhoria do Sistema de Informação de Projectos

Deverão ser encetadas diversas medidas, nomeadamente: (i) estruturação comum, por tipologia de informação, dos arquivos dos projectos; (ii) constituição de suporte informático desses arquivos; (iii) atribuição de códigos aos projectos, utilizados pelo IPAD e demais entidades financiadoras; (iii) manutenção da classificação adoptada para os projectos ao longo do horizonte do PPC, de modo a garantir a comparabilidade dos dados; (iv) disponibilização da informação sobre execução financeira e física dos projectos a todas as áreas do IPAD, através de uma plataforma tecnológica comum; e (v) partilha de informação entre os actores da CP e com o público em geral, através de *Internet* e *Intranet*, respectivamente.

Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Informação

Haverá que intensificar o envolvimento e responsabilização das entidades angolanas no acompanhamento dos projectos, assegurando a recolha dos registos de suporte aos indicadores de monitorização. Haverá, também, que além de implementar instrumentos de acompanhamento e avaliação padronizados e simplificados, em termos de conteúdo e periodicidade e de utilização comum às diversas áreas do IPAD.

Implementação de Processos Sistematizados de Avaliação

Deverão ser concebidos e implementados procedimentos sistematizados de avaliação, na suas diversas vertentes (auto-avaliação, avaliação de programas e de projectos, avaliações de impacto, etc.), que constituam mecanismos de aprendizagem contínua e participada e contribuam para a optimização de resultados.

Adopção de um Sistema de Financiamento mais Ágil

A agilização do sistema de financiamento deverá incidir sobre três dimensões: (i) o sistema de aprovação das verbas contidas em PAP, que não deverá exceder temporalmente o final do ano precedente; (ii) a concessão de autonomia financeira do IPAD, para simplificação da execução financeira da cooperação; e (iii) o modelo de financiamento dos projectos, através da cedência de subsídios, dado esta prática ser facilitadora do arranque dos projectos e da responsabilização das entidades angolanas envolvidas.

3. Relevância e Adequação da Programação

Posicionamento Estratégico da CP com Angola

A selecção das áreas estratégicas da CP com Angola deverá continuar a ter como critérios base a adequação às necessidades de desenvolvimento estabelecidas na ECP e as vantagens comparativas da CP, que lhe confere potencialidades muito particulares, designadamente a língua portuguesa e o relacionamento histórico e cultural que Portugal dispõe relativamente a Angola.

³ Comissão Interministerial para a Cooperação

A estratégia da CP com Angola deverá, assim, permitir a Portugal ocupar os espaços que só ele pode ocupar e adoptar uma estratégia de concentração de recursos nas áreas ligadas ao exercício das suas vantagens comparativas específicas: em primeiro plano, o reforço do corpo institucional e da estrutura jurídica do Estado angolano, o desenvolvimento dos processos e procedimentos de boa governação; em segundo, o desenvolvimento do sistema de ensino superior de matriz portuguesa e a consolidação da língua portuguesa enquanto língua oficial de Angola.

Reorientação dos Eixos Prioritários para Angola, à Luz da Nova Estratégia da CP

O próximo ciclo de programação deverá incidir sobre os seguintes eixos prioritários: (i) Educação, em língua portuguesa; (ii) Capacitação Institucional, a todos os níveis (administração central e local, universidades e outras organizações da sociedade civil) e com enfoque especial nos sectores da educação, finanças, saúde e justiça; (iii) Desenvolvimento Económico e Social, incorporando a lógica de *clusters* introduzida pela nova estratégia da CP e a de projectos integrados e transversais a diversos sectores (nomeadamente o desenvolvimento rural e agrícola, ambiente, infra-estruturas básicas, educação, apoio social, emprego e valorização de recursos humanos).

Aplicação de Instrumentos Inovadores na CP com Angola

O enfoque da CP em Angola no eixo do Desenvolvimento Económico e Social, a par da Educação e da Capacitação Institucional, exigirá a reformulação dos modos de actuação, através da incorporação ou utilização reforçada de práticas e instrumentos inovadores: (i) *clusters* de cooperação; (ii) programas integrados; (iii) intervenção em contexto internacional; (iv) envolvimento da sociedade civil; e (v) sistemas de microcréditos. O apoio na identificação, concepção e operacionalização de *clusters* deverá caber à CP, tendo o IPAD um papel central (em articulação com os ministérios sectoriais e demais actores), embora a coordenação efectiva deva ser da responsabilidade das autoridades angolanas, dada a inclusão de outros doadores internacionais (bi e multilateral) na implementação de *clusters* da cooperação.

Implementação de Mecanismos de Avaliação das Necessidades

A CP deverá basear-se num profundo diagnóstico das necessidades do desenvolvimento de Angola, direccionada para as áreas consideradas prioritárias (visando a hierarquização de prioridades da CP com Angola). A implementação de mecanismos de avaliação das necessidades efectivas deverá integrar o levantamento de necessidades junto aos beneficiários da CP (populações menos favorecidas, responsáveis e funcionários públicos, universidades, empresas, etc.) e considerar as capacidades reais dos angolanos. Deverá, também, ser efectuada uma estruturação sistematizada e formal do levantamento efectuado e das análises e conclusões obtidas, que permita o entendimento partilhado entre os interlocutores (portugueses e angolanos) da CP.

Integração da Estratégia da CP em Angola com os ODM e ECP

A integração clara dos ODM na CP exigirá a construção de uma matriz de objectivos da CP em Angola, directamente associada à Visão Estratégica para Angola, que sistematize os grandes objectivos da ECP, dos ODM e da Visão Estratégica de uma forma estruturada (com metas definidas em termos temporais). Essa matriz deverá servir de referência à construção do PPC e este, por sua vez, enquadrará os objectivos e metas dos projectos (definidos em sede de PGP e PAP). Este mecanismo permitirá medir a contribuição de Portugal para os ODM em Angola, na prossecução desses Objectivos, no sentido da redução efectiva da pobreza.

4. Articulação entre Actores da CP em Angola

Instituição de uma Efectiva Coordenação entre os Actores Angolanos

Com vista a estimular as relações entre os agentes da cooperação angolanos, em prol da obtenção de resultados relevantes face às necessidades do país, deverão ser consideradas as seguintes medidas: (i) criação de um Comité da Cooperação angolano, onde sejam envolvidos todos os ministérios angolanos, para promoção da análise integrada das necessidades do país, dos planos de cooperação e respectivas prioridades e dos seus resultados; (ii) dotação do MIREX com recursos humanos adequados, para que desempenhe o seu papel de coordenação entre os demais ministérios angolanos e os actores da CP; (iii) articulação estreita entre o MIREX e o Ministério do Planeamento angolano, por forma a fomentar a coerência entre a política de cooperação portuguesa e as políticas angolanas. Estes dois ministérios deverão estar presentes na negociação do PPC e participar activamente no Comité da Cooperação, bem como nas reuniões de doadores internacionais.

Reforço dos Mecanismos de Coordenação dos Actores Portugueses

Em Angola, a exigência de coordenação é ainda maior quando se pretendem implementar novos instrumentos da cooperação, pelo que será fundamental dinamizar os mecanismos de coordenação entre os intervenientes portugueses da CP em Angola, aplicando três tipos de medidas: (i) realização de Conselhos de Ministros para a Cooperação, para definição das grandes linhas de orientação e garantia da complementaridade das actuações sectoriais e da coerência de políticas; (ii) dinamização da Comissão Interministerial para a Cooperação, para reforço da coordenação ministerial e concertação intersectorial; e (iii) clarificação dos papéis dos actores

da CP, uma vez que a simultaneidade de papéis que cada actor pode desempenhar (financiadores, promotores, executores) suscita a necessidade de definição de um esquema claro de repartição de competências e responsabilidades.

Melhoria da Articulação entre os Actores Angolanos e Portugueses

A adequada comunicação e entendimento entre os actores angolanos e portugueses são pedras basilares para que a CP em Angola atinja os resultados pretendidos, pelo que deverão ser encetadas as seguintes acções: (i) definição do interlocutor privilegiado com o IPAD face aos ministérios sectoriais e outros actores angolanos (Embaixada de Portugal); (ii) divulgação da estratégia portuguesa junto das autoridades angolanas; (iii) preparação do PGP pelas entidades angolanas em estreita cooperação com as homólogas portuguesas, por forma a promover, também, a apropriação dos projectos; e (iv) comunicação atempada, às entidades angolanas, das decisões tomadas.

Integração de um Número Mais Alargado de Actores na CP em Angola

O desenvolvimento da CP em Angola baseado em novos instrumentos, designadamente os *clusters*, exige o envolvimento de um vasto conjunto de actores de variadas especialidades, pelo que será necessário criar um quadro de referência para a participação destes intervenientes na CP (em termos de apresentação de projectos e da sua implementação e acompanhamento).

Ao nível da sociedade civil, o IPAD deverá valorizar cada vez mais a sua acção e consolidar os mecanismos de co-financiamento às ONGD, tentando também ser um elo de promoção de parcerias entre ONGD portuguesas e internacionais.

5. Articulação com Outros Doadores

Promoção de Reuniões de Doadores Internacionais em Angola

Deverão ser instituídas em Angola reuniões de doadores periódicas, lideradas pelas autoridades angolanas, onde participem as diversas cooperações bilaterais, os organismos multilaterais e a sociedade civil. Essas reuniões deverão constituir espaços de planeamento, conjugação e operacionalização de acções e de análise dos resultados obtidos, no sentido da complementaridade das intervenções e da harmonização de procedimentos. Portugal, por via da sua Embaixada em Angola, deverá ter o papel de coordenador dos grupos de trabalho focados para as áreas em que detém vantagens comparativas, além de que deverá apoiar as autoridades angolanas na sua capacitação enquanto protagonistas dessas reuniões, com vista à apropriação do seu desenvolvimento.

Reforço do Papel da CP nas Instituições Multilaterais

A CP deverá envidar esforços para integrar técnicos qualificados nas organizações multilaterais, que dominem a língua portuguesa e conheçam a realidade angolana, para potenciar as vantagens comparativas de Portugal na cooperação para o desenvolvimento de Angola, maximizar o aproveitamento de sinergias e acompanhar mais de perto as intervenções dos organismos multilaterais.

6. Recursos

Incremento da Eficiência na Utilização dos Recursos

A utilização de recursos humanos, técnicos e financeiros pela CP em Angola poderá ser mais eficiente, mediante a adopção de algumas medidas de racionalização, das quais se destacam: (i) poupanças de custos, por exemplo através do recurso a serviços partilhados e a novas tecnologias de comunicação à distância; (ii) utilização de metodologias e instrumentos para apetrechamento dos recursos humanos para uma adequada actuação ao nível do ciclo dos programas / projectos; (iii) desenvolvimento de metodologias e ferramentas de monitorização concertadas, permitindo a partilha de conhecimento; (iv) construção, manutenção e divulgação de uma base de dados de agentes de cooperação e técnicos portugueses disponíveis para a cooperação com Angola, facilitando o processo administrativo inerente.

Suprimento das Insuficiências de Recursos em Angola

Na Embaixada de Portugal em Luanda deverá existir pelo menos mais um técnico da cooperação, cujas funções deverão estar associadas ao acompanhamento permanente dos projectos da CP e da coordenação da articulação com as entidades multilaterais e bilaterais presentes em Angola. Relativamente aos ministérios sectoriais angolanos, no âmbito do eixo da Capacitação Institucional deverá ser contemplado um acompanhamento específico (de acordo com plano próprio) para o desenvolvimento de competências, com vista a superar as actuais necessidades de Angola em termos de recursos humanos.

7. Resultados e Sustentabilidade

Promoção dos Resultados e Sustentabilidade dos Projectos

Para a prossecução de uma CP com enfoque em resultados, esta deverá basear-se em projectos de longa duração, com objectivos definidos, controláveis e ambiciosos e não em projectos de pequena dimensão e de efeitos localizados. Os resultados, para serem sustentáveis, devem traduzir-se em estruturas criadas, na capacidade de envolver os recursos locais e em competências auto-reprodutivas, com capacidade para gerar receitas. Os critérios de sustentabilidade deverão ser analisados aquando da apresentação de projectos e, posteriormente, serem monitorizados através de indicadores próprios.

ACRÓNIMOS

| | |
|----------------|--|
| ADRA | Associação para o Desenvolvimento Rural de Angola (ONGD) |
| APD | Ajuda Pública ao Desenvolvimento |
| CAD / DAC | Comité de Ajuda ao Desenvolvimento / Development Assistance Committee |
| CEJ | Centro de Estudos Judiciários |
| CIC | Comissão Interministerial para a Cooperação |
| CIC - Portugal | Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura (ONGD) |
| CP | Cooperação Portuguesa |
| DGO | Direcção Geral do Orçamento |
| DS BIL I | Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais I (Angola) |
| DS BIL II | Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II (Timor) |
| DS PFP | Direcção de Serviços Planeamento Financeiro e Programação |
| DS SCAE | Direcção de Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Ajudas de Emergência |
| ECP | Estratégia de Combate à Pobreza |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FDUAN | Faculdade de Direito da UAN |
| FDUC | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra |
| GRIEC | Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação |
| ICA | Instituto Camões |
| ICEP | Instituto das Empresas para os Mercados Externos |
| IDA | International Development Association |
| IPAD | Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento |
| MAPESS | Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social |
| MF | Ministério das Finanças (Portugal) |
| MINADER | Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Angola) |
| MINARS | Ministério da Assistência e Reinserção Social (Angola) |
| MIREX | Ministério das Relações Externas (Angola) |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal) |
| MTSS | Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (Portugal) |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| ODM | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio |
| OIKOS | OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento (ONGD) |
| ONGD | Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Plano Anual de Cooperação |

| | |
|-------|---|
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PAP | Plano Anual de Projecto |
| PGP | Plano Global de Projecto |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIC | Programa Indicativo de Cooperação |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PO5 | Programa Orçamento da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro |
| PPC | Programa Plurianual de Cooperação |
| RAP | Relatório Anual de Projecto |
| RNB | Rendimento Nacional Bruto |
| SADC | Southern African Development Community |
| SENEC | Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação |
| UAN | Universidade Agostinho Neto |
| UE | União Europeia |
| WFP | World Food Programme |

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

I.1. Propósito e Objectivos

No seguimento da consulta prévia realizada pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (também designado ao longo do presente relatório por IPAD ou Instituto), a BDO & Associados, SROC foi contratada para proceder à **avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) de Angola relativo ao período 2004-2006, bem como dos respectivos Planos Anuais de Cooperação (PAC)**.

Dado estar a terminar o período de vigência do PIC, a avaliação em curso tem o **propósito** de contribuir para o ciclo de programação subsequente, na medida em que poderá identificar oportunidades de melhoria de métodos, procedimentos e políticas das intervenções futuras.

Assim, a prossecução dos objectivos do processo de avaliação (patentes no Anexo A – Termos de Referência) vai no sentido da descrição do processo de construção do PIC (tendo por base as estratégias de Angola nos sectores nele identificados e os compromissos assumidos por Portugal a nível internacional), e da operacionalização dos PAC, de modo a apreciarem-se os critérios de relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e resultados. Como fim último, procurar-se-á formular recomendações e lições aprendidas, de forma a tornar a Cooperação Portuguesa mais coerente, eficaz, eficiente, sustentável e orientada para resultados.

Para o efeito, a metodologia utilizada na condução dos trabalhos procurou consubstanciar-se numa lógica de **processo participativo**, na medida em que é desenvolvido com os principais detentores de interesse, de modo a que estes validem e se revejam nos resultados da avaliação (*vide* Anexo B – Metodologia e Equipa de Avaliação).

A título de **agradecimento**, queremos registar a boa colaboração prestada nesta fase do trabalho pelos responsáveis e colaboradores do IPAD, do MNE, da Embaixada de Portugal em Angola, dos Ministérios sectoriais portugueses e angolanos e das demais entidades consultadas pela equipa de avaliadores da BDO durante as três fases de avaliação (*vide* Anexo C – Pessoas e Entidades Consultadas – Entrevistas e *Workshops*).

I.2. Âmbito

O âmbito do trabalho encontra-se definido pelos Termos de Referência (*vide* Anexo A – Termos de Referência), cobrindo, resumidamente, as seguintes **áreas de análise**:

| <i>Áreas de Análise</i> | <i>Descrição</i> |
|-------------------------------------|---|
| <i>Período</i> | Anos 2004, 2005 e 2006 |
| <i>Tipo de Intervenções</i> | Programas, projectos e acções contempladas nos PAC de 2004, 2005 e 2006, com o seu enquadramento no PIC |
| <i>Cobertura Geográfica</i> | Angola, com enfoque nas zonas objecto de cada intervenção |
| <i>Tipos de Avaliação</i> | Avaliação externa e final, apesar do período em análise ainda não se ter concluído Avaliação de "programa – país", dado incidir sobre todas as actividades de cooperação num determinado país e num determinado período de tempo |
| <i>Grupos Alvo</i> | Beneficiários específicos de cada projecto ou acção e outros detentores de interesse (sociedade em geral, estruturas governamentais, instituições) |
| <i>Eixos / Áreas de Intervenção</i> | Eixos estratégicos e áreas de intervenção identificados no PIC 2004-2006: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Social – promoção das condições de Saúde e de Educação ▪ Reforço institucional ▪ Formação / Valorização de Recursos Humanos ▪ Reinserção Social e Promoção de Emprego |
| <i>"3 C"</i> | Análise dos "3 C": <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coerência entre as políticas de cooperação portuguesa e angolana ▪ Coordenação entre as entidades portuguesas e as autoridades de Angola ▪ Complementaridade e coordenação entre as actividades dos diferentes actores da Cooperação Portuguesa e entre esta e outros dadores, em Angola |
| <i>Crítérios de Avaliação</i> | Apreciação de diversos requisitos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevância / Pertinência ▪ Eficiência ▪ Eficácia ▪ Resultados ▪ Sustentabilidade |
| <i>Questões Transversais</i> | Análise do grau de incorporação nas intervenções das seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Igualdade de género ▪ Direitos humanos ▪ Grupos vulneráveis ▪ Participação da sociedade civil ▪ Boa governação ▪ Sustentabilidade ambiental |

I.3. Limitações

As principais limitações detectadas na realização do projecto relacionam-se com:

- ✓ **Literatura sobre a cooperação e avaliação:** a documentação disponível sobre estes temas é vasta e não se encontra sistematizada, originando alguma dispersão na sua análise.
- ✓ **Dados sobre a Cooperação Portuguesa:** a informação disponível apresenta as seguintes restrições:

- Pouco actualizada – com referência a 2005, apenas foi possível obter muito poucos dados, o que limita a análise em termos do período de avaliação.
 - Pouco estruturada por país – por exemplo, ao nível da cooperação multilateral.
 - Divergente – os dados recolhidos nas diferentes entidades e agências internacionais são díspares, não permitindo uma análise comparativa mais profunda, o que pode indicar uma fraca fiabilidade dos dados estatísticos para Angola.
- ✓ **Execução financeira** – com excepção dos projectos financiados pelo IPAD, foram disponibilizados dados do PIC para o ano 2004. No entanto, estes dados não se encontram classificados por eixo e a designação dos projectos é diferente face ao constante em PAC orçamentado. Por outro lado, os dados de 2005 obtidos por via dos ministérios e outras entidades intervenientes na cooperação não cruzam com as informações fornecidas pelo IPAD.
 - ✓ **Análise de resultados** – não existe um sistema de monitorização e acompanhamento com base em objectivos e indicadores, o que dificulta a análise dos efeitos e resultados da cooperação.
 - ✓ **Entrevistas em falta** – todas as entrevistas planeadas com as entidades angolanas foram realizadas com excepção da Embaixada de Angola, do MIREX, do Ministério da Defesa e da representação da UE em Angola.
 - ✓ **Informação em falta** – por questões de disponibilidade dos seus responsáveis, o MAPESS e o Ministério das Finanças angolanas ficaram de responder por escrito a algumas das questões colocadas que, até à data da emissão deste relatório, ainda não nos foram disponibilizadas. Relativamente ao IPAD, aguardamos a informação sobre os saldos transitados nos PAC (2004, 2005 e 2006) e os Relatórios e os Termos de Referência das Assessorias realizadas em Angola.

II. CONTEXTO ANGOLANO

II.1. Enquadramento Político, Económico e Social

ENQUADRAMENTO POLÍTICO

A **guerra civil** desencadeada com a independência constitui um dos principais factores determinantes da situação actual de Angola. O impacto do conflito, que durou cerca de 30 anos e que sucedeu a uma longa disputa pela independência, produziu efeitos devastadores sobre a vida e a liberdade das pessoas, tendo gerado movimentos migratórios para as áreas urbanas ou para o estrangeiro, com impacto profundo na demografia do país. Por outro lado, sentiram-se efeitos desastrosos sobre o modo de funcionamento dos mercados, sobre as infra-estruturas básicas viárias, de fornecimento de água, saneamento e energia, e sobre os sistemas sociais de saúde e de educação.

Os desequilíbrios económicos e sociais existentes neste país não advêm apenas da guerra *de per si*, mas também de uma série de problemas associados à mesma, como a **instabilidade militar e política** gerada nesta época, bem como a necessidade de **transição para uma economia de mercado** que, em conjunto, originaram políticas económicas globais e sectoriais desarticuladas e sem continuidade. Importa salientar, ainda, a excessiva intervenção do Estado na economia angolana que, mesmo que inevitável devido à situação do país, se revelou como uma fonte de bloqueio ao desenvolvimento dos mercados e do investimento privado.

As consequências sobre a economia e as estruturas do Estado foram profundas. A destruição provocada pelos conflitos e a incapacidade de se assegurarem os serviços mínimos de conservação e manutenção provocaram uma degradação generalizada das infra-estruturas económicas e dos equipamentos sociais.

Actualmente, com o fim da guerra, o **processo de consolidação da paz** em curso, o esforço de transição de um sistema de económico de propriedade pública para um regime democrático (com um processo de eleições em preparação), e com a transição para uma economia de mercado, começam a consolidar-se as condições para se impulsionar o desenvolvimento económico e social de Angola.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O desenvolvimento económico de Angola reflecte as perturbações ocorridas nos planos político e demográfico. Apesar de se prever um crescimento económico notável para os próximos anos (na ordem dos 20-30% ao ano), a economia do país tem demonstrado um comportamento muito instável e desigual, consequência da guerra e do desequilíbrio da estrutura económica nacional, onde o **sector petrolífero** corresponde a mais de 45% do Produto Interno Bruto (PIB) e a 90% das exportações (dados de 2003), o que acarreta uma extrema dependência do preço do barril de petróleo a nível internacional.

Esta dependência é sentida também nos cofres do Estado angolano, dado que em 2003 cerca de 75% das suas receitas provêm das contribuições/impostos sobre o petróleo. No entanto, para alcançar um crescimento sustentado é essencial reduzir a dependência deste sector, promovendo o desenvolvimento do sector não petrolífero.

Os desequilíbrios financeiros e orçamentais, em conjunto com taxas de inflação extremamente elevadas, têm produzido efeitos negativos no **sector não petrolífero**, não só devido à destabilização dos mercados financeiros mas também às decisões de investimento e afectação dos recursos em desfavor deste sector. Por outro lado, os efeitos da inflação afectam todos os agentes económicos, incluindo consumidores finais, por via da redução do poder de compra, bem como da própria taxa de câmbio real, reduzindo a competitividade da economia angolana face às demais.

Apesar deste cenário, a situação macroeconómica deste país têm vindo a melhorar significativamente, resultado de uma **política orientada para a estabilização do mercado**. Refira-se, a título de exemplo, a redução da taxa de inflação, que passou de 418,2%, em 2000, para 42,2%, em 2004 (*vide Anexo E – Angola Data Profile*), mesmo tendo em conta a reduzida credibilidade do sistema estatístico nacional angolano.

ENQUADRAMENTO SOCIAL

No que concerne à esfera social, a situação reflecte os 30 anos de conflito no país. Um estudo⁴ levado a cabo em 2001 evidenciou que cerca de 68% da população de Angola vivia abaixo do **limiar da pobreza** (definido como 1,7 dólares norte americanos por dia). Embora fosse provável que o aumento da segurança do país conduzisse a melhorias significativas no que se refere à pobreza, esta melhoria na prática não se verificou.

O impacto da pobreza em Angola varia consoante a área seja **urbana ou rural**. Assim, de acordo com uma pesquisa efectuada pelo Ministério do Planeamento, a pobreza afecta cerca de 57% das famílias dos meios urbanos e 94% das famílias que vivem em ambientes rurais. A insuficiência de alimentos continua a ser um problema recorrente, embora com algumas melhorias.

Os conflitos que eclodiram no território angolano conduziram a um conjunto de **movimentos migratórios** das populações das zonas rurais para os centros urbanos (sobretudo para a capital), onde os níveis de segurança eram maiores. Com o fim da guerra, espera-se que a maior parte dos refugiados regresses ao interior do país, o que deverá permitir reduzir as necessidades de ajuda humanitária a populações carenciadas, no sentido em que sejam recuperadas as actividades agrícolas de auto-sustento.

A **saúde** em Angola continua a ser um factor de preocupação. Posteriormente ao acordo de paz celebrado, foram retomados os serviços básicos para áreas anteriormente inacessíveis, reduzindo os níveis de subnutrição de 25% para 10% (no final de 2003) e aumentando o número de crianças vacinadas contra o sarampo (5 milhões de crianças foram vacinadas). No entanto, apesar de progressos significativos, a qualidade dos serviços médicos continua a ser reduzida. Este facto deve-se essencialmente a uma conjugação de variáveis como a fraqueza a nível institucional, falta de coordenação, falta de qualificação da mão-de-obra, mecanismos de gestão inadequados, e a falta de articulação entre as autoridades centrais e municipais e outros agentes como os doadores.

Também ao nível da **educação** é evidenciado o baixo nível de desenvolvimento angolano, com reduzidos níveis de frequência, elevadas taxas de abandono e insucesso escolar.

Os efeitos da guerra, os acidentes com minas terrestres, a falta de alimentos, o baixo nível de frequência escolar, as dificuldades de acesso a água potável e saneamento básico e os precários cuidados de saúde, geraram uma situação de risco que se considera elevado mesmo no panorama africano actual.

Outros dados de cariz social podem ser encontrados no Anexo E – *Angola Data Profile*.

⁴ Republic of Angola & European Community, "Joint Annual Review 2004 – JAR 2004 10 (010805) EN", 2004, p. 8.

II.2. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Enquanto membro da **ONU**, na Cimeira do Milénio de Setembro de 2000, Angola (juntamente com os demais estados membros, incluindo Portugal) comprometeu-se a fazer cumprir os oito objectivos de desenvolvimento então estabelecidos e que constituem uma das bases para as suas estratégias de governação. Esses objectivos são:

| | |
|--|---|
| 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome | 5. Melhorar a saúde materna |
| 2. Alcançar o ensino primário universal | 6. Combater as doenças graves |
| 3. Promover a igualdade do género e o <i>empowerment</i> da mulher | 7. Garantir a sustentabilidade ambiental |
| 4. Reduzir a mortalidade infantil | 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento |

O quadro seguinte sistematiza a evolução de alguns indicadores relativos a Angola, entre 1998 e 2005, intrinsecamente ligados aos ODM supra apresentados:

| ODM | INDICADORES | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|-----|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1 | Crianças < 5 anos com peso inferior ao padrão para a idade | - | - | - | 30,5 | - | - | - | - |
| 2 | Taxa líquida de matrículas no ensino primário (%) | 61,3 | - | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Alfabetização de adultos (15 a 24 anos) | - | - | - | - | - | - | 71,4 | - |
| 3 | Mulheres com lugar parlamentar (%) | 10 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | 15 |
| 4 | Cobertura da Vacinação contra o Sarampo (% de crianças com menos de 1 Ano) | 65 | 46 | 41 | 72 | 74 | 62 | - | - |
| 5 | Partos Assistidos por pessoal qualificado (%) | - | - | - | 45 | - | - | - | - |
| 6 | Taxa de Tuberculose (em cada 100.000) | - | - | 345 | 301 | 280 | 256 | - | - |
| 7 | Acesso a uma melhor fonte de água (%) | - | - | - | - | 50 | - | - | - |

Fonte: Nações Unidas, Divisão de Estatística

Comparando com as metas definidas em sede da ECP (*vide* Anexo F – Estratégia de Combate à Pobreza) perspectiva-se que alguns dos ODM estejam ao alcance de Angola, resultado do desenvolvimento natural expectável, enquanto que para o cumprimento de outros será necessário o apoio internacional.

Como estabelecido na ECP, o Governo de Angola pretende, ao longo do período da sua aplicação, reduzir substancialmente a incidência da pobreza, fixando como meta, em consonância com os ODM, uma redução em 50% da proporção da população com menos de um dólar diário até 2015.

II.3. Política de Desenvolvimento Nacional

No contexto angolano, foi delineada a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), em coerência com os objectivos da Cimeira do Milénio, constituindo um **quadro de referência** para a definição de estratégias, programas e orçamentos sectoriais na fase de recuperação pós-conflito que o país atravessa, para o horizonte temporal **2003-2015**.

As linhas de orientação incluídas na ECP estão incorporadas nos **Programas do Governo** para 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, que preconizam como **grandes objectivos nacionais**:

- Combate à fome e à pobreza
- Promoção da estabilidade social

- Consolidação da paz e da reconciliação nacional
- Edificação das bases para a constituição duma economia nacional e integrada e auto-sustentada e com vista a erradicação ou redução substancial da fome e da miséria

- Restabelecimento da administração central do Estado em todo o território nacional
- Desenvolvimento dos recursos humanos
- Desenvolvimento harmonioso do território
- Consolidação do processo democrático

Saliente-se o **objectivo global** da ECP, que consiste na consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável, motivando-o a participar activamente no processo de desenvolvimento económico e social. Estabelece como **meta global** a redução da incidência da pobreza do nível de 68% para metade até 2015, em alinhamento com o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Nesse sentido, os objectivos definidos pela ECP são operacionalizados através de **10 áreas de intervenção prioritária** - i) Reinserção Social; ii) Segurança e Protecção Civil; iii) Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; iv) VIH/SIDA; v) Educação; vi) Saúde; vii) Infra-estruturas básicas; viii) Emprego e Formação Profissional; ix) Governação; x) Gestão Macroeconómica -, às quais estão associados objectivos específicos e metas genéricas. Por outro lado, o Anexo F – Estratégia de Combate à Pobreza detalha, por área de intervenção prioritária, os respectivos planos e programas, período de vigência, objectivos a atingir, responsáveis de coordenação, metas e indicadores de acompanhamento.

A ECP define como **grupos-alvo** “todos os indivíduos cujo rendimento seja inferior ao estabelecido como linha da pobreza, objectivamente qualificáveis como pobres”. Para além disso, foram considerados como grupos especialmente vulneráveis: os deslocados internos e refugiados no estrangeiro; os militares e para-militares desmobilizados; as crianças e adolescentes em situação de exclusão; os jovens e as mulheres.

III. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

III.1. Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento

Em termos de **enquadramento internacional**, a CP pretende conduzir a sua actuação no sentido do cumprimento dos compromissos assumidos nas instâncias internacionais e do acompanhamento das tendências de evolução evidenciadas universalmente, o que tem implicações ao nível da necessidade de elevação dos níveis de eficácia e eficiência e da melhoria da qualidade do desempenho da Cooperação Portuguesa.

Os acordos assumidos internacionalmente implicam quer a adesão das orientações e metodologias estabelecidas pelas instituições de que Portugal é membro, quer o compromisso de cumprimento de determinadas metas.

No que respeita à **prosecução de objectivos**, a principal meta quantitativa que a CP se comprometeu a alcançar é a que decorre da Declaração de Monterrey (subscrita por Portugal e ratificada pela União Europeia), e que fixa o índice de 0,33% do Rendimento Nacional Bruto (RNB), até 2006, para disponibilização à Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Deve ainda envidar esforços para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Saliente-se, ainda, que a Comissão Europeia propõe aos Estados-membros dois objectivos em matéria de APD, a atingir até 2010⁵:
(i) objectivos individuais para os Estados-membros, que serão diferenciados para os antigos (UE 15) e os novos Estados-Membros (UE 10). A Comissão propõe que os antigos Estados-Membros aumentem a sua APD, caso não o tenham ainda feito, para um novo limiar de 0,51% do RNB. Para os novos Estados-Membros, a Comissão propõe um limiar de 0,17% do RNB;
(ii) um objectivo colectivo correspondente a uma média de 0,56% do RNB, para a União Europeia.

Ao nível das **grandes tendências internacionais**, são de destacar o princípio da coerência das políticas dos países doadores, que se refere à articulação entre a APD e a cooperação económica, assentando numa lógica de crescimento económico sustentado dos países e das suas populações, e o princípio da descentralização dos sistemas de cooperação, através do reforço da presença das estruturas dos países doadores nos países parceiros.

A **nível nacional**, no decurso do período em análise, verificaram-se mudanças significativas na política de Cooperação Portuguesa, no âmbito do seu processo de definição e consolidação, distinguindo-se duas fases em termos de orientação estratégica – entre 1999 e 2005 e de 2005 em diante, a segunda estabelecida em linha de continuidade com a primeira e com a introdução de algumas inovações, constituindo um importante passo em frente na gestão da Cooperação Portuguesa. As principais premissas que enformam essas estratégias são apresentadas no Anexo G - Estratégia da Cooperação Portuguesa – 1999 e 2005.

III.2. Modelo Português de Cooperação para o Desenvolvimento

O IPAD apresenta-se como elemento concentrador dos **mecanismos de relacionamento institucional** dos diversos actores da cooperação, que tem por grande atribuição a coordenação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal, em termos de planeamento, programação, supervisão, acompanhamento e avaliação dos programas e projectos de cooperação. Para além destas funções, o IPAD efectua o enquadramento dos programas de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento financiados e realizados por outros organismos do Estado e financia parte dos projectos (cerca de 70% em termos orçamentados). Da análise dos seus estatutos, fica por efectivar na prática a centralização da informação sobre projectos de cooperação

⁵ European Commission, "Memo/05/124 - Perguntas e Respostas: O " Pacote ODM" da Comissão", Bruxelas, 2005.

promovidos por entidades privadas, com ou sem patrocínio público. Cabe, também, ao IPAD a condução do processo de **elaboração e negociação dos PIC e dos PAC**.

Por outro lado, o IPAD, enquanto interlocutor dos ministérios sectoriais⁶ e das agências internacionais, funciona como um órgão de coordenação com aptidão operacional no processo de financiamento directo de projectos multilaterais, uma vez que a flexibilidade de ajustamentos aos projectos em relação às reais necessidades é fundamental para que as parcerias consigam promover o desenvolvimento.

Com vista à articulação interministerial, foi criada a **CIC**⁷ (órgão que funciona sob a dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros) no sentido de potenciar a comunicação entre os ministérios sectoriais, para planeamento e coordenação concertados dos programas e projectos de cooperação.

Em termos organizacionais, é necessário salientar as **reestruturações** que o **IPAD** tem sofrido desde a sua criação, em 2003, até à data. Aquando da negociação do PIC 2004-2006, as actividades de análise e de acompanhamento dos projectos estavam sob a responsabilidade de unidades orgânicas distintas (DS BIL I e DS BIL II). Posteriormente, e nos dias de hoje, essas actividades são efectuadas pela mesma área, numa lógica de condução integrada dos processos, por país. Neste sentido, persistiram as designações DS BIL I e DS BIL II, tendo sido distribuídos os países parceiros da CP entre essas duas estruturas.

No esquema e quadros apresentados em Anexo (*vide Anexo H - Modelo Português de Cooperação para o Desenvolvimento*), sistematiza-se a rede de relações estabelecidas e o papel de cada um dos respectivos actores na prossecução das intervenções portuguesas de cooperação, e em particular na elaboração e execução dos PIC e PAC.

Apesar da acção da sociedade civil não ser expressiva na CP com Angola⁸, a título exemplificativo apresentam-se de seguida algumas **entidades** portuguesas e angolanas que executam projectos constantes em PAC e que, na sua generalidade, estão associados ao eixo Reintegração Social e Promoção de Emprego e Programas complementares de apoio (nas áreas de Educação e da Saúde):

- ✓ Associação Elos de Fraternidade
- ✓ Associação de Direitos Diocesanos
- ✓ Comunidade Mamã Muxima
- ✓ Fundação Evangelização e Culturas
- ✓ Congregação Salesianos D. Bosco
- ✓ ONGD CIC - Portugal
- ✓ Congregação dos Missionários Claretianos em Angola, Província Portuguesa do Coração de Maria
- ✓ Congregação das Escravas de Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus

O papel da Embaixada de Portugal em Angola, no âmbito da cooperação, não se encontra claramente definido e formalizado quanto às suas competências e responsabilidades no processo de elaboração dos PIC e PAC e acompanhamento dos projectos, nem dispõem de recursos humanos necessários para desempenhar um papel de maior relevo.

III.3. Cooperação Portuguesa em Angola

As relações de cooperação institucional entre Portugal e Angola, a nível bilateral, desenvolvem-se no quadro de **Programas Indicativos de Cooperação (PIC)** trienais, consubstanciados em **Planos Anuais de Cooperação (PAC)**. Contudo, alterações de natureza diversa ocorridas nos dois países conduziram a que o PIC 2000/2002 tivesse chegado ao fim sem que outro PIC fosse negociado para o triénio que se seguia.

Assim, os dois países acordaram num PAC para 2003, excepcionalmente não enquadrado por um PIC, prevendo a execução de acções novas e a continuação de anteriores que se esgotassem até ao final desse ano. Nesse PAC, dotado de um envelope financeiro de 14,3 milhões de euros, destacava-se o apoio concedido à formação profissional e à capacitação institucional, tendo os dois tipos de actividades sido processados transversalmente a vários sectores prioritários de intervenção.

⁶ Nomeadamente, através da CIC.

⁷ Comissão Interministerial para a Cooperação.

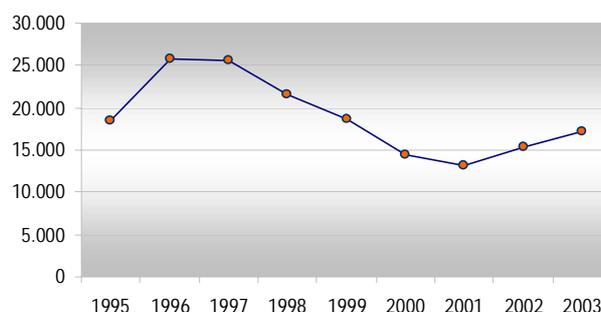
⁸ Note-se que, relativamente à CP em Angola, as ONGD não são consideradas, regra geral, em PAC (por exigências das próprias autoridades angolanas).

Entretanto, foi negociado um novo **PIC para vigorar de 2004 a 2006**, sendo a luta contra a pobreza assumida por Portugal e por Angola como uma prioridade estratégica que deve ser transversal a outras estratégias de desenvolvimento humano, em especial nas áreas social, saúde, educação, agricultura e ambiente. Constatam também como áreas de intervenção prioritárias o reforço institucional, a formação / valorização de recursos humanos e a reinserção social e promoção de emprego.

Neste âmbito, saliente-se o gráfico 1, que apresenta a evolução da APD bilateral em Angola, resultante dos apoios da Cooperação Portuguesa.

A recente evolução da situação política e de segurança em Angola, que culminou com a assinatura do Acordo de Paz, permitiu intensificar em 2002 a ajuda pública ao desenvolvimento e conjugar esforços com a comunidade internacional no apoio ao programa de reconstrução do país. Por outro lado, o desanuviamento da situação política em Angola permitiu a criação de condições para o relançamento mais consistente das relações bilaterais entre Portugal e esse país e, conseqüentemente, uma análise conjunta mais articulada sobre a intervenção portuguesa no seu processo de desenvolvimento.

Evolução da APD Bilateral Total - Angola
(Milhares de Euros)



Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa 2002/2004

| Anos | APD/RNB | APD | Evolução | Outros Fluxos do Sector Público | Fluxos Privados | Donativos das ONGD | Total | Evolução (%) |
|------|---------|--------|----------|---------------------------------|-----------------|--------------------|----------|--------------|
| 2002 | 0,27 | 342,30 | 14% | -1,49 | -158,91 | n.d. | 181,90 | -91 |
| 2003 | 0,22 | 282,87 | -17% | -1,60 | 728,46 | 3,51 | 1 013,07 | 457 |
| 2004 | 0,63 | 829,89 | 193% | -557,39 | 269,47 | 2,16 | 546,06 | -46 |

Fonte: IPAD

Em **termos regionais**, a APD bilateral portuguesa concentra-se nos PALOP, sendo que dentro destes (e sem considerar o ano excepcional de 2004) Angola representa cerca de 18% do respectivo montante total.

Neste contexto, e na **vertente bilateral**, Angola representava, em 2004, 82% desse esforço, contra a média de 9% nos dois anos anteriores, como resultado do perdão da dívida concedido, sendo de notar que esta acção praticamente esgotou as iniciativas nos demais sectores nesse ano (*vide* Anexo I - APD de Portugal em Angola).

Em **termos sectoriais**, nos restantes períodos a APD portuguesa em Angola tem-se concentrado na área das Infra-estruturas e Serviços Sociais, com especial enfoque no sector da Educação (em média, cerca de metade da APD Bilateral), distribuindo-se o remanescente de forma equitativa pelos outros sectores (*vide* Anexo I - APD de Portugal em Angola).

III.4. Contexto Internacional

O quadro seguinte apresenta a evolução global, por grupo de doadores, da APD internacional a Angola (bi e multilateral) no período 2001-2004:

Valores em Milhões de Dólares

| DOADORES | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Países CAD | 179,43 | 286,4 | 372,15 | 1015 |
| Multilateral | 110,07 | 136,39 | 126,04 | 131,39 |
| Bilateral (Externos ao CAD) | -0,91 | -1,42 | -1,1 | -2,32 |
| Total | 288,59 | 421,37 | 497,09 | 1144,07 |
| G7 | 92,61 | 179,08 | 261,15 | 209,9 |
| CAD (Membros UE) | 100,66 | 122,84 | 149,06 | 831,56 |

Fonte: OCDE (<http://www.oecd.org>)

O volume total da APD a Angola no contexto internacional cresceu no período analisado, em especial entre 2003 e 2004, em que registou um aumento de 130%, coincidindo com a fase de consolidação da paz após o fim da guerra em 2002. Este aumento deve-se, em grande parte, a Portugal (Membro do CAD), que registou um acréscimo exponencial da sua ajuda face aos anos anteriores, decorrente da acção de perdão da dívida, colocando-o no primeiro lugar do *ranking* dos doadores no ano de 2004, quando em 2003 se posicionava no oitavo posto (*vide* Anexo J - Doadores de APD em Angola), com 63% do total.

De acordo com o *ranking de doadores* de APD a Angola, 26 países doadores bilaterais apoiaram Angola neste período, concentrando-se nos EUA (nas áreas de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola, democracia e governação, saúde materna e infantil e reforma da política económica⁹), Japão e zona da UE. No que respeita à ajuda multilateral, a principal fatia tem sido proveniente da UE (terceiro maior doador em 2004) e da IDA (nono posto no *ranking*, em 2004).

A intervenção da UE em curso (com o horizonte temporal 2002-2007) tem tido como orientação estratégica a estabilização gradual da situação política e económica, com o desenvolvimento de acções ao nível da Segurança Alimentar, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Civil, Boa Governação e Sectores Sociais.

⁹ *Vide* Anexo J - Doadores de APD em Angola.

IV. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

IV.1. Estratégias e Instrumentos de Planeamento

A política e a estratégia da Cooperação Portuguesa assentam em três tipos de instrumentos básicos de planeamento e de suporte à execução:

- ✓ Programa Orçamento da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (PO5), integrado no Orçamento de Estado;
- ✓ Programas Indicativos de Cooperação (PIC), a celebrar com cada um dos países parceiros e referente a um determinado triénio;
- ✓ Planos Anuais de Cooperação (PAC), que detalham para cada ano e cada país as linhas orientadoras definidas nos PIC.

O **Programa Orçamento da Cooperação Portuguesa** no Estrangeiro, definido anualmente, compreende parte das despesas relativas à Cooperação Portuguesa, existindo outras verbas destinadas para projectos de cooperação financiados por cada ministério, em sede do Orçamento de Estado. Usualmente, estas verbas não são identificáveis como respeitantes à cooperação, uma vez que estão integradas em rubricas de natureza operacional dos organismos.

Desde a concepção do PO5, o entendimento sobre os níveis de autorização para a cabimentação dos projectos contidos neste Programa não tem sido consensual entre a Direcção-Geral do Orçamento e as entidades públicas envolvidas na cooperação. No entanto, a partir de 2006 foi acordado que os projectos plurianuais previstos em PO5, não necessitam de autorização de cabimentação pelo Ministério das Finanças o que, numa primeira análise, poderá contribuir para a desburocratização de procedimentos e a disponibilização atempada dos recursos financeiros aos respectivos projectos e melhorar o grau de execução dos mesmos.

Os **Programas Indicativos de Cooperação** são elaborados numa base trienal, sendo posteriormente consubstanciados anualmente em planos de operacionalização de acções e projectos, designados por **Planos Anuais de Cooperação**.

O processo de negociação do **PIC 2004-2006** foi conduzido pelos ministérios representantes de Angola e Portugal (MIREX e MNE, respectivamente, sendo este último representado pelo IPAD¹⁰). O PIC foi assinado¹¹ no dia 23 de Outubro de 2003, com um quadro financeiro correspondente a **48 milhões de euros** (42 milhões de euros repartidos pelos três anos e um esforço suplementar de 6 milhões de euros).

Na mesa das conversações, foram tidas em consideração: (i) as necessidades previamente identificadas pelos diversos ministérios sectoriais angolanos; e (ii) as estratégias de desenvolvimento espelhadas nos documentos "Estratégia de Combate à Pobreza" e nos programas gerais do governo.

Com vista à preparação destas **reuniões de negociação do PIC**, foram realizados alguns esforços de análise e avaliação do PIC 2000-2002, que resultaram nas seguintes acções:

- ✓ Reunião do Secretariado Permanente da CIC¹², onde foi debatido o conteúdo do PIC;
- ✓ Divulgação, junto dos Ministérios, do documento¹³ de proposta das prioridades (ao nível de eixos) para Angola e recolha de informações e contributos para a elaboração do PIC.

¹⁰ Conselho Directivo, DS PFP, DS BIL I e DS BIL II.

¹¹ Assinado pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (Portugal) e pelo Vice - Ministro das Relações Exteriores (Angola).

¹² Dia 16 de Julho de 2003.

¹³ Documento "Preparação do PIC 2004-2006" de Angola, de 17 de Julho de 2003, emitido pelo IPAD – DS PFP.

- ✓ Reuniões entre as unidades orgânicas do IPAD que participam no processo de elaboração e acompanhamento do PIC e dos PAC de Angola, nomeadamente o Conselho Directivo, a DS PFP, a DS BIL I e a DS BIL II;
- ✓ Reuniões preparatórias com cada ministério, com vista à identificação de projectos. No entanto, esta informação é contraditória face às informações recolhidas durante as entrevistas de levantamento de dados, uma vez que a maioria dos interlocutores considera que não participa verdadeiramente no processo de preparação do PIC.
- ✓ Reuniões entre o IPAD e MIREX em Lisboa e em Luanda, acompanhados da Embaixada de Portugal em Angola ou da Embaixada de Angola em Portugal, consoante o local, e de alguns ministérios sectoriais de Portugal e de Angola, por forma a analisar o PIC 2004-2006 na perspectiva conceptual e, posteriormente, das necessidades do país a incorporar no Programa.

Neste processo não foram auscultados outros interlocutores envolvidos na cooperação, externos ou internos à estrutura do IPAD, como, por exemplo, a Divisão de Apoio à Sociedade Civil e as ONGD (via Plataforma Portuguesa das ONGD ou individualmente).

O PIC 2004-2006 prevê uma concentração de intervenções nas seguintes áreas prioritárias:

- ✓ Promoção das condições de Saúde e Educação;
- ✓ Reforço Institucional;
- ✓ Formação/Valorização de Recursos Humanos;
- ✓ Reinserção Social e Promoção de Emprego.

À semelhança do PIC, os **PAC** foram também **negociados** entre os ministérios MIREX e MNE (por via do IPAD¹⁴). Nas reuniões de negociação, Angola apresentou propostas de projectos estruturados e de projectos embrionários, que posteriormente foram apoiados tecnicamente pelo IPAD na sua concepção. No seio das relações da CP com Angola, existe um esforço cada vez maior em fomentar a iniciativa da apresentação de projectos e dinamização da sua execução, por parte do governo angolano.

Os PAC 2004, 2005 e 2006 foram assinados em Maio de 2004, Janeiro de 2005 e Fevereiro de 2006, respectivamente, correspondendo a um envelope financeiro global de **59.491.510,55 euros** (2004: 16 milhões de euros; 2005: 22 milhões de euros; 2006: 21,5 milhões de euros). Deste modo, constata-se que o valor orçamentado em sede de PAC é superior em cerca de **24%** ao previsto em sede de PIC. Até à data de emissão do presente relatório, não foram disponibilizados os dados para análise destes montantes, comparativamente aos executados durante o período 2004 até ao primeiro trimestre de 2006.

Previamente às reuniões entre as partes, alguns ministérios / organismos portugueses efectuem a **análise das necessidades** de Angola junto das entidades locais (nomeadamente com os ministérios homólogos), no âmbito do seu campo de intervenção, de forma a construírem projectos conjuntos entre os dois países.

Por norma, para efeitos de construção do PAC, o IPAD solicita aos diversos **ministérios sectoriais** portugueses a identificação dos projectos que já se encontram definidos (transitados do ano anterior ou previamente elaborados com as entidades locais) e a respectiva disponibilidade financeira, com vista à sua apresentação aos interlocutores do governo angolano.

Após a negociação e assinatura do PAC entre os representantes dos governos português e angolano, segue-se: (i) a **fase de análise e triagem** dos projectos, de acordo com critérios técnicos de elegibilidade e de viabilidade financeira, por parte da DS BIL I e da DS PFP tendo em consideração os recursos humanos e financeiros disponíveis por parte do governo português; (ii) a **fase de aprovação financeira** das verbas previstas para cada projecto por parte do Conselho Directivo do IPAD e pelo SENEK, caso o valor estimado do projecto ultrapasse os limites legalmente definidos; e (iii) a **comunicação dos projectos** aprovados às entidades envolvidas, sendo que, quer as entidades angolanas quer as portuguesas exprimem o seu descontentamento porque essa comunicação nem sempre se efectivou.

No período em análise, para além das formalidades mencionadas no parágrafo anterior, os **projectos plurianuais** inscritos no PO5 tinham que seguir para despacho do Ministério das Finanças.

¹⁴ Conselho Directivo, DS PFP, DS BIL I e DS BIL II.

Deve notar-se aqui que, o PAC é a **assumpção de um compromisso** de realização de determinados projectos com determinadas verbas indicativas (mas ainda não aprovadas em sede de orçamento), ressalva esta nem sempre compreensível para os parceiros angolano.

Os projectos são enquadrados nos respectivos eixos de intervenção definidos em sede de PIC, sendo necessário ressaltar que estes eixos foram sofrendo **ajustamentos em cada ano** (2004 a 2006), como se pode verificar no ponto IV.3. Eixos Prioritários.

O PAC é um instrumento de planeamento onde supostamente são concertadas todas as iniciativas previstas com o país parceiro. No entanto, constata-se que para além dos projectos contemplados neste plano existem outros que são elaborados e iniciados posteriormente, durante o ano civil (**projectos extra PAC**). Esta verba representa 4,63% dos montantes orçamentados nos PAC 2004-2006:

- ✓ para o período de 2004-2006, não foram evidenciados em PAC cerca de 1 855 000 euros, respeitantes a financiamento das ONGD;
- ✓ relativos ao ano de 2004 foram identificados valores executados extra PAC, em projectos financiados por entidades públicas, de cerca de 898 000 euros.

Por norma, devido a constrangimentos diversos do país parceiro, os PAC de Angola não contemplam projectos dinamizados e executados pelas **ONGD** com o apoio financeiro do IPAD, com excepção do ano de 2005, onde estão orçamentados cerca de 518 000 euros (2,1% do total constante em PAC 2005). Este montante respeita a cerca de 60% da verba atribuída em sede de concurso a candidaturas das ONGD a fundos para a cooperação, durante o ano de 2004.

Sempre que existam verbas que não são utilizadas em determinado ano, estas transitam para o PAC do ano seguinte. No entanto, a disponibilização de **saldos transitados** tem que ser aprovada pelo SENEK e, posteriormente pelo MF, o que pode protelar o recebimento do financiamento. Não foi possível obter informação financeira que expresse quantitativamente o respectivo impacto na execução dos projectos em Angola.

O **sistema de planeamento e definição de verbas para as ONGD** segue uma filosofia diferente dos projectos financiados e dinamizados pelas entidades públicas. Apesar do IPAD atribuir uma verba anual para o apoio à sociedade civil, não consegue prever o valor total a conceder e por países beneficiários, uma vez que estes dados dependem da quantidade e do mérito das candidaturas apresentadas pelas ONGD. No processo de aprovação encetado pelo IPAD, estão definidas regras próprias de análise dessas candidaturas, imprimindo uma imagem de rigor e exigência junto dessas organizações.

IV.2. Execução e Acompanhamento

No contexto da cooperação, os projectos apresentam-se como instrumento preferencial de execução (considerando-se neste âmbito as assessorias técnicas relativas à capacitação institucional), que atravessa **diversas fases** até à sua conclusão:

- ✓ Concepção da ideia;
- ✓ Identificação do projecto - momento em que é elaborada a Ficha do Projecto. Esta não é uniforme, variando o seu conteúdo consoante a entidade financiadora / promotora ou da entidade executora, no caso das ONGD. De uma forma geral, todas as fichas contêm a designação, o promotor, a descrição do projecto, os montantes orçamentados e a calendarização de actividades;
- ✓ Instrução do projecto – análise interna do projecto realizada pelo IPAD relativa à sua oportunidade e coerência. Nesta fase poderá ser necessária a preparação de estudos de viabilidade específicos;
- ✓ Aprovação da libertação dos meios – IPAD ou outra entidade financiadora;
- ✓ Execução do projecto pela entidade executora - nesta fase, o projecto é acompanhado quer em termos técnicos quer em termos financeiros pela entidade financiadora.

As orientações internacionais para a cooperação alertam para a necessidade da adopção de procedimentos que melhorem a programação, o acompanhamento e a avaliação, tendo em vista uma maior eficácia, impacte e sustentabilidade da cooperação. Neste sentido, no corrente ano (2006), o IPAD está a **desenvolver directrizes para a apresentação de propostas de projectos**,

contemplando itens que permitam efectuar essa avaliação, como, por exemplo, objectivos específicos, resultados esperados, plano de financiamento, indicadores e fontes de verificação, sustentabilidade ambiental, género, metodologia de acompanhamento, etc..

Aquando da concepção dos projectos, regra geral não é efectuado o exercício consciente da análise das **questões transversais** espelhadas na definição dos ODM, como a igualdade de género, a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, os grupos vulneráveis, boa governação e participação da sociedade civil.

No que se refere à forma de **financiamento dos projectos**, constata-se diferenças consoante a sua natureza e a autonomia financeira da entidade financiadora. Por norma, a disponibilização das verbas para os projectos é efectuada contra apresentação das despesas. Porém, existem outros procedimentos que apesar de serem excepcionais, são adoptados com vista a não provocar constrangimentos na execução dos projectos:

- (i) Atribuição de um montante parcelar do orçamentado em PAC, após apresentação, por parte da entidade executora, do relatório de execução financeira relativo ao subsídio recebido anteriormente;
- (ii) Atribuição de 80% do montante (orçamentado) no arranque do projecto ou do ano em causa e pagamento dos restantes 20%, após a apresentação do relatório de execução final.

No âmbito do **acompanhamento dos planos de cooperação** existem em Angola duas esferas: a do PAC e dos Projectos (*vide* Anexo K – Modelo de Acompanhamento dos Planos Anuais de Cooperação e Projectos), explicitadas no quadro apresentado:

| | Quem? | Como? |
|----------|-------------------------------------|--|
| PAC | IPAD – DS PFP/CG | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preparação de relatórios de acompanhamento sobre as acções da CP em Angola (sempre que solicitados), com base nas informações de DS BIL I. ✓ Recolha da Informação de “pontos de situação” trimestrais provenientes das entidades financiadoras e seu envio à DS BIL I. |
| Projecto | IPAD – DS BIL I | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Actualização dos dados relativos à execução financeira dos projectos e retrato sintético do ponto de situação. Usualmente, esta acção é realizada com periodicidade trimestral. ✓ Elaboração das fichas informativas, incluindo ponto de situação da respectiva execução financeira e física. |
| | Entidade Financiadora ¹⁵ | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação trimestral da execução financeira do projecto ao IPAD. ✓ Quando solicitado, apresentação da execução física do projecto ao IPAD. ✓ Realização de missões a Angola e apresentação dos respectivos relatórios ao IPAD. |
| | Entidade Executora | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação de relatórios de execução financeira à entidade financiadora. ✓ Elaboração de pontos de situação formais ou informais junto da entidade financiadora. |

No terreno não existem **estruturas específicas para acompanhar os projectos**, sendo que a Embaixada de Portugal em Angola representa institucionalmente o IPAD, no que se refere ao seguimento das actividades de cada projecto, em situações pontuais.

Em termos dos relatórios apresentados pelas diversas entidades, não se encontra pré-definido um **modelo próprio**. No entanto, está a ser elaborado pelo IPAD uma proposta de estrutura deste tipo de documento, de forma a colmatar diferenças de análise, consoante a entidade do organismo promotora do projecto.

¹⁵ Para determinados projectos, o IPAD assume também o papel de entidade financiadora.

No caso dos projectos executados pelas ONGD, existe uma maior exigência por parte do IPAD às entidades executoras, uma vez que impõe uma matriz única e coerente para a elaboração e apresentação de candidaturas. Estas contêm a descrição dos resultados esperados, indicadores e metodologia de avaliação que permitem efectuar um acompanhamento mais efectivo e analisar os efeitos dos projectos durante e após a sua conclusão.

IV.3. Eixos Prioritários

Os eixos prioritários definidos em sede do PIC 2004-2006 sofreram alterações quer ao nível da sua natureza quer ao nível da sua estrutura, como se pode observar no quadro seguinte:

Eixos Prioritários dos PAC 2004-2006

| PAC 2004 ¹⁶ | PAC 2005 | PAC 2006 |
|---|---|---|
| 1. Social 1.1. Promoção das Condições de Saúde 1.2. Promoção das Condições de Educação 2. Reforço Institucional 3. Formação / Valorização de Recursos Humanos 4. Reinserção Social e Promoção de Emprego 5. Outras Áreas de Intervenção | 1. Educação 2. Saúde 3. Capacitação Institucional 4. Reinserção Social e Promoção de Emprego 5. Programas Complementares de Apoio | 1. Capacitação Institucional 2. Educação 3. Saúde 4. Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais 5. Reinserção Social e Promoção de Emprego 6. <i>Clusters</i> 7. Programas Complementares de Apoio 8. Global Development Learning Network 9. Fundo para Pequenos Projectos 10. Outras Intervenções |

EIXO EDUCAÇÃO

PROJECTOS A DESTACAR:

Um projecto a salientar neste eixo é a construção de um edifício polivalente destinado à instalação do **Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda**, com capacidade para cerca de 1 500 alunos por turno, atingindo os 2 000 alunos com o ensino secundário em regime de desdobramento (dois turnos), destinando-se essencialmente à educação pré-escolar (crianças entre os 3 e os 6 anos) e ao ensino oficial não superior (crianças e jovens dos 6 aos 18 anos).

Há que salientar a cooperação em matéria de ensino superior, que tem como objectivo reforçar as relações luso-angolanas através da participação das Universidades Portuguesas no desenvolvimento científico de Angola. Entre outros exemplos, é de salientar a **cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN)**.

Por outro lado, saliente-se o apoio à criação da **Escola Superior de Tecnologias de Saúde de Luanda**, que tem como objectivo a formação de quadros com vista à melhoria dos índices de saúde pública em Angola, ou a actual política de concessão de **Bolsas de Estudo**, quer para a formação interna quer para a formação em Universidades portuguesas.

No âmbito do ensino da língua portuguesa nas universidades, o **ICA** desenvolve um projecto que passa pela contratação de quatro **formadores / leitores**, que são responsáveis pelo ensino do português nas universidades onde estão afectos, em estreita coordenação com as respectivas Reitorias.

¹⁶ No PAC 2004 os eixos prioritários são idênticos aos definidos no PIC 2004-2006.

Por fim, no âmbito do ensino básico e secundário, são relevantes os **projectos de construção da 3ª e 4ª Escolas Públicas**, a erigir no município de Kilamba Kiayi e no município de Belas, respectivamente (ambas em Luanda).

RESULTADOS A DESTACAR:

- ✓ Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda – previsto o início do funcionamento para o ano lectivo de 2005/2006.
- ✓ Cooperação FDUC / FDUAN – as actividades para o ano lectivo 2005/2006 tiveram início no mês de **Abril de 2005** e envolvem: (i) Ensino permanente; (ii) Apoio documental; (iii) Apoio à edição de obras escolares (entre 1.500 e 3.000 exemplares). Pretende-se que a intervenção tenha no próximo ano lectivo uma reorientação, passando a actividade lectiva a ser assumida por professores angolanos entretanto graduados.
- ✓ Bolsas – (i) Ensino Público - para o ano lectivo 2005/2006 foram disponibilizadas 32 bolsas, sendo que transitam 54 bolseiros do ano de 2004/2005; (ii) Ensino Diplomático – estima-se que no ano de 2006 ocorra a 4ª edição do Curso Intensivo para Diplomatas (5 bolsas) com duração prevista de 25 dias; (iii) Ensino Militar – usufruirão de bolsa de estudo no ensino militar o total de 67 pessoas (37 alunos no exército, 21 na Marinha, 8 na Força Aérea e 1 no Instituto de Defesa Nacional).
- ✓ Construção da 3ª escola pública – a obra iniciou-se apenas em Julho de 2005, estando prevista a sua conclusão no primeiro semestre de 2006.
- ✓ Construção da 4ª escola pública – o financiamento do projecto foi aprovado em Abril de 2005 e a obra teve início em Julho desse ano.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ Financiador: IPAD
- ✓ Ministério das Relações Exteriores (MIREX)
- ✓ ICA
- ✓ FDUAN

EIXO SAÚDE

PROJECTOS A DESTACAR:

O **Apoio ao Hospital Neves Bendinha – Unidade de Queimados e Cirurgia Reconstructiva** é considerado um projecto relevante nesta matéria, na medida em que visa satisfazer as necessidades clínicas sentidas em Angola. Procura-se, assim, iniciar um processo de abordagem sistémica de capacitação institucional do Hospital Neves Bendinha que gradualmente será extensível a diferentes áreas da sua actuação.

O **Apoio ao Hospital Pediátrico de Luanda** tem como principal objectivo a capacitação na área do controlo de doenças infecciosas, nomeadamente das meningites e da tuberculose, e no desenvolvimento de capacidades nas áreas da microbiologia. Este projecto é fundamental para combater a mortalidade infantil, começando por uma concentração inicial em Luanda, onde se encontra uma percentagem muito elevada da população nacional e onde as condições de vida acabam por traduzir-se em maiores fragilidades sanitárias.

Saliente-se, também, o **Programa de Reforço de Capacidades** nas áreas da Saúde Pública, Gestão em Saúde, Clínica Geral, Saúde Mental, Enfermagem e Controlo das Doenças Infecciosas, que envolve a prestação de assistência técnica e a formação nas seguintes áreas: (i) Reorganização dos Serviços de Saúde (cirurgia reconstructiva; controlo de doenças infecciosas; apoio aos serviços de medicina familiar; (ii) Apoio à Formação Pós-Graduada (2º Curso de Saúde Pública; Formação de Enfermeiros); (iii) Apoio aos Internatos Complementares (Saúde Pública; Clínica Geral; Saúde Mental); e (iv) Manutenção de Equipamentos.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ Financiadores: IPAD e Direcção-Geral da Saúde
- ✓ Hospital Pediátrico de Luanda
- ✓ Ministério da Saúde de Angola

EIXO CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

PROJECTOS A DESTACAR:

Neste âmbito, há a realçar a relevância do projecto de **Assistência Técnica ao Secretariado Nacional do Comité Nacional da SADC**, em resultado do alargamento das atribuições desta entidade, na sequência de um processo de reestruturação e racionalização das estruturas da SADC. Assim, o presente projecto tinha como objectivo a dotação do Secretariado Nacional do Comité Nacional da SADC de capacidades auto-sustentáveis para o desempenho eficiente do mandato que lhe foi conferido no âmbito da formulação e execução das políticas e estratégias definidas pelo Comité Nacional da SADC, nomeadamente através de assessoria técnica permanente e assessoria especializada.

Numa análise geral, identificam-se assessorias ou assistências técnicas a entidades diversas, nomeadamente: Ministério das Obras Públicas, Laboratório de Engenharia de Angola, Ministério das Finanças, Banco Central, Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, Ministério do Planeamento, MINARS, MAPESS, Instituto Nacional de Estudos Jurídicos, etc..

RESULTADOS A DESTACAR:

- ✓ Não foram disponibilizados dados (nomeadamente relatórios de acompanhamento) que permitam análises sobre os resultados objectivamente alcançados neste eixo.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ Financiador: IPAD
- ✓ Secretariado Nacional do Comité Nacional da SADC

EIXO REINSERÇÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DO EMPREGO

PROJECTOS A DESTACAR:

Um projecto fundamental no âmbito deste eixo é o **Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário nos Municípios do Sambizanga, Cazenga e Viana**, que integra os seguintes sub-projectos: (i) Apoio à infância (centros infantis comunitários); (ii) Fundo de apoio ao desenvolvimento social (microcrédito); (iii) Alfabetização para mulheres e vendedores ambulantes; (iv) Centro Social Óscar Ribas (recuperação e adaptação); (v) Kididi Kia Kulonga – Lugar de Aprender; (vi) Escola Dom Bosco (curso de educadores de infância).

RESULTADOS A DESTACAR:

- ✓ Apoio à infância – foram concluídas as instalações relativas a 8 centros, sendo apoiadas cerca de 240 crianças e jovens visando o seu desenvolvimento integral;
- ✓ Fundo de apoio ao desenvolvimento social – foram concedidos mais de 300 créditos (com uma taxa de reembolso de cerca de 70%) e foi apoiada a criação de 28 micro-empresas, das quais 4 estão totalmente legalizadas e 24 encontram-se em vias de legalização;
- ✓ Alfabetização para mulheres e vendedores ambulantes – 13 núcleos de alfabetização abrangem 8.384 pessoas (3.650 adultos e 5.030 mulheres), apoiadas por 231 alfabetizadores e 98 estagiários;
- ✓ Centro Social Óscar Ribas – nos espaços recuperados desenvolvem-se actividades diversas (alfabetização diurna e nocturna, cursos profissionalizantes, pastelaria, instalador electricista, pedreiro, auxiliar de electrónica e ocupação de tempos livres);
- ✓ Kididi Kia Kulonga – encontram-se concluídos os 12 centros de alfabetização, cujas actividades abrangem cerca de 3.900 pessoas.
- ✓ Escola Dom Bosco – o complexo escolar é constituído pela escola (25 salas com capacidade média de 50 alunos cada), capela e espaço desportivo. A escola é frequentada por cerca de 4.000 alunos, em vários turnos.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ Gabinete para a Cooperação do MTSS de Portugal
- ✓ IPAD
- ✓ Gabinete de Intercâmbio Internacional do MINARS

- ✓ Direcção Nacional de Assistência e Promoção Social do MINARS
- ✓ Direcção Nacional da Infância do MINARS
- ✓ Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Família e Promoção da Mulher de Angola
- ✓ Congregação dos Salesianos de Dom Bosco
- ✓ Associação Obra de Caridade da Criança Santa Isabel

EIXO PROGRAMAS COMPLEMENTARES DE APOIO

PROJECTOS A DESTACAR:

Este eixo abarca diversas naturezas de projectos, destacando-se as seguintes: energia e águas, geologia e minas, cultura, cooperação técnico militar e apoio à sociedade civil.

O apoio à edição da **Carta Geológica de Angola** é um projecto relevante neste eixo, tendo como objectivo a publicação da Folha 335 (Lubango W) da Carta Geológica e da respectiva Notícia Explicativa, o desenvolvimento da investigação geológica complementar bem como a inventariação dos recursos geológicos da região. A segunda fase deste projecto, planeada para 2006, prevê a edição de 500 exemplares da referida Carta Geológica e da correspondente Notícia Explicativa.

Por outro lado, a **assistência técnica à EPAL, EP** (Empresa Pública de Águas) consistiu na prestação de assistência técnica às Estações de Tratamento de Água (ETA) de Kifangondo e Avaliação da ETA de Kikuxi e na instalação e implementação de um Novo Sistema de Gestão de Clientes da EPAL Luanda por parte da empresa Águas de Portugal (AdP).

RESULTADOS A DESTACAR:

- ✓ Publicação em 2005 da Carta Geológica da Folha 335 e elaboração da respectiva Nota Explicativa.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ Financiador: IPAD
- ✓ Ministério de Geologia e Minas - Instituto Geológico de Angola
- ✓ EPAL

EIXO AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E RECURSOS NATURAIS

PROJECTOS A DESTACAR:

No presente eixo, saliente-se o **Projecto de Apoio Institucional ao Instituto de Investigação Agronómica**, que tem como objectivos a formação de doutorandos, nomeadamente no âmbito de um projecto de apoio institucional à formação profissional dos quadros técnicos do MINADER, e o apoio a projectos-piloto de investigação a desenvolver no âmbito da Estação Experimental do Mazozo, no Bengo Sul.

De destacar, também, o **Projecto de Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural**, que tem como objecto a estruturação de um quadro de políticas e estratégias para o desenvolvimento rural, constituindo um ponto de partida para o desenvolvimento do sector primário e do mundo rural angolano.

RESULTADOS A DESTACAR:

- ✓ Os projectos estão incluídos no PAC 2006, pelo que se encontram em fase de instrução para posterior análise técnico-financeira.

PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS:

- ✓ MINADER

EIXO CLUSTER

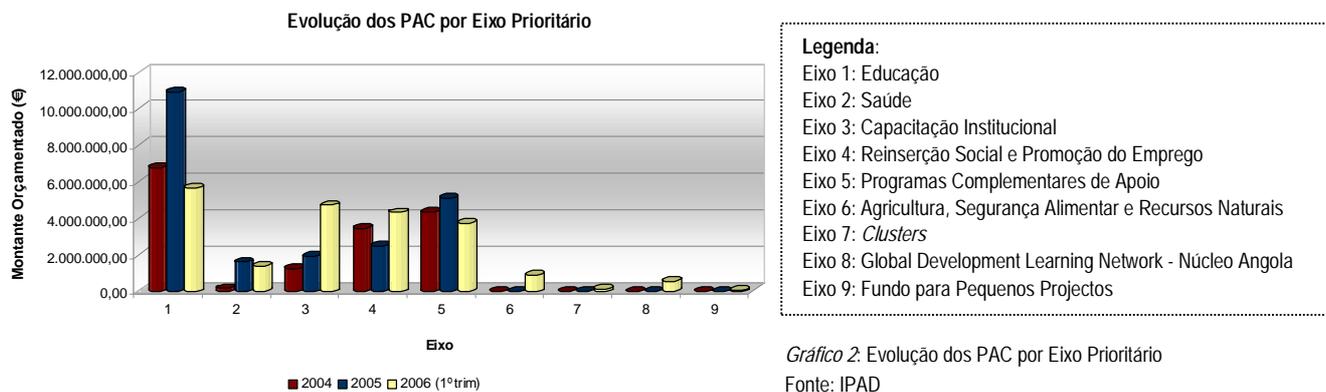
Este eixo surge em 2006 e contempla uma verba de 150 000 euros para a identificação de um "Cluster"^{17 18}. Pretende-se que o Cluster seleccionado possa assumir-se como primeiro motor do desenvolvimento económico de uma determinada divisão político-administrativa do país, que não seja a capital do país (Luanda).

Eixo Global Development Learning Network (GDLN)

A GDLN é uma rede de ensino à distância do Banco Mundial, apoiada em tecnologias multimédia, com mais de 80 centros espalhados pelo mundo, localizados sobretudo nos países em desenvolvimento. O objectivo da criação de um Centro em Angola é a estruturação de uma Sub-Rede Lusófona na GDLN, ligando numa primeira fase o novo Centro ao Centro já existente em Moçambique, modernizando o equipamento instalado e apoiando a sua gestão, sobretudo através da figura de um Coordenador da Sub-Rede. Numa segunda fase seriam criados os centros nos restantes PALOP. Este projecto encontra-se em fase de análise e decisão.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAC

De seguida é apresentada a análise exclusivamente financeira dos PAC 2004, 2005 e 2006, sendo que em anexo é apresentada a execução financeira de cada projecto. De salientar que esta análise encontra-se incompleta por falta de informação de execução dos projectos de 2004.



Da análise do gráfico anterior e da **composição dos eixos por PAC** (vide Anexo L – Composição dos Eixos dos PAC 2004-2006) pode constatar-se:

- (i) Diversificação dos eixos do ano de 2004 para o ano 2006;
- (ii) Alteração do nível de prioridade dos projectos por natureza de eixo de intervenção: menor enfoque no eixo "Educação" em contrapartida da "Capacitação Institucional" e da "Reinserção Social e Promoção do Emprego";

¹⁷ De âmbito geográfico, nos quais actuam diversos agentes de cooperação numa lógica de complementaridade e coordenação que imprima efeitos sinérgicos e eventualmente multiplicadores aos programas e projectos de cooperação.

¹⁸ Vide conceito de "Cluster" in Presidência do Conselho de Ministros, "Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa", Lisboa, IPAD, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

- (iii) Em termos relativos, diminuição do peso do eixo “Educação” (de 42% para 27%), em contraposição com a Saúde (de 1% para 7%) e a “Capacitação Institucional” (de 2% para 22%). A diminuição do peso do eixo “Educação” deriva, essencialmente, da conclusão da construção e remodelação de escolas, que normalmente implica em montantes elevados);
- (iv) Em 2006, o montante orçamentado para os eixos “Educação”, “Capacitação Institucional”, “Reinserção Social e Promoção de Emprego” e “Programas Complementares de Apoio”, evidencia uma distribuição mais equitativa entre eles.

Evolução dos PAC 2004-2006

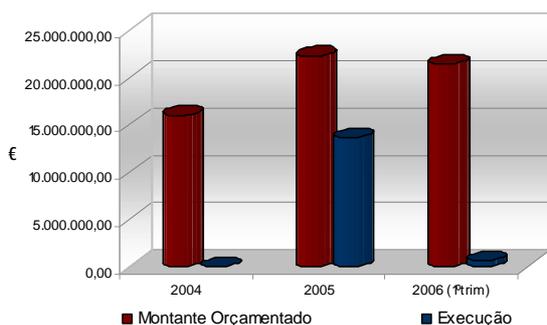


Gráfico 3: Evolução dos PAC 2004 - 2006

Fonte: IPAD

Nota: À data da elaboração deste relatório, os dados relativos a 2004 não estavam disponíveis

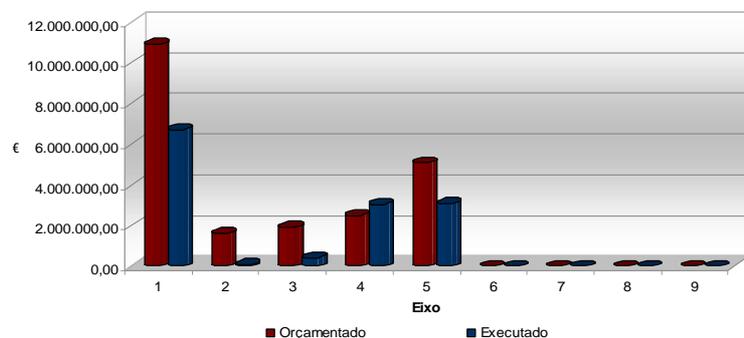
Em termos da **execução financeira dos PAC**, verifica-se que no ano de 2005 foi atingido cerca de 61% do montante orçamentado e no ano de 2006 a execução corresponde a cerca de 13%, equiparando ao montante orçamentado para um trimestre.

Relativamente ao ano de 2004, apenas se encontram disponíveis os montantes relativos a três instituições: MTSS, ICA e Ministério da Justiça, pelo que para efeitos de análise deste gráfico não foram tidos em consideração.

Analisando o grau de **execução financeira do PAC 2005** por eixo de intervenção, constata-se que: (i) apenas o eixo “Reinserção Social e Promoção do Emprego” apresentou montantes acima dos orçamentados; e (ii) o eixo “Educação” apresentou níveis de execução, em termos de valor, da ordem dos 50% e o eixo “Saúde” registou níveis de execução muito reduzidos (6%).

O baixo grau de execução dos PAC é explicado em boa parte pelo sistema de programação anual e pelos modelos de aprovação e de financiamento dos projectos. Este último tem gerado constrangimentos em projectos plurianuais e em projectos com saldos transitados (que representam uma percentagem considerável do orçamento do IPAD).

PAC 2005 - Execução por Eixo de Intervenção



Legenda:

- Eixo 1: Educação
- Eixo 2: Saúde
- Eixo 3: Capacitação Institucional
- Eixo 4: Reinserção Social e Promoção do Emprego
- Eixo 5: Programas Complementares de Apoio
- Eixo 6: Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais
- Eixo 7: Clusters
- Eixo 8: Global Development Learning Network - Núcleo Angola
- Eixo 9: Fundo para Pequenos Projectos

Gráfico 4: PAC 2005 – Execução por Eixo

Fonte: IPAD

V. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

V.1. Programação, Planeamento e Acompanhamento

V.1.1. Estratégia e Instrumentos de Planeamento

- Os **procedimentos prévios à negociação** do PIC e do PAC (identificação de necessidades, recolha de informação, análise dos resultados obtidos no passado, etc.) não se encontram normalizados e formalizados como prática organizada, existindo um comportamento variável de acordo com os interlocutores do processo.
- No âmbito da **identificação das necessidades**, os actores portugueses da cooperação aceitam, sem contrariar, as solicitações do país. Como excepção a esta postura encontram-se alguns ministérios sectoriais que, junto dos seus homólogos, avaliam as necessidades e as suas prioridades. O **sistema de planeamento** do PIC e dos PAC não assegura a análise e avaliação das acções de cooperação transactas, por todos os agentes financiadores e responsáveis pelo acompanhamento da execução dos projectos nomeadamente, as ONGD¹⁹, e a Divisão de Apoio à Sociedade Civil (unidade orgânica do IPAD).
- O **PIC** revela-se um instrumento de planeamento estratégico, político e teórico que não contempla a materialização / quantificação dos objectivos da Cooperação Portuguesa quanto aos resultados a alcançar, enquadrados quer na Estratégia de combate à Pobreza de Angola quer nos ODM. A par deste situação, não se encontram instituídas políticas e procedimentos de medição dos resultados, face aos ODM, no final do programa.
- Por outro lado, os **PAC**:
 - ✓ traduzem-se em acordos bilaterais anuais de actividades a serem realizadas durante os anos a que respeitam, sem contextualização dos contributos de cada uma para os objectivos definidos em sede de PIC;
 - ✓ revelam-se um plano estático à data da assinatura e não contemplam todas as acções de cooperação portuguesa, nomeadamente compromissos políticos assumidos a meio do ano e os projectos desenvolvidos pelas ONGD no âmbito da APD;
 - ✓ não apresentam uma articulação clara e disciplinada com o PIC, podendo mesmo ser alteradas as prioridades entre os eixos estratégicos definidos a nível do PIC;
 - ✓ são factores constrangedores para a execução de projectos plurianuais, uma vez que a sua orçamentação é anual;
 - ✓ retratam uma pulverização de pequenas acções e projectos, muitas vezes sem uma lógica de articulação entre eles.
- A **análise técnica e da viabilidade financeira** dos projectos é assegurada pelo IPAD após a assinatura dos PAC, entre os representantes do governo angolano e do IPAD.
- Cabe ao IPAD comunicar a **aprovação dos projectos** aos diferentes interlocutores da CP. No entanto, verifica-se algum descontentamento destes últimos neste processo, decorrente de diversas situações: (i) ausência de comunicação; (ii) comunicação não atempada; ou (iii) falta de justificação de selecção de determinados projectos.

V.1.2. Execução e Acompanhamento

- Os projectos não são instruídos na lógica de preparação de **objectivos e indicadores** que permitam avaliar os resultados obtidos ao longo do projecto.
- No âmbito dos **instrumentos de acompanhamento** instituídos pelo IPAD para a CP em Angola, pode constatar-se que:

¹⁹ Note-se que, relativamente à CP em Angola, as ONGD não são consideradas, regra geral, em PAC (por exigências das próprias autoridades angolanas).

- ✓ Não se encontram normalizados em termos de **conteúdo e periodicidade**, para todas as entidades envolvidas nos projectos dos PAC;
 - ✓ Para além dos relatórios de apoio às visitas de altos representantes do governo português a Angola, não são produzidos **documentos / relatórios periódicos** de acompanhamento dos projectos por parte do IPAD;
 - ✓ A **informação documental** dos projectos contida na respectiva pasta de arquivo não se encontra estruturada, por forma a facilitar a localização dos dados independentemente do utilizador (colaborador do IPAD ou entidade avaliadora, por exemplo);
 - ✓ Quando detectadas dificuldades na execução dos projectos ou verificada a obtenção de fracos resultados, não existe evidência da **definição das acções a realizar** com vista a ultrapassar os problemas detectados, com a definição dos responsáveis envolvidos no projecto e prazos de intervenção;
 - ✓ Os instrumentos de acompanhamento da execução financeira existentes no IPAD respondem apenas a cada um dos anos, relativos ao PAC, não respeitando a **lógica do rastreio da informação dos projectos** (lógica de continuidade, face à característica plurianual dos mesmos). Para além disso, nestes instrumentos, em algumas situações não se encontram correctamente identificadas as entidades executoras dos projectos, como é o caso dos projectos financiados pelo MTSS, obrigando ao utilizador dessa ferramenta a consulta individual das Fichas dos Projectos ou de outra documentação;
 - ✓ O **controlo** dos instrumentos de acompanhamento não tem sido correctamente acautelado, tendo em consideração que o IPAD não dispõe dos dados relativos à execução física dos projectos constantes no PAC 2004. Esta situação é justificada pelo IPAD com base nas constantes mudanças organizacionais e transferência de competências e responsabilidades entre áreas.
- O **acompanhamento técnico** dos projectos depende, em grande parte, da qualidade técnica e experiência das estruturas existentes nos ministérios sectoriais.
 - Em termos gerais, o **acompanhamento físico e financeiro** dos projectos no terreno é diferenciado consoante a entidade envolvida (IPAD ou ministérios sectoriais). No entanto, das entidades consultadas e dos projectos observados, destaca-se o MTSS, que efectua um acompanhamento mais rigoroso quer em termos financeiros quer em termos de execução física, com apenas duas visitas por ano ao terreno. Na esfera angolana, os ministérios sectoriais locais restringem a sua actuação à assistência aos técnicos da CP, aquando da sua deslocação ao país.
 - Durante o ano de 2006, o IPAD está a encetar esforços com vista à implementação de **instrumentos padronizados** aplicáveis a todos os projectos como, por exemplo, o modelo de ficha de projecto e de relatórios de acompanhamento (resultados esperados, objectivos e indicadores) que permitam aumentar a qualidade técnica da monitorização e do processo de avaliação dos resultados.
 - A estrutura e o enquadramento dos projectos nos respectivos eixos, definidos pelas entidades portuguesas (em parceria com as autoridades e/ou entidades angolanas), nem sempre são respeitados aquando da elaboração dos PAC. Para além desta questão, a classificação dos projectos por eixo varia consoante o ano. No âmbito do acompanhamento da execução financeira dos planos, estes factos colocam em causa a **comparabilidade e análise de evolução dos dados** ao longo do triénio, bem como a análise da execução dos projectos.
 - No seguimento do ponto anterior, também se constata algumas situações em que a **informação da execução dos projectos** prestada por parte do IPAD não cruza com a da entidade financiadora.
 - Não existe uma **comunicação satisfatória** entre os serviços do IPAD que permita obter ganhos de *Know-How*, pela transferência de conhecimento entre a DS SCAE e as DS BIL, no âmbito da partilha das ferramentas de monitorização de projectos, nomeadamente no que se refere às Fichas de Projectos e aos Relatórios de Execução Financeira.
 - O **sistema de financiamento** actual, genericamente adoptado, baseia-se na disponibilização de verbas contra apresentação das despesas. No entanto, existem entidades financiadoras que utilizam a lógica de subsídio (previamente à realização da despesa), de modo a aligeirar constrangimentos na execução dos projectos²⁰.

²⁰ Prática utilizada pelo MTSS.

V.2. Critérios de Avaliação

V.2.1. Relevância / Pertinência

(conformidade da intervenção relativamente aos objectivos / necessidades e resultados pretendidos, face aos problemas de desenvolvimento do país)

- A avaliação da relevância não pode ser efectuada directamente a partir dos objectivos e dos resultados pretendidos, na medida em que existe uma definitiva condicionante de partida, correspondente à **falta de definição, pelo menos de forma sistematizada, de objectivos e dos resultados pretendidos**, de forma quantitativa e temporalizada, com as intervenções planeadas ao nível dos PIC e PAC, os quais acabam antes por se assumir como um conjunto de intenções.
- Por este motivo, e como se refere no ponto V.3.1. no âmbito do requisito da coerência, apesar de genericamente os programas de cooperação com Angola se adequarem às respectivas necessidades (ou pelo menos a parte delas), não há como estabelecer, de forma sustentada, uma relação directa entre as **iniciativas e os resultados**.
- Entretanto, tal não obsta a que se faça esta **avaliação** analisando, **num âmbito mais geral** e, porventura, mais fundamental, se o PIC e os PAC de 2004-2006, de qualquer modo, estão alinhados com as necessidades estruturais do desenvolvimento angolano e com as qualificações específicas de Portugal para o apoio a esse desenvolvimento.
- Neste âmbito, no período em análise, a CP com Angola nem sempre esteve direccionada do melhor modo para as **reais necessidades do país**. É patente que nem sempre a orientação é a mais satisfatória do ponto de vista de Angola, havendo resultados e sensibilidades muito desiguais e parceiros portugueses, nomeadamente ministérios, com diferentes graus de adequação das suas intervenções às necessidades angolanas:
 - ✓ No sector da **Justiça**, as necessidades fundamentais incidem sobre dois níveis: formar o corpo de juizes e rever códigos antigos e ultrapassados. Apesar da intervenção da CP incidir sobre esses níveis, em termos programáticos, na formação de juizes já realizada, estes não conseguem acompanhar a linguagem técnica das acções no CEJ e a cooperação ao nível da revisão dos instrumentos legais e de apoio à organização dos próprios serviços do Ministério da Justiça não tem acontecido;
 - ✓ No sector de **Educação**, as questões centrais são a formação de professores e a organização do próprio Ministério, sendo notória a insatisfação de Angola, dado que a alternativa plausível é o Brasil, que não tem a mesma leitura da língua portuguesa nem a mesma tradição institucional. Muito embora esteja a ocorrer uma clara mudança de ênfase na cooperação ao nível da Educação de um modo geral, nos anos transactos a inadequação entre a acção da CP e as necessidades angolanas também se verificou neste sector, com importância significativa da concessão de bolsas e da formação de técnicos em Portugal, quando a concessão de bolsas para estudantes angolanos em Portugal deve restringir-se a áreas onde a Universidade Agostinho Neto não tem ainda estruturas lectivas apropriadas e as acções de formação devem ocorrer prioritariamente em Angola e *"on the job"*²¹;
 - ✓ Na área das **Finanças** o panorama não se altera: embora haja projectos pontualmente satisfatórios, como no âmbito das Alfândegas, o Ministério das Finanças é carente de instrumentos, de organização e de pessoal experimentado, não tendo encontrado junto da CP, até ao momento, apoios para criar condições de superação das suas deficiências estruturais. Exemplo que traduz esta situação é a exigência de que o Ministério das Finanças apresente um plano de necessidades, quando os quadros técnicos desse Ministério não têm experiência que os qualifique para uma identificação clara das mesmas, tanto ao nível da formação quanto ao do apoio ao desenvolvimento de instrumentos técnicos para a gestão da coisa pública;
 - ✓ No sector da **Saúde** tem havido correspondência em termos de políticas nalgumas áreas, com satisfação da parte angolana, como sejam a elaboração de curricula para especialidades médicas, formação de formadores na área da Saúde Pública, mas com dificuldades de coordenação entre as diversas entidades portuguesas parceiras de Angola;
 - ✓ Há casos de sucesso e de adequação da CP às necessidades angolanas de desenvolvimento, onde se destaca o **Ministério do Trabalho e da Segurança Social**, cuja cooperação é vista como exemplar por grande parte dos nossos interlocutores em Angola, com relevância apreciável quer em termos de objectivos quer de resultados obtidos.

²¹ No entanto, Angola tem a responsabilidade da selecção dos bolseiros e das respectivas áreas de ensino.

- Dadas as opções de fundo do Estado angolano, a CP é insubstituível ou tem um **papel central no apoio** à superação das limitações mais gravosas deste “Estado Frágil”, as quais são: (i) a insuficiente disseminação da língua portuguesa no próprio aparelho de Estado; (ii) a falta de legislação estrutural e articulada em inúmeros domínios; e (iii) a falta de processos e procedimentos, de modo generalizado, que facultem ao Estado uma capacidade mínima de resposta tecnicamente adequada às necessidades do país. Esta constatação tem como premissa que Angola assume a língua portuguesa enquanto língua oficial do Estado e a matriz jurídica portuguesa como referência matricial para a própria construção do Estado Angolano.

V.2.2. Eficiência

(medida em que os recursos – financeiros, técnicos, humanos – são convertidos em resultados de forma mais económica possível)

Recursos Financeiros

- A insuficiência de **recursos financeiros** é apontada por boa parte dos actores como sendo um constrangimento para a CP em Angola. No entanto, esta questão é relegada para segundo plano pelos intervenientes do trabalho de “campo” quando confrontados com a necessidade de uma clareza estratégica da actuação da CP. Grande parte das entidades consideram primordial uma eficiente utilização dos recursos e não o aumento dos mesmos em sede de PAC.
- É de entendimento praticamente geral dos actores da cooperação portuguesas que podem ser envidados alguns esforços no sentido da **redução de custos**, nomeadamente em termos de execução de actividades transversais aos diversos actores de modo concertado (utilização de serviços / meios partilhados) e ao nível da utilização das novas tecnologias de comunicação à distância, no âmbito do ensino e formação.
- Os atrasos sistemáticos na disponibilização das verbas orçamentadas, devido ao sistema de programação e autorização de verbas instituído, implicam **taxas de execução financeira** modestas (cerca de 61%, em 2005), na medida em que o período de realização das acções e projectos previstos em PAC se reduz consideravelmente. Como excepção a esta situação, encontra-se o MTSS, dado dispor de orçamento e autonomia financeira próprios e precaver em sede de orçamento as despesas do primeiro trimestre do ano subsequente. Até Junho de 2006, constatou-se que ainda não tinham sido disponibilizadas as verbas relativas a esse ano, sendo este um factor crítico para a sobrevivência de alguns projectos, nomeadamente os relacionados com o Ministério da Justiça e com a UAN²². No entanto, o atraso da disponibilização dessas verbas foi justificado pelo IPAD pela não apresentação dos documentos de suporte das despesas efectuadas até à data, pelas entidades angolanas.
- A disponibilização de **saldos transitados** tem que ser aprovada pelo SENE e, posteriormente, pelo MF, o que pode implicar em atrasos no recebimento do financiamento.
- Um problema grave da gestão dos recursos financeiros prende-se com o facto do IPAD não dispor de **autonomia financeira**, estando dependente de trâmites processuais burocráticos e morosos. Neste contexto, a situação já referida dos saldos transitados é emblemática.

Recursos Humanos

- A escassez e a falta de adequação de **recursos humanos** é um problema crítico do sistema de cooperação portuguesa em geral e da cooperação com Angola em particular, na medida em que:
 - ✓ Durante o período de 2003 a Junho de 2006, o IPAD foi administrado por três Presidentes e sofreu alterações na estrutura orgânica e funcional que se reflectiu directamente no processo de análise e acompanhamento dos projectos²³. As constantes reestruturações organizacionais do IPAD e a rotatividade dos quadros técnicos, afectam a **consolidação dos conhecimentos** e o desenvolvimento de ferramentas apropriadas. Esta constatação é partilhada pelos parceiros angolanos;
 - ✓ No decurso do levantamento de dados, o IPAD identificou **necessidades**, em termos quantitativos, ao nível dos quadros técnicos, com vista a um acompanhamento mais efectivo dos projectos. Esta situação está condicionada pelas restrições orçamentais e de contratação de recursos humanos vigentes em Portugal;

²² Na sua generalidade, a formação profissional ministrada em Angola estende-se por um período temporal superior ao previsto.

²³ Aquando da negociação do PIC 2004-2006, as actividades de análise e de acompanhamento dos projectos estavam sob a responsabilidade de unidades orgânicas distintas (DS BIL I e DS BIL II). Posteriormente, e nos dias de hoje, essas actividades são efectuadas pela mesma área, numa lógica de condução integrada dos processos, por país. Neste sentido, persistiram as designações DS BIL I e DS BIL II, tendo sido distribuídos os países parceiros da CP entre essas duas estruturas.

- ✓ Em termos gerais, os ministérios sectoriais portugueses consideram que também não dispõem de recursos humanos suficientes, com uma ou outra excepção (por exemplo, o MTSS e o MDN);
 - ✓ Apesar de não ter sido apontada nenhuma situação em específico, existe um consenso generalizado por parte dos actores da cooperação portugueses de que os colaboradores que integram as missões ao terreno nem sempre detêm o perfil e experiência adequados;
 - ✓ O período de calendarização do ensino em Portugal é diferente do período lectivo em Angola, o que dificulta, de algum modo, o **envio de quadros técnicos** para a realização das actividades de ensino;
 - ✓ Ao nível dos Ministérios sectoriais angolanos, são identificadas necessidades no âmbito da formação de quadros, com vista a dotá-los de **valências técnicas** num curto período de tempo (rápida multiplicação de conhecimentos) em contraposição com as **valências conceptuais** e de longa duração. Ou seja, são preferíveis as pós-graduações lato senso em detrimento dos mestrados, as acções de formação *on the job* em vez das complementares para licenciados, a exemplo do que sucede com o Ministério da Justiça, onde os juizes não obtêm o proveito desejado das acções realizadas pelo CEJ, ou o Ministério das Finanças, onde estágios dos seus inspectores na DGCI seria de maior utilidade do que a frequência de cursos de especialização em Portugal;
 - ✓ Os recursos humanos disponibilizados pela CP ao nível do eixo "Capacitação Institucional", permanecem no terreno durante curtos períodos temporais o que, para as entidades angolanas, constitui um constrangimento, elegendo como preferencial a **disponibilização de recursos durante períodos contínuos e não pontuais**. No entanto, as assessorias técnicas de longa duração sem a prévia definição de objectivos e um disciplinado plano de trabalho, poderá conduzir a resultados insatisfatórios, uma vez que há a tendência, em outros exemplos da CP, de esses recursos substituírem os funcionários do país parceiro ao nível da pura execução de tarefas, não existindo uma efectiva capacitação daqueles;
 - ✓ **A Embaixada portuguesa em Angola** não se encontra adequadamente dotada com recursos humanos suficientes para a satisfação das funções a desempenhar, com vista ao acompanhamento apropriado dos projectos e à coordenação com as entidades multilaterais e bilaterais.
- No **âmbito multilateral**, Portugal não aproveita o espaço de oportunidades que lhe confere a ligação cultural a Angola e o domínio da língua portuguesa para colocar no terreno, contratados pelas agências multilaterais, técnicos qualificados.
 - Também do ponto de vista angolano há dificuldades que afectam a eficiência da CP, neste caso devidas às **debilidades institucionais do país**, tanto a nível da qualificação dos recursos humanos quanto a nível da organização, de que são exemplos o Ministério das Finanças, com dificuldades na definição clara das suas necessidades, ou o Ministério da Saúde, com problemas na coordenação das múltiplas frentes de trabalho abertas.

Recursos Técnicos e Logísticos

- Durante o período em análise, a CP em Angola apresenta sérias **debilidades** em termos dos métodos e instrumentos instituídos e da articulação das ferramentas informáticas, para uma adequada gestão de informação e intervenção ao nível da implementação dos projectos, do acompanhamento e da avaliação. (*vide* capítulo IV.2. Execução e Acompanhamento).
- De uma forma geral, os ministérios angolanos **não dispõem de políticas, procedimentos, metodologias e conhecimentos técnicos** necessários para a **gestão dos seus dossiers**, necessitando muito mais de assessorias, de formação *on the job* e de cursos dirigidos para as suas necessidades práticas do que de intervenções pontuais, que não deixam resultados;
- Com base no levantamento efectuado, a CP em Angola não dispõe de **instalações** nem de **meios de transporte** adequados, quer se trate da Embaixada Portuguesa em Angola, quer dos cooperantes. De acordo com o Ministério da Educação angolano, o governo está disponível para proporcionar as condições (nomeadamente os terrenos), por forma que Portugal construa as infra-estruturas necessárias para a estadia dos quadros técnicos portugueses em Angola (como por exemplo, os professores).

V.2.3. Eficácia

(medida segundo a qual os objectivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos ou se espera que sejam alcançados)

- Embora seja convicção praticamente generalizada dos actores consultados que a grande parte das actividades e projectos da CP respondem aos **ODM**, designadamente a redução da pobreza, não há uma relação directa entre esses objectivos e os propósitos das acções e projectos incluídos nos PAC, bem como dos eixos prioritários definidos no PIC.

- Não são definidos **objectivos específicos** a alcançar para cada projecto ou acção a desenvolver, que sejam mensuráveis e suportados por indicadores concretos, pelo que não é possível analisar com rigor o grau de prossecução dos objectivos pretendidos pela CP em Angola. No entanto são identificadas excepções, nomeadamente: (i) Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário no Município de Sambizanga para o combate à pobreza, alfabetização, micro-crédito e formação profissional; (ii) projecto do ICA relativamente à rede de docência (permanência de 4 leitores / formadores em Luanda, Benguela e Lubango).
- A redução do período de execução dos projectos, decorrente do sistema de programação e de aprovação de verbas e dos procedimentos burocráticos, é uma condicionante da prossecução da eficácia da CP em Angola, condicionando de algum modo o desenvolvimento das actividades e projectos enquadrados nos PAC. Exemplo disso, é a não colocação de professores de português desde 2002, em Angola, apesar de ser obrigatória a aprendizagem da língua portuguesa no primeiro ano da UAN. Acrescente-se que Portugal (IPAD) nem sequer respondeu aos insistentes apelos da UAN para disponibilizar estes professores, necessariamente de alto nível.
- Note-se que em 2006 houve **alteração nos procedimentos** do IPAD para efeitos de aprovação de projectos e de transferência de fundos, o que está a dificultar a relação entre este Instituto e a UAN e colocar em causa a eficácia deste projecto.
- De acordo com o descrito no sub capítulo IV.2. Acompanhamento e Execução, a **monitorização dos objectivos** é insuficiente da parte dos actores portugueses, incluindo o IPAD, e dos angolanos.
- A maioria dos projectos não especificam um **limite temporal**, pelo que muitos podem prolongar-se sem uma devida análise da sua eficácia, além de que os objectivos definidos são, regra geral, genéricos e sem calendarização específica. Não havendo objectivos mensuráveis e situados em termos temporais não é possível medir o seu grau de prossecução. No entanto, esta questão não invalida que esses objectivos possam ser atingidos.
- A articulação de alguns ministérios angolanos com os seus congéneres portugueses permite alcançar os seus propósitos, graças à capacidade de **relacionamento informal** entre ministros e técnicos superiores, melhorando desta forma os seus níveis de eficácia.
- Relativamente ao levantamento de dados efectuados no terreno, no âmbito do critério da eficácia constatou-se que:
 - ✓ De acordo com o Ministério das Finanças angolano, a **eficácia** da intervenção da CP em geral, depende de uma estruturação e amadurecimento técnico do MF (que actualmente ainda não existe), pelo que é necessária a criação de condições internas no próprio ministério e a criação de políticas e procedimentos estruturantes;
 - ✓ No âmbito do MINARS, o **colapso eminente do projecto Casa Pia de Luanda** põe em causa quer os objectivos deste projecto quer de todos os meios já utilizados até ao momento;
 - ✓ Ao nível do **Ministério da Justiça**, apenas foram executados, em 2005, dois dos dez itens programados em PAC. A formação dos magistrados angolanos no CEJ não foi bem sucedida, por falta de adequação do perfil dos mesmos. Os estágios de Conservadores e Notários foram bem sucedidos mas, no entanto, não foi realizada a segunda acção nem nenhum interlocutor português da CP explicou o razão. A reforma legislativa foi acordada mas nada se cumpriu. Também o mesmo se passa com a modernização da Justiça, embora estejam em vias de se desenvolver acções de cooperação muito importantes para Angola, como a criação de empresas na hora e um projecto conjunto entre Portugal, Angola e os EUA para informatização dos tribunais (nenhum destes projectos consta dos PAC). Até Maio de 2006 nenhum projecto foi iniciado.
 - ✓ No âmbito da **UAN** a colaboração solicitada consiste na disponibilidade de professores de português de elevada qualificação para o primeiro ano de todos os cursos, projecto esse que se encontra em fase de especificação.
 - ✓ No **Ministério da Educação**, das 13 acções definidas nos PAC de 2004 a 2006 apenas foram realizadas três, até ao momento. Em particular, as acções de formação de professores não têm acontecido de acordo nem com o necessário nem com o programado, embora seja de referir que quem selecciona as áreas e os bolseiros é Angola e não Portugal. De um modo geral, este Ministério precisa que as acções de formação e as bolsas de estudos sejam desenvolvidas em Angola, não em Portugal, com excepção das áreas onde Angola não dispõe ainda de cursos próprios, como sejam as Engenharias e outras áreas técnicas.
 - ✓ Ainda no que respeito ao Ministério da Educação, na generalidade das vezes, a eficácia é afectada negativamente pelas **deficiências decorrentes da execução dos projectos**, em contraposição com as fases de identificação das necessidades e da programação de actividades.
 - ✓ No **Ministério das Finanças** foram bem sucedidas as acções de formação nas áreas de Alfândegas e Impostos.

V.2.4. Resultados

(efeitos que uma intervenção alcançará ou alcançou no curto e no médio prazo)

- **Os resultados alcançados** (ou previsíveis de alcançar) variam consoante a intervenção da CP e, também, em função dos mecanismos de acompanhamento do prosseguimento, sendo possível destacar as situações apontadas nos pontos seguintes para os principais eixos prioritários, em termos qualitativos (ou seja, resulta da percepção dos interlocutores da cooperação em Angola).
- **O eixo da Educação** apresenta fracos resultados pelos seguintes motivos:
 - ✓ Deficiências no ensino da **língua portuguesa** nas universidades, uma vez que os alunos não dispõem de professores de português;
 - ✓ **O número de acções de formação** é reduzido relativamente a cursos com valências práticas ao invés de formação conceptual, sendo necessário responder às necessidades do mercado em Angola com quadros técnicos especializados, isto é, com pós-graduações e não mestrados;
 - ✓ **Ao nível do ensino básico, as carências de professores de português são marcantes** e a sua falta tem consequências enormes a médio prazo, sendo que Angola necessita que Portugal apoie na formação de professores no âmbito do ensino básico, secundário e universitário;
 - ✓ O apoio realizado em termos de **bolsas de formação** de alunos angolanos em Portugal tem sido um insucesso. Na perspectiva dos entrevistados, a formação deverá ser realizada em Angola, por forma que os novos técnicos multipliquem os seus conhecimentos pelas províncias e consigam cobrir de acções de formação todo o país;
 - ✓ No entanto, começam a existir alguns esforços com a UAN no sentido de se desenvolverem "**clusters**" no Sul de Angola, nomeadamente na Huíla, com escolas de Agronomia e de Veterinária, em resposta ao grau actual de desenvolvimento local da agro-pecuária.
- Segundo o Ministério da Saúde, os efeitos das acções realizadas no **eixo da saúde** baseiam-se no (as):
 - ✓ **Reforço institucional** através da realização de cursos de saúde pública, internato, elaboração de legislação adequada e organização dos serviços;
 - ✓ **Desenvolvimento dos recursos humanos** através da formação em áreas onde Angola não possui valências (cardiologia, ortopedia e fisioterapia) e na formação de formadores para a multiplicação de conhecimentos;
 - ✓ **Acções multilaterais** com instituições portuguesas para a implementação de projectos inexistentes em Angola como, por exemplo, projectos de cirurgia reconstrutiva (queimados). Pretende-se, desta forma, que Portugal tenha cada vez mais um papel de monitorização em todas as áreas da saúde.
- **O eixo de Capacitação Institucional** carece de resultados concretos, quer no sentido da formação do corpo de juizes, quer na área institucional, a nível da revisão dos códigos, da legislação em geral e da elaboração de políticas e de procedimentos internos aos próprios Ministérios (Justiça, Finanças e Saúde, a título de exemplos). Excepção a esta situação são os bons resultados na formação de solicitadores e de notários.
- **O eixo da Reinserção Social e Promoção do Emprego** abarca projectos de diversas naturezas, existindo alguns efeitos face aos resultados empiricamente esperados. Deve-se alertar para o facto de que os resultados esperados não são definidos previamente em termos quantitativos. Por outro lado, esses efeitos não estão a ser correctamente monitorizados e acompanhados. No entanto, está a ser efectuado um grande esforço ao nível do apoio social, formação profissional e desenvolvimento comunitário por via do bom diálogo e articulação entre as entidades executoras e o MTSS.
- Ainda no âmbito do eixo de Reinserção Social e Promoção de emprego, refira-se como exemplo desta articulação, o **Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário do Município do Sambizanga** com a vertente social (centro de acolhimento), laboral (escola profissionalizante com cursos em várias áreas como, por exemplo, a informática, serralharia, marcenaria) e de capacitação institucional (cursos de alfabetização para leccionação posterior) com o regular acompanhamento do MTSS no terreno. Em contrapartida, o projecto Casa Pia de Luanda parece estar em colapso, apesar das suas múltiplas valências e de alguns resultados positivos no acolhimento de crianças e na formação profissional, parecendo haver desinteresse tanto da parte portuguesa quanto do Governo Angolano.

- As experiências da ADRA e do PNUD evidenciam que os projectos de **curta duração** não permitem a consolidação das metas pretendidas, por forma a obter efeitos visíveis a médio e longo prazos. A estratégia das ONGD passa fundamentalmente por parcerias a longo prazo (superiores a um ano), que permitem desenvolver a capacitação das pessoas para o exercício da sua cidadania, as mudanças de mentalidades, o envolvimento de toda a comunidade e conceder especial enfoque para os direitos humanos.
- As intervenções da CP estão muito **concentradas em Luanda**, pelo que os resultados esperados no âmbito da luta contra a pobreza correm o risco de não terem o impacto desejado, uma vez que a pobreza afecta cerca de 57% das famílias dos meios urbanos e 94% das famílias que vivem em ambientes rurais. As ONGD, pelo contrário, “vão onde o Estado não vai”, garantindo alguns efeitos no meio rural.

V.2.5. Sustentabilidade

(medida em que as actividades e benefícios da Cooperação Portuguesa têm continuidade no futuro, são perenes)

- A intervenção da CP tem, frequentemente, um carácter de **resposta emotiva a situações** concretas e localizadas ou de aceitação de pedidos de projectos sem que estes obedeçam a uma visão estratégica clara da cooperação. Neste sentido, a sustentabilidade não é um efeito procurado nem obtido das intervenções avulsas no terreno.
- Há **evidências de sustentabilidade** de intervenções da CP em Angola, nomeadamente nas seguintes:
 - ✓ definição curricular, para certos cursos na UAN ou nos cursos de Gestão Hospitalar e de Saúde Pública;
 - ✓ elaboração de diplomas legais, e formação de clínicos gerais, como acontece no Ministério da Saúde;
 - ✓ disponibilidade de professores portugueses de Agronomia, na UAN, tendo em vista a formação de novos licenciados e a sua posterior integração no mercado de trabalho em Angola;
 - ✓ atribuição de micro-créditos, por forma a criar empregabilidade aos formandos dos cursos profissionais (projectos do MTSS).
- Por outro lado constata-se baixo grau de sustentabilidade em projectos que obedecem a um determinado perfil: (i) de curta duração; (ii) não adequados ao público alvo, quando parte dos formandos das acções de formação de juizes no CEJ não têm formação de base; (iii) que sofrem de descontinuidades: nomeadamente o projecto Casa Pia de Luanda.
- Ao nível da **atribuição de bolsas**, a análise da sustentabilidade é lesada quando não se consegue aferir a taxa de retorno dos bolseiros, uma vez que não existe registo ou controlo sobre o seu percurso após a finalização dos seus estudos²⁴. No entanto, para aqueles que retornam, há dificuldades de continuidade dos formados / diplomados na profissão para que foram formados, pois muitas vezes são desviados para funções doutra natureza, o que coloca em causa os objectivos da cooperação, não se atingindo os resultados pretendidos.

V.3. “3 C”

V.3.1. Coerência

(adequação entre a política de Cooperação Portuguesa e as políticas angolanas relacionadas com os sectores em causa)

- Considerando-se que as grandes prioridades de desenvolvimento em Angola se consubstanciam essencialmente na sua **ECP**, a política de Cooperação Portuguesa no período em análise, reflectida nos PIC e PAC 2004-2006, insere-se, grosso modo, nas prioridades aí identificadas, embora com um enfoque particular em determinadas áreas.
- Fazendo-se a correspondência entre as dez áreas de intervenção prioritária identificadas na ECP com os eixos prioritários estabelecidos nos PAC do triénio em análise, verifica-se que **Portugal concede atenção** a seis dessas áreas: Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural (esta área surge apenas em 2006); Educação; Saúde; Infra-estruturas Básicas; Emprego e Formação Profissional; Governação.

²⁴ Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda., “Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003)” – Relatório Final, Maio de 2006.

- **Não constituem preocupação fundamental** da Cooperação Portuguesa em Angola as seguintes: Reinserção Social (no âmbito da inserção dos deslocados, refugiados e dos mobilizados); Segurança e Protecção Civil; VIH / SIDA; Gestão Macroeconómica.
- Dentro dos eixos identificados ao nível da ECP e onde Portugal actua, **não são claramente definidas prioridades** tendo em consideração a dimensão de Angola e a capacidade de resposta portuguesa. Neste âmbito, nem sempre o Estado angolano tem políticas claras e bem definidas, pelo que é difícil ajuizar sobre a coerência da CP.
- Da análise dos PAC, denota-se: (i) alguma **inversão das prioridades da Cooperação Portuguesa em Angola no ano de 2006**, na decorrência da nova orientação estratégica para a CP definida em 2005, ao ver-se reduzida a prioridade concedida à área da Educação (mas que deriva, essencialmente, da conclusão da construção e remodelação de escolas, que normalmente implica em montantes elevados), em favor da vertente de Governação, e ao surgir uma nova área de intervenção relacionada com as actividades de sustento agrícola; (ii) **diversificação da natureza dos eixos**, com especial reflexo em 2006.

V.3.2. Coordenação

(formas de relacionamento institucional entre os diversos actores da Cooperação Portuguesa em Angola)

Esfera Portuguesa

- A multiplicidade de interlocutores da CP em Angola (com recursos e formas de trabalho diferentes) e os âmbitos de responsabilidade pouco definidos, são promotores de graus de envolvimento díspares, dando azo a ritmos e caminhos divergentes em caso de falta de coordenação. Os problemas de desarticulação observados ficam a dever-se, essencialmente:
 - ✓ Modelo de gestão do **IPAD**, designadamente:
 - ▶ Modelo organizacional – estrutura muito hierarquizada e sem um sistema de comunicação interno adequado;
 - ▶ Recursos – escassez de metodologias articuladas e de recursos (humanos e técnicos), resultando na falta de resposta adequada às atribuições que lhe estão cometidas;
 - ▶ Direcção e promoção – como órgão coordenador da cooperação, o IPAD não promove de forma adequada a concertação entre os interlocutores, com partilha de informação e de metodologias.
 - ✓ Centralização por parte dos **ministérios e de outros actores portugueses** de iniciativas, realizando contactos e acções com ministérios congéneres angolanos, sem o conhecimento prévio do IPAD, não existindo possibilidade de um controlo global e uniforme – *vide* articulação directa entre a UAN e as Universidades Portuguesas ou então os Ministérios da Justiça dos dois Países.
 - ✓ **Quadro institucional de actuação pouco claro**, sendo a CIC um órgão de coordenação de carácter político, mas que não está dotada de capacidade decisória e é pouco operacional. Esse órgão concentra a sua actividade na manutenção do relacionamento institucional ao invés da concertação de estratégias / políticas de actuação.
 - ✓ Os instrumentos formais de gestão orçamental não são adequados, dado que o **Programa Orçamento (PO5)** é, estritamente, um mecanismo de explicitação orçamental, não tendo subjacente um efectivo planeamento das acções e projectos a desenvolver pelos diversos Ministérios.
- É de salientar que está a ser operacionalizado um **Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento**, para concertação entre os diversos actores que não pertencem à administração central do Estado e desenvolver mecanismos de reconhecimento, conhecimento e coordenação entre eles e com o IPAD, com vista ao aproveitamento de sinergias e promoção de formas de complementaridade entre as diversas acções e projectos.
- De acordo com as entrevistas realizadas no terreno, verifica-se uma insatisfação generalizada relativamente **aos mecanismos de coordenação e articulação** com os interlocutores, principalmente o IPAD mas também, entre outros o Ministério da Justiça (CEJ) e o Ministério da Educação, consubstanciando um sistema fragmentado de funcionamento. As sucessivas mudanças da estrutura orgânica e dos responsáveis do IPAD tem levantado alguns problemas na continuidade dos processos, das políticas e da visão da Cooperação Portuguesa. Por diversas vezes, os projectos foram iniciados com falhas na definição das necessidades, na programação e na sua implementação devido a burocracias e a falta de comunicação e de rapidez de resposta.
- É partilhado o sentimento de que a coordenação do IPAD com a sociedade civil, nomeadamente com as ONGD, é deficiente, em parte pelo facto das **estratégias não serem consonantes**, mas também porque a CP não atribui um papel relevante às ONGD (nem às empresas). Tal está associado ao facto de que a CP se concentrar em Luanda e o Eixo Desenvolvimento Rural e

Segurança Alimentar não ter sido uma prioridade, além de que projectos da CP tendem a ter uma duração muito curta e sem uma definição clara e efectiva).

- **A Embaixada portuguesa** em Angola não assume um papel de coordenação e intervenção da cooperação no território, porque carece de uma estrutura própria para o acompanhamento dos interlocutores e das actividades da cooperação. Este órgão responde às diversas solicitações de informação por parte dos actores de cooperação, realiza reuniões de apoio e coordenação dentro das suas capacidades institucionais e das suas limitações de meios logísticos e humanos.

Esfera Angolana

- Constatou-se que, no âmbito da cooperação em Angola, a articulação entre os actores nacionais e angolanos apresenta vários problemas:
 - ✓ **Dificuldades de articulação** entre os interlocutores angolanos, designadamente ao nível do planeamento e na definição e implementação de políticas e do conhecimento das realidades e necessidades distintas dos restantes ministérios sectoriais, devido em grande parte à insuficiência de quadros técnicos especializados nos Ministérios sectoriais e às lacunas registadas ao nível do simples "saber fazer".
 - ✓ **Deficiente comunicação** relativamente às necessidades e aos conteúdos programáticos dos projectos a implementar, quer porque Portugal assume compromissos que depois não cumpre nem explica as respectivas razões (e são muito enfáticas as críticas, neste sentido, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e da Universidade Agostinho Neto, por exemplo), quer porque a parte angolana nem sempre reúne as competências necessárias para ser capaz de explicitar com clareza as suas necessidades (onde o Ministério das Finanças constitui um bom exemplo).
 - ✓ **Dispersão da rede de relacionamentos**, sendo que nem todas as relações são tramitadas via IPAD ou pelos seus representantes no terreno e via MIREX, ocorrendo contactos directos e/ou informais entre os diversos ministérios sectoriais. Esta informalidade nem sempre é nociva, pelo contrário: por exemplo, o relacionamento entre os Ministérios da Justiça de Portugal e Angola tem um cariz bastante informal, com vista a acelerar a resolução de problemas, contornar a burocracia e implementar projectos que não constam em sede dos PAC, tais como, a informatização dos tribunais e a criação de empresas na hora, aquando da identificação de oportunidade dos projectos (embora a garantia da sua continuidade e desenvolvimento tivesse sido concretizado pelo IPAD). No entanto, o acompanhamento global dos PAC e dos projectos da CP fica muito dificultado, bem como a articulação desejável por parte do IPAD e da Embaixada portuguesa em Angola.
 - ✓ **O relacionamento entre as ONGD e o governo angolano** é deficiente, o que se reflecte na não inclusão do financiamento das mesmas em sede dos PAC. De acordo com a ONGD OIKOS, este relacionamento não satisfatório é justificado por duas ordens de razões: por um lado, pela falta de transparência de algumas ONGD na canalização de fundos para os projectos, na forma como efectuam as suas acções e na insuficiente profundidade dessas mesmas acções, mesmo que hajam já muitas ONGD internacionais e mesmo angolanas com excelente relacionamento a todos os níveis com as autoridades angolanas; por outro lado, pelo facto de que algumas cooperações nacionais, ao colocarem as suas ONGD no terreno, na prática estão a recuperar em benefício do próprio doador boa parte dos meios financeiros da cooperação, via remuneração paga às suas ONGD.
 - ✓ **A articulação entre os Ministérios portugueses e angolanos** é, muitas vezes, deficiente: ao nível da Educação não há coordenação nem sequer uma comunicação razoável, motivo de grave insatisfação da parte angolana; não é satisfatória, também, a articulação entre os Ministérios das Finanças e da Justiça (neste caso ao nível técnico, estando a ser cada vez melhor ao nível dos principais responsáveis dos ministérios dos países). Ressalve-se que a articulação é excelente entre o MTSS e o MINARS.
 - ✓ **O relacionamento entre as ONGD e outras entidades** tem sido benéfico para as comunidades locais como, por exemplo, a parceria entre a OIKOS e a União Europeia, uma vez que os tipos de intervenção, os resultados nas comunidades e as metodologias adoptadas estão em perfeita consonância e vão de encontro aos objectivos e às necessidades destas mesmas entidades.

V.3.3. Complementaridade

(sinergias encontradas entre os diversos actores da cooperação em Angola e o modo como foram exploradas)

- **Não existe, pelo menos de forma explícita e sistemática, um exercício de identificação e aproveitamento de sinergias** entre os diversos actores da cooperação em Angola (quer de âmbito bilateral quer multilateral), sendo evidente a dispersão nas diversas actuações, apesar de serem mantidos contactos, mais ou menos formais, entre os diversos intervenientes.
- Começam a verificar-se, contudo, **algumas actuações concertadas** com outros doadores, sendo de destacar o projecto tripartido de informatização dos tribunais, em que participam Angola, Portugal e EUA.
- No caso de Angola, a presença da CP nos **organismos multilaterais** é reduzida tanto a nível financeiro quanto, e principalmente de recursos humanos, sendo muito recente nalguns casos (como, por exemplo, o PNUD)
- No âmbito da cooperação em Angola, verifica-se **a entrada de novos interlocutores** estrangeiros (principalmente, Holanda, Noruega, França, Espanha e Brasil) na área da investigação. Neste campo de actuação, a CP não está a promover uma complementaridade de acções, assumindo uma postura passiva ou reactiva (mas morosa, em algumas situações) inerente à sua descoordenação face às entidades angolanas ao nível da comunicação, rapidez e eficácia na resposta às necessidades do país.
- Por outro lado, já se começam a verificar algumas **parcerias entre ONGD** portuguesas (OIKOS) e angolanas (ADRA e Congregações Religiosas) no âmbito da defesa dos direitos humanos, das mudanças de mentalidades, da aquisição de competências e do envolvimento da sociedade civil, em projectos de média e longa duração.

V.4. Questões Transversais

- Regra geral, aquando da concepção dos projectos não é efectuado um exercício consciente de definição de objectivos **específicos enquadrados nas questões transversais** como a igualdade de género, a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, os grupos vulneráveis, a boa governação e a participação da sociedade civil. No entanto, constatou-se que em determinados projectos é possível identificar resultados directos ao nível de:
 - ✓ igualdade de género, uma vez que não há evidência de discriminação nesta área. Exemplo disto, são as crianças envolvidas nos projectos, as quais não são discriminadas pelo seu género;
 - ✓ a sustentabilidade ambiental só lateralmente se relaciona com a intervenção da CP, dada a sua concentração em Luanda e a natureza da maior parte das suas acções, mas é contemplada pela OIKOS na sua actuação, financiada pela UE, com co-financiamento português, e pela ADRA;
 - ✓ os direitos humanos são tidos em consideração nalgumas das frentes da CP, como sejam toda a actuação dos Padres Salesianos no projecto Sambizanga e nas acções da OIKOS;
 - ✓ os grupos vulneráveis (nomeadamente, as crianças e jovens em risco) são, por definição, o objecto central da intervenção dos Padres Salesianos, com financiamento e monitorização do MTSS português;
 - ✓ a boa governação está presente em todos os projectos onde a intervenção da CP assume um carácter institucional, nomeadamente na elaboração da legislação e na formação de quadros ministeriais;
 - ✓ a participação da sociedade civil está presente na actuação do Projecto Integrado de Sambizanga e nas intervenções da OIKOS.
- De salientar ainda, que a boa governação é um requisito prioritário da CP, sendo que em Angola representa, em 2006, 22% das verbas estimadas em sede de PAC.

VI. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

O presente capítulo tem como objectivo apresentar a súmula das conclusões obtidas no âmbito da avaliação do PIC de Angola relativo ao período 2004-2006.

As conclusões encontram-se todas numeradas e para cada uma delas são identificados os capítulos de origem, com base nos quais assentam as ilações, e a(s) recomendação(ões) associada(s), caso exista(m).

É importante referir que, no contexto da CP em geral, estão identificadas diversas medidas que visam dar resposta a muitas das dificuldades e problemas detectados de seguida. Grande parte dessas medidas inserem-se no documento de “Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa”, sendo que algumas já se encontram em implementação (por exemplo, a padronização de fichas de projecto e relatórios de acompanhamento).

Ao longo deste capítulo são também identificadas as lições aprendidas no âmbito do processo de avaliação²⁵ (identificadas com “L”).

VI.1. Programação e Orçamentação

| | | |
|------------|--|-----------------------------|
| C1. | Instrumentos de Programação e Planeamento – PIC e PAC | |
| | Origem: V.1.1.; V.2.1. | Recomendação: R1;R14 |

Os instrumentos de programação e planeamento utilizados na CP com Angola, nomeadamente o PIC e os PAC, **não respondem às necessidades**, uma vez que não permitem o planeamento adequado ao apoio da execução das acções da CP centrada nos resultados e à sua monitorização e acompanhamento:

- ▶ O PIC revela-se um instrumento de planeamento estratégico, político e teórico que não contempla a materialização / quantificação dos objectivos da Cooperação Portuguesa quanto aos resultados a alcançar, enquadrados quer na ECP quer nos ODM;
- ▶ Os PAC são documentos estáticos (não permitem a introdução de projectos durante o ano em causa) e constrangedores para a execução de projectos plurianuais, uma vez que a sua orçamentação é anual;
- ▶ Não são definidos, pelo menos de forma sistematizada, os objectivos e os resultados pretendidos, de forma quantitativa e temporalizada, com as intervenções planeadas ao nível dos PIC e PAC, os quais acabam por se assumir como um conjunto de intenções.
- ▶ Não se encontram instituídas políticas e procedimentos de medição dos resultados, face aos ODM, no final do programa.

Aquando do processo de planeamento e definição do PIC, dos PAC e dos respectivos projectos não **foi aplicada a metodologia associada ao quadro lógico**, que pressupõe a escalpelização, estruturação e especificação da informação numa tabela de duas entradas: (i) objectivos globais, objectivos específicos da intervenção, resultados das actividades com vista a atingir os objectivos, actividades, onde são definidos os meios necessários para as realizar e os custos; e (ii) lógica de intervenção, indicadores verificáveis, fontes de verificação e hipóteses (onde são reflectidos os factores externos, que podem influenciar a intervenção). Este exercício revela-se, também, essencial para a monitorização do programa e dos projectos.

L1. Caso de sucesso: Antes da apresentação e negociação dos projectos entre Portugal e Angola, o MTSS procede à análise das necessidades de Angola junto das entidades locais (tais como os ministérios homólogos), no âmbito do seu campo de intervenção, de modo a construir projectos partilhados entre os dois países.

²⁵ “Generalizações baseadas na avaliação das experiências com projectos, programas ou políticas que permitem retirar ensinamentos de circunstancia específicas para situações mais abrangentes”.

| | | |
|------------|---------------------|----------------------------|
| C2. | Orçamentação | |
| | Origem: IV.1.1. | Recomendação: R1;R4 |

Durante o período em análise, o PO5 revelou-se um **instrumento de planeamento e orçamentação desadequado** para projectos com **características plurianuais**, uma vez que não garante o compromisso financeiro para além do ano a que se refere o orçamento, justificado, em parte, pelo diferente entendimento sobre os níveis de autorização para a cabimentação dos projectos contidos neste Programa, entre a DGO e os restantes ministérios sectoriais pelas diversas entidades financiadoras.

Para além desta questão, nem todas as despesas associadas à CP estão reflectidas nesse Programa, uma vez que são utilizados critérios diferenciados no seu preenchimento pelas diversas entidades financiadoras.

| | | |
|------------|--|----------------------------|
| C3. | Processo de Programação e Planeamento | |
| | Origem: V.1.1.; V.2.3. | Recomendação: R2;R3 |

De uma forma geral, **o processo associado à definição e aprovação do PIC e dos PAC de Angola apresenta deficiências** nas fases de identificação de necessidades, de planeamento dos programas, de análise e selecção dos projectos, de negociação e de aprovação, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

- ▶ **Clarificação** e formalização dos critérios de análise e selecção dos projectos a integrar em cada PAC, por forma a identificar os que são efectivamente relevantes para o país beneficiário e eficazes para a obtenção dos resultados pretendidos;
- ▶ **Normalização** e formalização dos procedimentos, metodologias e instrumentos de programação e de planeamento;
- ▶ Definição de **objectivos específicos**, que sejam mensuráveis e suportados por indicadores concretos. Actualmente, a CP não consegue analisar com rigor o grau de prossecução dos objectivos pretendidos.
- ▶ **Envolvimento** de todos os agentes da CP em Angola, responsáveis pela promoção dos projectos e seu acompanhamento, na esfera das ONGD;
- ▶ **Sequência das fases** de aprovação do PAC e de análise técnica e da viabilidade financeira dos respectivos projectos. Actualmente, verifica-se a inversão das mesmas, uma vez que essa análise é efectuada num momento posterior ao de aprovação (assinatura) dos projectos pelos governos angolano e português;
- ▶ **Finalização do processo** de planeamento e programação em tempo útil, por forma a permitir o arranque da execução dos projectos no início de cada ano civil. No triénio em análise, este processo terminou nos meses de Maio, Janeiro e Fevereiro, respectivamente.

Estas deficiências dificultam a eficácia e os resultados das intervenções e, numa perspectiva mais abrangente, a avaliação do próprio programa com vista à melhoria contínua da CP em Angola.

| | | |
|------------|------------------------------|-------------------------|
| C4. | Questões Transversais | |
| | Origem: V.4. | Recomendação: R5 |

No período em análise, aquando da concepção dos projectos, a CP em Angola **não efectuou um exercício consciente de definição de objectivos específicos enquadrados nas questões transversais** como a igualdade de género, a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, os grupos vulneráveis, a boa governação e a participação da sociedade civil, uma vez que estes conceitos ainda não foram verdadeiramente interiorizados pelos diversos interlocutores.

Não obstante, em determinados projectos é possível identificar **resultados directos em todas essas questões**, mas com graus diferenciados quanto aos seus efeitos no terreno e, por vezes, com peso diminuto face à totalidade dos projectos da CP em Angola. Desses resultados, evidenciam-se as áreas dos direitos humanos, dos grupos vulneráveis e da participação da sociedade civil,

essencialmente, no eixo da Reinserção Social e Promoção de Emprego e na área da Boa Governação, uma vez que é um requisito prioritário da CP em Angola, representando, em 2006, 22% das verbas estimadas em sede de PAC.

VI.2. Execução, Acompanhamento e Avaliação

| | | |
|------------|---|-------------------------|
| C5. | Informação da Execução dos Projectos | |
| | Origem: V.1.1.2. | Recomendação: R6 |

Na sua globalidade, a **informação financeira e física** existente no IPAD sobre a execução dos projectos em Angola revela-se deficiente na sua **organização e salvaguarda**, uma vez que: (i) existe dificuldade na comparabilidade e análise dos dados (em termos financeiros) durante o triénio em análise; (ii) alguma da informação da execução financeira dos projectos prestada por parte do IPAD não cruza com a da entidade financiadora; (iii) os arquivos dos projectos não se encontram organizados de forma estruturada em função da natureza das informações, acessível a qualquer utilizador; (iv) não foram localizados os dados relativos à execução de 2004; (v) os dados existentes são eminentemente financeiros, em termos de execução financeira em cada PAC; e (vi) muito poucos projectos dispõem de indicadores de esforço,²⁶ quer sejam financeiros ou de actividade; (vii) não existe evidência da definição de indicadores de resultados, que permitam avaliar os efeitos dos projectos.

Por outro lado, os dados relativos aos projectos em termos específicos e da CP em Angola em termos gerais, **não são partilhados ou disponibilizados** a todos os actores da CP e ao público em geral²⁷.

L2. O MTSS dispõe de um página da *Internet* com a actividade do seu gabinete de cooperação, incluindo a descrição dos projectos financiados por esse ministério em Angola e os montantes dispendidos ao longo do período de vigência dos mesmos.

| | | |
|------------|-------------------------------|-------------------------|
| C6. | Execução dos Projectos | |
| | Origem: V.2.3.; V.1.2, V.2.2. | Recomendação: R9 |

A **execução e subsequente eficácia dos projectos** em particular e da CP em Angola em geral **está condicionada pela insuficiência de meios e estruturas adequados, incluindo sistemas de programação, acompanhamento e de financiamento** (*vide* conclusões C6, C7, C8, C14, C15 e C16) sendo de destacar sumariamente a:

- ▶ redução do período de execução dos projectos, decorrente do sistema de programação e aprovação de verbas e dos procedimentos burocráticos;
- ▶ não implementação de práticas de monitorização sistemática do desenvolvimento das actividades planeadas e dos objectivos a alcançar (ainda que genéricos);
- ▶ ausência de práticas de avaliação para apreciação dos objectivos e resultados atingidos face aos planeados;
- ▶ disponibilização do financiamento após a realização das despesas.

| | | |
|------------|--|----------------------------|
| C7. | Sistema de Acompanhamento dos Projectos e Avaliação | |
| | Origem: V.1.2. | Recomendação: R7;R8 |

Apesar de existirem situações de excepção²⁸, durante o período em análise, **o sistema de acompanhamento manifesta-se inadequado face à exigência de gestão centrada nos resultados**, quando confrontado com a falta de: (i) padronização dos

²⁶ Indicadores que permitem medir o esforço realizado pelo projecto como, por exemplo, número de formandos, número de acções de formação, etc. .

²⁷ Com excepção do MTSS, que disponibiliza informação física e financeira de cada projecto que se encontre em execução.

²⁸ Ao nível de alguns ministérios sectoriais.

instrumentos de acompanhamento, quanto ao seu conteúdo e periodicidade; (ii) procedimentos e instrumentos normalizados e estruturados (relatório, ficha de projecto, indicadores) no âmbito da monitorização dos objectivos e análise dos resultados de cada projecto; e (iii) acompanhamento efectivo dos projectos no terreno e das acções dos restantes actores da cooperação em Angola (bilaterais e multilaterais).

O sistema de acompanhamento existente no IPAD **não zela pela memória institucional**, uma vez que a informação produzida neste âmbito não é salvaguardada, perdendo-se a informação histórica e evolutiva de cada projecto e do seu acompanhamento, dados que são também essenciais nos momentos de avaliação.

De outro modo, não há evidência de estarem instituídos procedimentos sistematizados de avaliação dos projectos (quer em termos de auto-avaliação quer ao nível da avaliações independentes).

L3. Caso de sucesso: O MTSS efectua um acompanhamento muito próximo dos projectos quer em termos financeiros quer em termos de execução física, com duas visitas por ano ao terreno.

| | |
|------------|---------------------------------|
| C8. | Sistema de Financiamento |
| | Origem: V.1.2. |
| | Recomendação: R9 |

Genericamente, o sistema de financiamento²⁹ dos projectos revela-se como um factor constringedor aquando da sua execução, uma vez que a **disponibilização das verbas é efectuada contra apresentação das despesas** e, de uma forma geral, as entidades executoras não dispõem de financiamento inicial para realizar despesas. Imunes a esta situação encontram-se os projectos com custos associados a salários (uma vez que estes são pagos mensalmente) ou com pagamentos de prestação de serviços a empresas (tendo em atenção que estes são efectuados após a execução desse serviço).

L4. Casos de sucesso: Nos projectos apoiados pelo MTSS, verifica-se a disponibilidade atempada de recursos financeiros, decorrente da sua autonomia financeira e do modelo de disponibilização de verbas adoptado: (i) lógica de subsídio parcelar prévio à despesa, de modo a aligeirar constrangimentos na execução dos projectos; (ii) reporte das despesas efectuadas por parte da entidade executora como condição necessária para o recebimento das parcelas subsequentes.

VI.3. Relevância e Adequação da Programação

| | |
|------------|---|
| C9. | Relevância e Coerência da CP em Angola |
| | Origem: V.2.1.;V.3.1. |
| | Recomendação: R10;R11;R12;R13;R14 |

Globalmente, a CP e os seus instrumentos PIC e PAC de 2004 a 2006 são **coerentes com as políticas**, estratégias e opções de desenvolvimento angolanas³⁰, **pecando essencialmente na sua relevância** pela falta de clareza nas suas opções estratégicas. Entretanto, pese embora uma coerência formal, nem sempre essa coerência é, também, substancial.

O PIC define opções gerais em termos de orientação para a CP com Angola no período em análise, mas não estabelece uma estratégia clara nem um corpo de objectivos monitorizáveis. Assim, e dadas as deficiências estruturais existentes em muitos dos interlocutores institucionais angolanos, a CP não tem um balizamento firme de parte a parte a não ser pontualmente, pelo que se perde ao nível substantivo boa parte da coerência existente a nível formal.

Neste âmbito, acresce referir que **não existe evidência³¹ da hierarquização de prioridades**, quer da parte da CP ou de Angola, quer em sede de PIC ou da ECP³², respectivamente. Por outro lado, não parece existir uma metodologia de identificação das necessidades nas áreas de intervenção identificadas como prioritárias no PIC.

²⁹ O MTSS utiliza um sistema de financiamento mais adequado face às necessidades dos projectos.

³⁰ Com especial enfoque nos eixos de Educação, Capacitação Institucional (com maior destaque em 2006) e Reinserção Social e Promoção do Emprego. Contudo, a redução da pobreza não é considerada como uma prioridade estratégica imediata, sendo considerada pela CP no seu contexto alargado e multidimensional (a redução da pobreza como fim último das intervenções no âmbito da educação e formação e o reforço da capacitação dos agentes).

A resposta portuguesa às necessidades angolanas nas vertentes da língua, da justiça e da capacitação do Estado, embora inscrita nos eixos definidos no PIC, não tem sido apropriada, em numerosas situações, por falta de realismo ou de correspondência quer com as necessidades objectivas do país quer com o nível de preparo dos seus funcionários públicos, mesmo aos níveis mais elevados.

Há tudo a fazer em Angola, mas há áreas onde a CP é imprescindível e quase insubstituível, nomeadamente ao nível da Governação e no apoio ao desenvolvimento do Estado em termos estruturais e instrumentais, dada a opção angolana pela manutenção da matriz portuguesa no seu conceito de Estado e na sua estrutura jurídica.

Assim, a relevância da CP com Angola e, nomeadamente dos PIC e PAC do período 2004 a 2006, é prejudicada por alguma dispersão e, principalmente, pela **falta de uma ênfase clara nos objectivos a atingir e por um inadequado diagnóstico** do nível real do grau de capacitação do Estado e dos seus funcionários a todos os níveis.

L5. A clareza estratégica é o determinante maior quer da eficácia e da eficiência quer da sustentabilidade da cooperação, já que acções estruturadas dentro de uma estratégia podem ter um impacto maior do que grandes projectos desarticulados.

VI.4. Articulação entre Actores da CP em Angola

| | | |
|-------------|--|--------------------------|
| C10. | Comunicação entre os Interlocutores | |
| | Origem: V.3.2. | Recomendação: R15 |

O entendimento dos interlocutores da cooperação portuguesas e angolanas sobre a articulação entre os mesmos traduz-se em **leituras diferenciadas** entre as duas partes, pelo que este é, *de per se*, um indicador das dificuldades de comunicação entre os actores da CP.

A **comunicação também se destaca negativamente**, quando analisado o nível de articulação entre as entidades angolanas. Neste âmbito, o MIREX não consegue assumir o papel de coordenador, nomeadamente ao nível da promoção do entendimento e da superação das dificuldades na realização do levantamento e análise das próprias necessidades.

L6. A constante mudança de representantes do IPAD e de leituras da CP não é entendida em Angola e contribui para a desconfiança sensível em diversas áreas de governo.

| | | |
|-------------|----------------------------------|-----------------------------|
| C11. | Mecanismos de Coordenação | |
| | Origem: V.3.2. | Recomendação: R7;R16 |

No panorama da CP, baseado num modelo descentralizado com múltiplos actores, **a articulação e os mecanismos de coordenação entre os diversos interlocutores de Cooperação Portuguesa são insatisfatórios**, designadamente: (i) entre os Ministérios e outros agentes nacionais (universidades, associações de municípios, autarquias locais, etc.); e (ii) entre os próprios Ministérios sectoriais na concertação de acções e na actuação, apesar de existir a CIC, órgão criado com vista à comunicação e articulação interministerial. Na prática, este órgão concentra a sua actividade na manutenção do relacionamento institucional ao invés da concertação de estratégias / políticas sectoriais de actuação.

A **insuficiente articulação estratégica e instrumental** condiciona o desempenho do IPAD como órgão financiador, coordenador e zelador do acompanhamento de toda a CP. Esta não tem por base a concertação de todos os agentes *a priori*, ou seja, desde a formulação das linhas gerais de orientação até à determinação do modo de coordenação institucional entre os diversos intervenientes.

A coordenação no terreno não é assumida na sua verdadeira dimensão nem pela **Embaixada de Portugal em Angola**, por insuficiência de recursos humanos, nem pelos ministérios sectoriais locais.

³¹ Decorrente quer do trabalho de análise documental quer das entrevistas realizadas.

³² Apesar da ECP definir metas para as diversas áreas, não é efectuada uma verdadeira definição de prioridades e do peso relativo de cada uma.

Relativamente à articulação entre os actores portugueses e angolanos, refira-se que a existência de um **coordenador da CP não é claramente percebida** pelos actores da cooperação angolanos. Além disso, estes apresentam dificuldades sobre quais os interlocutores no IPAD a que se devem dirigir, dado poderem contactar com áreas e colaboradores distintos ao longo da execução e acompanhamento dos projectos.

| | | |
|-------------|------------------------|--------------------------|
| C12. | Sociedade Civil | |
| | Origem: V.3.2. | Recomendação: R18 |

No âmbito da sociedade civil, regra geral, as ONGD em Angola têm um papel acessório na CP, decorrente da fraca articulação das autoridades angolanas com estas entidades devido a constrangimentos diversos e das próprias prioridades da CP. Esta evidência reflecte-se no facto das ONGD não serem incluídas nos PAC (com excepção de 2005, onde representavam cerca de 2,3% do total constante em PAC).

Comparativamente às demais cooperações europeias, considera-se também, insatisfatório o diálogo do IPAD com a **sociedade civil**, nomeadamente com as **ONGD e as Empresas**, neste último caso até por limitações quanto às funções do IPAD.

L7. As mudanças nas pessoas são mais importantes e duradouras (porque auto reprodutíveis) do que as estruturas físicas, mesmo que estas tenham mais visibilidade aparente. Neste sentido, é fundamental o envolvimento dos actores da cooperação com as comunidades e com as autoridades locais como, por exemplo, a actuação das ONGD ADRA e OIKOS e das entidades executoras do Projecto Integrado de Sambizanga.

VI.5. Articulação com Outros Doadores

| | | |
|-------------|--|-------------------------------|
| C13. | Articulação com Restantes Doadores Internacionais | |
| | Origem: V.3.2. | Recomendação: R19, R20 |

Tanto no contexto **bilateral** como na esfera **multilateral**, não se observa um modelo estratégico e operacional, **nem sequer uma prática pró-activa e articulada de colaboração com os diversos parceiros**, tanto em termos de planeamento, como de implementação no terreno e de avaliação de desempenho e resultados. Esta situação fica, também, e em parte, a dever-se à falta de capacidade de resposta do IPAD e da Embaixada de Portugal em Angola, como entidade portuguesa privilegiada para o efeito no terreno.

VI.6. Recursos

| | | |
|-------------|--|--------------------------|
| C14. | Eficiência na Utilização dos Recursos | |
| | Origem: V.2.2.; V.3.2.; V.3.2.;V.1.2. | Recomendação: R21 |

Apesar de não existirem indicadores de medição de eficiência, com base na apreciação dos entrevistados durante o processo de avaliação conclui-se que a **CP em Angola pode ser mais eficiente na utilização dos recursos disponíveis**, na medida em que:

- ▶ Ao nível dos **recursos financeiros**, os custos podem ser reduzidos através, a título de exemplo, da: (i) prática de actividades transversais aos diversos actores de modo concertado (utilização de serviços / meios partilhados); (ii) utilização das novas tecnologias de comunicação à distância no âmbito do ensino e formação; e (iii) realização de acções de formação profissional e da atribuição de bolsas de estudo em Angola, em detrimento das ministradas em Portugal;

- ▶ Em termos de **recursos humanos**, no período em análise identificaram-se dificuldades críticas no aproveitamento do seu potencial, nomeadamente: (i) a escassez de metodologias e instrumentos³³ para uma adequada intervenção ao nível da implementação dos projectos, do acompanhamento e da avaliação; (ii) as constantes reestruturações organizacionais, uma vez que afectam a disseminação e consolidação dos conhecimentos; e (iii) os problemas de desarticulação observados, que ficam a dever-se ao modelo de gestão do IPAD (hierarquizado e burocrático);
- ▶ Em termos de **recursos técnicos**, em parte não existe: (i) a partilha de metodologias e ferramentas de monitorização e acompanhamento de projectos entre a DS SCAE e a DS BIL e entre o IPAD e os ministérios sectoriais³⁴, que permitam obter a partilha de informação e ganhos de *Know-How*, e (ii) suporte tecnológico para a disponibilização da informação da CP (planeamento e execução dos projectos) para todos os actores da cooperação, por forma a permitir ganhos de eficiência por via da coordenação de meios.

| | | |
|-------------|----------------------------------|--------------------------|
| C15. | Insuficiência de Recursos | |
| | Origem: V.2.2.; V1.2.; V.3.2. | Recomendação: R22 |

Os recursos que a CP tem **disponíveis para Angola são insuficientes**, uma vez que:

- ▶ Os **recursos humanos** existentes no terreno (Embaixada de Portugal em Angola) não garantem o pleno desempenho das funções de acompanhamento dos projectos e de coordenação da CP em Angola com as entidades multilaterais e bilaterais;
- ▶ A CP em Angola não dispõe de **instalações e meios de transporte** adequados, quer afectos à Embaixada Portuguesa em Angola, quer aos agentes de cooperação;
- ▶ As **metodologias e instrumentos** utilizados na concepção e monitorização e acompanhamento de projectos são escassos;
- ▶ Os **ministérios sectoriais** angolanos apresentam insuficiências ao nível de competências para a realização do levantamento e análise das próprias necessidades de desenvolvimento.

| | | |
|-------------|---|-------------------------|
| C16. | Disponibilização de Recursos Financeiros | |
| | Origem: V.2.2.; V.1.2. | Recomendação: R9 |

De uma forma geral, a disponibilização dos **recursos financeiros não promove a atempada execução** dos projectos, devido aos sistemas de aprovação de verbas do próprio ano e dos saldos transitados (o IPAD não dispõe de autonomia financeira, estando dependente de trâmites processuais burocráticos e morosos) e de financiamento dos projectos instituídos (disponibilização de verbas contra apresentação das despesas).

L8. A disponibilidade tardia dos recursos financeiros é uma questão muito séria, pois não apenas desmoraliza os actores angolanos, já que afecta gravemente a continuidade dos projectos em curso, como coloca em causa as relações de confiança entre os dois parceiros, pela falta de cuidado em explicar as razões do atraso e as expectativas quanto à sua superação.

³³ Utilizados pelos actores da CP portugueses e angolanos, incluindo a Embaixada de Portugal.

³⁴ Como por exemplo, o MTSS.

VI.7. Resultados e Sustentabilidade

| | | |
|-------------|------------------------------|-----------------------------|
| C17. | Resultados Alcançados | |
| | Origem: V.2.4. | Recomendação: R1;R23 |

Objectivamente, não é possível efectuar uma análise dos resultados alcançados, na medida em que não se encontra disponível informação estruturada de suporte dos projectos e da CP em Angola, nomeadamente os objectivos específicos, os indicadores de base à monitorização e avaliação dos resultados das acções e projectos.

Face a esta limitação, procedeu-se a uma **análise empírica e qualitativa dos resultados**. Neste sentido, e em termos genéricos, identificaram-se efeitos positivos ao nível dos projectos associados aos eixos de Reinserção Social e Promoção de Emprego e da Saúde, para os quais contribuíram algumas das seguintes variáveis: (i) mecanismos de acompanhamento utilizados pelas entidades promotoras e executoras; (ii) envolvimento da sociedade civil; (iii) comunicação e articulação entre ministérios homólogos angolanos e portugueses; (iv) duração dos projectos, sendo que os de médio / longo prazo permitem acompanhar de forma mais sustentada a fase de implementação das actividades e sedimentar os resultados.

Por outro lado, crê-se que alguns projectos apenas terão **efeitos a médio ou longo prazo**, dado resultarem na criação de estruturas governativas e na mudança de mentalidades e atitudes das pessoas.

L9. Sem a definição de objectivos específicos e indicadores de suporte à sua monitorização não é possível efectuar um processo de aprendizagem decorrente da auto-avaliação, ou mesmo de outras modalidades de avaliação.

| | | |
|-------------|---------------------------------------|--------------------------|
| C18. | Sustentabilidade dos Projectos | |
| | Origem: V.2.5. | Recomendação: R23 |

O **contexto político, económico e social** está na base de uma série de limitações enfrentadas pelas intervenções de cooperação com Angola, tendo consequências na execução e, depois, na continuidade e sustentabilidade das actividades da CP, pois frequentemente os projectos acabam por falta de **infra-estruturas, meios técnicos e humanos e condições estruturais** (associadas à precariedade da escolaridade básica e de competências técnicas). Exemplos disso são:

- ▶ A destruição provocada pelos conflitos e a incapacidade de se assegurarem os correctos serviços de conservação e manutenção derivaram em profundas consequências sobre a economia e as estruturas do Estado angolano e na degradação das infra-estruturas económicas e dos equipamentos sociais;
- ▶ Inexistência de recursos humanos e técnicos adequados (em termos quantitativos e qualitativos);
- ▶ Dificuldades na alocação efectiva de quadros qualificados (que se dedicam a múltiplas actividades no sentido de garantir a sua subsistência económica).

De certa forma, e em **termos conceptuais**, a **CP em Angola trabalha o requisito da sustentabilidade** quando aposta no desenvolvimento de competências ao nível dos diversos eixos³⁵, na medida em que a educação e a formação, associada à valorização dos recursos humanos, são pilares fundamentais para a auto sustentação no futuro.

Bons exemplos de sustentabilidade das intervenções da CP em Angola obedecem a um determinado padrão:

- ▶ A procura de **envolvimento dos recursos locais** no desenvolvimento das actividades (tais como a elaboração dos diplomas legislativos e de currículos pedagógicos), promovendo o desenvolvimento de competências e a capacitação dos beneficiários;
- ▶ A **capacidade de gerar receitas** para os próprios projectos e acções, tal como acontece com determinados projectos do MTSS, é uma alavanca eficaz para a sua perpetuidade;
- ▶ A articulação com **ONGD e outras estruturas da sociedade civil** (por exemplo, congregações religiosas), são um bom garante para a continuidade dos projectos, já que essas entidades estão em permanência no terreno e em contacto próximo com as populações;

³⁵ Reforço da Capacitação Institucional, Educação, Saúde, Reinserção Social e Promoção do Emprego, Agricultura, Segurança Alimentar, e Recursos Naturais.

- ▶ As actividades / projectos de **médio e longo prazos**, por forma a que os beneficiários absorvam e interiorizem os efeitos pretendidos, com vista à sua perpetuação.

Ao nível da **atribuição de bolsas**, a análise da sustentabilidade é lesada quando não se consegue aferir a taxa de retorno dos bolsiros, uma vez que não existe registo ou controlo sobre o seu percurso após a finalização dos seus estudos³⁶. No entanto, para aqueles que retornam, há dificuldades de continuidade dos formados / diplomados na profissão para que foram formados, pois muitas vezes são desviados para funções doutra natureza, o que coloca em causa os objectivos da cooperação, não se atingindo os resultados pretendidos.

L10. A sustentabilidade é percebida, de um modo geral, como não sendo compatível com projectos de pequena ou média duração. Para que haja sustentabilidade é necessário que existam mudanças na realidade onde esses projectos se inscrevem e essas, para serem absorvidas pelos destinatários, necessitam de tempo para a sua consolidação.

³⁶ Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda., "Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003)" – Relatório Final, Maio de 2006.

VII. RECOMENDAÇÕES

As recomendações formuladas no âmbito do processo de avaliação encontram-se estruturadas de forma idêntica às Conclusões e Lições Aprendidas (Capítulo VI). Cada recomendação referencia as conclusões associadas e está direccionada para um ou mais destinatários (conforme requerido pelos Termos de Referência), tendo sido utilizadas as seguintes siglas, para além das definidas nos acrónimos:

| | |
|-----------------------------|------------------------------|
| MS - Ministérios Sectoriais | EF - Entidades Financiadores |
| EP - Entidades Promotoras | SC - Sociedade Civil |
| EE - Entidades Executoras | |

A cada conjunto de siglas pode ser acrescida a letra A (se a entidade for angolana) ou a letra P (se for portuguesa). Quando não existir qualquer referência, pressupõe-se que as entidades são relativas aos dois países.

VII.1. Programação e Orçamentação

| | | |
|------------|---|--------------------|
| R1. | Adopção de um Único Documento de Programação | |
| | Destinatário: IPAD | Conclusões: C1;C17 |

A programação da CP com Angola deve basear-se num documento único, o qual é designado para efeitos deste relatório por **Programa Plurianual de Cooperação (PPC)**, aprovado e assinado entre os governos de Angola e Portugal, com prazo de vigência de **cinco anos**, a exemplo da prática da própria União Europeia, e que deverá conter as seguintes características:

- ▶ Definir claramente a **estratégia da CP** em relação a Angola, passando pela materialização da Visão da CP para este parceiro;
- ▶ Estabelecer os **objectivos prioritários** em relação a cada eixo e quantificar esses objectivos, de modo a que a execução do PPC possa ser claramente monitorizada, e **alinhar** esses objectivos aos ODM e às metas e objectivos da ECP de Angola;
- ▶ Estruturar a abordagem do PPC de acordo com o **Quadro Lógico**, basilar para a definição de objectivos globais, objectivos específicos, resultados e actividades, que possibilite a posterior análise dos resultados alcançados;
- ▶ Definir os **recursos financeiros** associados (envelope financeiro) para o período de vigência do próprio documento, repartido por ano.

Esta recomendação assenta nos pressupostos de que: (i) é concebida a **Visão Estratégica** para a Angola, a partir da qual são negociados os Programas; (ii) os PPC não contêm a identificação e a listagem dos projectos; e (iii) são eliminados os actuais PAC, pelo menos no seu formato de planeamento actual.

A filosofia de base da CP deve assentar em processos de transformação, com prazos necessariamente longos de maturidade e com objectivos relevantes, sendo esses processos, as suas diversas fases ou, até mesmo, e quando aplicável, os projectos que os explicitam, despoletados através de actos administrativos autónomos do IPAD, de acordo com os contextos negociais apropriados caso a caso.

| | | |
|------------|--|-------------------|
| R2. | Criação de Instrumentos de Planeamento Dinâmicos e Normalizados | |
| | Destinatário: IPAD; EF P; EP; EP; EE | Conclusões: C1;C3 |

Decorrente da alteração do sistema de programação da CP em Angola, após a assinatura do PPC, a proposta de planeamento passa pela instituição dos seguintes instrumentos, previamente formatados em **modelo próprio**:

- ▶ **Plano Global de Projecto (PGP)** - documento negociado, entre os Estados português e angolano, que consiste na apresentação do projecto com a aplicação da metodologia do quadro lógico³⁷, definindo o planeamento e orçamentação na perspectiva macro das actividades e até à sua conclusão³⁸ e identificando em que medida o projecto responde aos critérios de avaliação³⁹, aos 3C's⁴⁰ e às questões transversais. O PGP deverá ser elaborado pela entidades executoras e promotoras angolanas (como, por exemplo, os ministérios homólogos) em estreita parceria com as entidades financiadoras e promotoras portuguesas.
- ▶ **Plano Anual de Projecto (PAP)** - documento que consiste na apresentação do planeamento e orçamentação das actividades detalhadas para o ano em questão, seguindo igualmente a metodologia do quadro lógico, por forma a facilitar a monitorização dos resultados das actividades a realizar. Neste documento podem ser incorporadas alterações: (i) de actividades, decorrentes da avaliação anterior do projecto; e (ii) financeiras, desde que devidamente autorizadas pela entidade financiadora. O PAP deverá ser elaborado pela entidade executora ou promotora angolana (como, por exemplo, ministérios homólogos) em estreita parceria com a entidade financiadora ou promotora portuguesa.

Aquando da definição dos objectivos e dos respectivos indicadores de monitorização, no âmbito do PGP e dos PAP será necessário identificar (e implementar) os **registos necessários de suporte** à construção desses dados.

Os instrumentos apresentados pretendem dar resposta aos seguintes **princípios**:

- ▶ Garantia da flexibilidade da alteração do projecto, caso os resultados pretendidos não estejam a ser obtidos;
- ▶ Garantia da plurianualidade dos projectos, pelo menos no âmbito da gerência do IPAD;
- ▶ Gestão centrada nos resultados - avaliação anual de cada projecto e sua redefinição, se necessário;
- ▶ Adaptação dos instrumentos de gestão orçamental e financeira às necessidades da boa gestão da CP;
- ▶ Disciplina, normalização e formalização da informação prestada para cada projecto e por todos os intervenientes da cooperação.

R3. Alteração de Procedimentos de Programação e Planeamento

Destinatário: IPAD; MS; SC

Conclusões: C3

Com a proposta de mudança na concepção do actual PIC, os procedimentos de Programação e Planeamento devem ser alterados. A programação deverá ser objecto de um profundo **envolvimento dos Ministérios portugueses** (através da CIC, que precisa tornar-se um órgão colegial de decisão e consulta) e das **entidades homólogas angolanas**, de modo a que a estratégia norteadora do PPC seja consistente e representativa para os dois países. Para além destes, o planeamento deverá, caso a caso, envolver outros actores, como universidades, ONGD e restantes entidades da sociedade civil, de modo a que cada objectivo parcial se traduza em compromissos efectivos e consistentes com a estratégia vigente.

O IPAD deverá dotar-se dos instrumentos de gestão apropriados a cada projecto, de modo que este só seja despoletado com a certeza de que estão reunidas as condições de um adequado acompanhamento, com a definição de um **sistema de indicadores e de procedimentos de medição**. Os **critérios de análise e selecção de projectos** devem ser claros e públicos e assegurar que os projectos se inserem claramente na estratégia adoptada para a CP e nos objectivos prosseguidos.

Em particular, os critérios de racionalidade e viabilidade económico-financeira devem ser assegurados *a priori* para cada projecto, sendo pré-condição para que qualquer um seja submetido a eventual aprovação pelo IPAD.

Os procedimentos genéricos associados a cada um dos instrumentos sugeridos são os seguintes:

- ▶ O **PGP** deverá ser **negociado em concordância com a disponibilidade financeira**, acordada entre Angola e Portugal em sede de PPC para o período de vigência, não podendo ultrapassar os montantes definidos para cada ano. Deverá ser definido um momento específico para esta negociação, por forma a obter níveis de complementaridade entre projectos. No entanto, um

³⁷ Através da qual são definidos objectivos globais, objectivos específicos da intervenção, resultados das actividades com vista a atingir os objectivos, actividades, (onde são definidos os meios necessários para realizar as actividades e os custos), indicadores mensuráveis, fontes de verificação e hipóteses.

³⁸ Mesmo que seja superior ao período de vigência do PPC

³⁹ Relevância, Eficiência, Eficácia, Resultados e Sustentabilidade.

⁴⁰ Coerência, Coordenação e Complementaridade.

projecto poderá ser instruído e aprovado em qualquer momento do ano, caso sejam detectadas oportunidades e haja disponibilidade financeira. Por outro lado, um projecto pode ser cancelado caso os resultados obtidos não sejam satisfatórios, libertando a verba, previamente “cativada”, para a execução de outros projectos.

- ▶ O **PAP** (do ano n) é negociado anualmente entre Angola e Portugal, no quarto trimestre do período anterior⁴¹ (Outubro a Dezembro do ano $n-1$), devendo ser analisado e aprovado pelas entidades financiadoras e, posteriormente, pelo IPAD, com base na informação avaliativa contida no respectivo RAP (relativo ao período anterior, de Janeiro a Setembro do ano $n-1$).
- ▶ O orçamento anual apresentado em cada PAP, respeitante às actividades financiadas pelo IPAD, é aprovado e incorporado no orçamento do mesmo.
- ▶ Quer a negociação do PGP quer do PAP serão precedidas pela análise dos projectos pelo IPAD.

| | | |
|------------|---|-----------------------|
| R4. | Melhoria da Orçamentação da Cooperação | |
| | Destinatários: IPAD e Ministério das Finanças | Conclusões: C2 |

No âmbito do PO5, o IPAD e o Ministério das Finanças (DGO) devem (i) **promover o cumprimento do acordo** efectuado em 2006, garantindo o carácter plurianual dos compromissos; (ii) dinamizar junto dos actores institucionais da cooperação a **instrução e harmonização dos critérios da inscrição** das despesas de cada projecto, de modo que este Programa contenha a totalidade das despesas, incluindo as actualmente registadas no funcionamento dos próprios organismos públicos.

| | | |
|------------|--|---------------------------|
| R5. | Incorporação das Questões Transversais no Processo de Planeamento | |
| | Destinatário: IPAD; MIREX; MS | Conclusões: C4;C14 |

No processo de planeamento da CP com Angola, para cada projecto consubstanciado no PGP, deverá ser efectuado um exercício consciente na definição de objectivos específicos enquadrados nas questões transversais⁴², questionando de que forma cada projecto poderá responder a cada uma delas. Deste modo, os modelos dos PGP e PAP deverão conter itens específicos, que fomentem a realização desse exercício por parte dos actores da CP portugueses e angolanos.

A promoção da questão “participação da sociedade civil” poderá passar pelo maior **envolvimento das ONGD angolanas e portuguesas** na execução dos projectos, além doutros actores relevantes.

Uma vez que o tratamento destas questões pela CP ainda se revela incipiente, deverá ser proporcionada aos colaboradores do IPAD, ministérios sectoriais angolanos e portugueses e outras entidades interessadas associadas à cooperação, **formação ou sessões de trabalho com organizações internacionais mais especializadas** (designadamente a UE), permitindo desenvolver competências nesta vertente. Inicialmente a formação poderá ser restrita a um grupo, que poderá posteriormente passar esta informação aos restantes interessados.

⁴¹ Com excepção do primeiro PAP de um PGP que tenha sido aprovado fora do ciclo de aprovação instituído.

⁴² A igualdade de género, a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, os grupos vulneráveis, a boa governação e a participação da sociedade civil.

VII.2. Execução, Acompanhamento e Avaliação

| | | |
|------------|--|--------------------|
| R6. | Melhoria do Sistema de Informação dos Projectos | |
| | Destinatário: IPAD; MS P | Conclusões: C5;C14 |

Por forma a colmatar as deficiências existentes no âmbito da informação dos projectos são propostas as seguintes medidas:

- ▶ Os projectos devem dispor de **arquivos documentais** próprios, com conteúdos disciplinados e estruturados (por tipologia de informação). A normalização dos arquivos deve ser instituída pelo IPAD aos diversos interlocutores da CP, devendo existir a verificação periódica da sua obediência. Estas pastas documentais devem acompanhar os projectos por toda a sua vida e até um determinado número de anos considerado adequado após a sua conclusão;
- ▶ O arquivo documental deverá ser acompanhado pelo **arquivo informático**, sendo que toda a informação prestada ao e pelo IPAD (fichas de projectos, mapas financeiros, relatórios, etc.), deverá ser através deste suporte. Esta forma de arquivo deverá ser, igualmente, estruturada e classificada por natureza de informação à semelhança do arquivo documental;
- ▶ Deverão ser atribuídos **códigos** a cada projecto, utilizados pelo IPAD e pelas entidades financiadoras, por forma a simplificar a sua identificação, independentemente das alterações de nomenclatura que possam ser efectuadas ao longo do tempo, facilitando o procedimento de prestação de informação entre as partes;
- ▶ A **informação financeira** dos projectos existentes no IPAD não poderá apresentar **discrepâncias** face à existente nas entidades financiadoras ou promotoras. Há que estabelecer uma articulação estreita entre as partes e implementar procedimentos de controlo específico, por forma garantir a fiabilidade da informação e a sua consistência entre todas as partes. Por exemplo, após a prestação da informação pelos ministérios sectoriais portugueses, o IPAD enviaria ou disponibilizaria através de *Intranet* a informação tratada;
- ▶ Independentemente da natureza da **classificação adoptada para os projectos** (como por exemplo, por eixos), esta deverá ser mantida ao longo do período do PPC. Mesmo que haja a necessidade de, pontualmente, efectuar mudanças estruturais neste âmbito, os dados históricos deverão ser reclassificados, com base na informação existente por projecto (identificada na base de dados através de um código), por forma a garantir a **comparabilidade dos dados**;
- ▶ Os **dados informatizados** relativos à execução física e financeira dos projectos produzidos pelas diferentes áreas devem ser salvaguardados, dando cumprimento aos procedimentos de controlo interno no âmbito da salvaguarda da informação (como por exemplo, realização de cópias de segurança diárias dos ficheiros);
- ▶ A **Informação sobre a execução financeira e física dos projectos** deverá estar disponível em plataforma comum a todas as áreas do IPAD, quer seja através da base de dados dos projectos (com dados financeiros), como de ficheiros partilhados dos documentos elaborados no âmbito da projecto (PGP, PAP, RAP), com especial atenção aos relativos à monitorização;
- ▶ Ao nível da **comunicação da informação** aos diferentes actores da CP e à sociedade civil, deverá existir, igualmente, um esforço de disponibilização e partilha de informação através de ferramentas próprias, nomeadamente por via de *Intranet* e *Internet*⁴³ (respectivamente), apelando à transparência e divulgação das acções realizadas no âmbito da CP.

| | | |
|------------|---|--------------------|
| R7. | Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento | |
| | Destinatário: IPAD; MS P; EP; EE | Conclusões: C7;C15 |

No âmbito do sistema de acompanhamento dos projectos recomenda-se:

- ▶ Envolvimento e responsabilização das entidades angolanas (promotoras) no processo de acompanhamento dos projectos, garantindo paralelamente a recolha dos **registos necessários de suporte** aos indicadores de monitorização.
- ▶ **Definição de instrumentos de acompanhamento e avaliação padronizados e simplificados**, em termos de conteúdo e periodicidade e de utilização comum às áreas do IPAD. A título de exemplo, apresentam-se os seguintes documentos, que devem ser arquivados em suporte informático, salvaguardando as respectivas versões à data da sua preparação:

⁴³ À semelhança do que actualmente é realizado pelo MTSS.

- a) **Ficha de Controlo do Projecto** - ficha do projecto onde são registados diariamente, pela entidade financiadora, todos os contactos efectuados e decisões tomadas;
 - b) **Ficha de Acompanhamento** – documento a emitir mensalmente pela entidade financiadora, com a informação das situações ocorridas com o projecto em termos financeiros e físicos;
 - c) **Reporte Semestral** – documento semestral, emitido pela entidade financiadora e enviado ao IPAD⁴⁴, com informação financeira e física, estruturada e resumida com o ponto de situação de todos os projectos assente na metodologia do quadro lógico, incluindo a medição dos indicadores de monitorização de esforço e de resultados (previamente definidos no âmbito do PGP e do PAP). Neste relatório, quando detectadas dificuldades na execução dos mesmos, deve ser incorporado o plano de acções específico para colmatar esses pontos fracos, com a respectiva identificação dos responsáveis e dos prazos. No reporte do período seguinte deverá ser apresentado o *follow-up* dessas acções;
 - d) **Relatório de Avaliação Anual** – documento anual, emitido pelo IPAD, pela Divisão de Avaliação com informação estruturada à semelhança do que é elaborado no Reporte Semestral, complementado com a avaliação global do projecto por forma a servir de base à aprovação do PAP do ano seguinte;
 - e) **Relatório Anual do Projecto (RAP)** – documento que contém a descrição das actividades desenvolvidas, resultados obtidos e respectivos indicadores de esforço e de actividade, bem como a execução financeira. Deste modo, o RAP segue a mesma estrutura dos PAP, mas abarca uma abordagem expositiva face às actividades desenvolvidas e uma descrição dos resultados atingidos, tendo em atenção os indicadores definidos. Com base na informação contida neste documento, será preparado o PAP. O RAP será elaborado e apresentado anualmente pela entidade executora, em estreita parceria com a entidade financiadora.
 - f) **Relatórios de Missão** – documento elaborado pelas entidades financiadoras após cada visita ao terreno, contendo os mesmos critérios de análise definidos em cada projecto. A regularidade das visitas é da responsabilidade das entidades financiadoras, garantindo no mínimo uma visita por ano ao terreno;
 - g) **Relatórios de Acompanhamento pela Embaixada** – documento emitido pela Embaixada Portuguesa, com a periodicidade semestral, prévia à emissão do **Reporte Semestral**. Esse relatório tem como finalidade relatar objectiva e sumariamente o acompanhamento dos projectos e acções da CP no terreno.
- ▶ **Externalização⁴⁵ da execução das tarefas eminentemente financeiras**, como, por exemplo, a validação dos comprovativos de despesa e de receita, por forma a que o IPAD efectue as acções, de cariz operacional.
 - ▶ Melhoramento do **acompanhamento realizado no terreno** através de missões mais prolongadas ou pela afectação de recursos humanos no terreno disponíveis para o efeito.

| | | |
|------------|---|----------------|
| R8. | Implementação de Processos Sistematizados de Avaliação | |
| | Destinatários: IPAD; MSP | Conclusões: C7 |

Sendo a avaliação considerada uma componente crucial das intervenções da cooperação para o desenvolvimento, devem ser concebidos e implementados procedimentos sistematizados de avaliação, na suas diversas vertentes (auto-avaliação, avaliação de programas e de projectos, avaliações de impacto, etc.), que permitam **aprendizagens contínuas e participadas e a optimização de resultados**. Refira-se que muitos desses procedimentos estão já em fase de implementação no IPAD, nomeadamente através da elaboração de instrumentos de apoio (tal como o Guia de Avaliação).

| | | |
|------------|---|-----------------------|
| R9. | Adopção de um Sistema de Financiamento mais Ágil | |
| | Destinatários: IPAD | Conclusões: C6;C8;C16 |

O sistema de aprovação das **verbas contidas em PAP** (do ano *n*), não deverá exceder temporalmente o mês de Dezembro do ano *n-1*, uma vez que o início da execução dos projectos em cada ano depende da celeridade dos procedimentos associados a este sistema.

⁴⁴ Unidade orgânica DS PFP – Divisão Coordenação Geográfica.

⁴⁵ Através de empresas ou de outras entidades públicas (ministérios homólogos).

Complementarmente, é essencial que seja atribuída ao IPAD a **autonomia financeira**, condição para uma adequada agilização na execução da política financeira da cooperação, como, por exemplo, no que respeita à utilização dos saldos transitados.

Com base nos resultados observados no MTSS, recomenda-se a adopção do **modelo de financiamento dos projectos via subsídio** em contraposição com o modelo de reembolso actual, uma vez que esta prática constitui um factor facilitador ao arranque dos projectos e à **responsabilização** das entidades angolanas envolvidas no processo, incentivando a **apropriação dos projectos** por parte das mesmas. Este modelo consiste na transferência antecipada de uma parcela, com base na qual são iniciadas as despesas do projecto. Para receber a parcela seguinte, a entidade executora necessita de apresentar o relatório de execução financeira com os respectivos documentos comprovativos e legalmente aceites. Após a sua validação, é efectuada a transferência seguinte directamente para a entidade executora.

VII.3. Relevância e Adequação da Programação

| | | |
|-------------|--|----------------|
| R10. | Posicionamento Estratégico da CP com Angola | |
| | Destinatário: MNE; IPAD; MS P | Conclusões: C9 |

A estratégia da CP com Angola, nomeadamente em termos de selecção das suas áreas de actuação, deve continuar a ter por base dois critérios fundamentais:

- ▶ A adequação às necessidades de desenvolvimento estabelecidas na ECP;
- ▶ As vantagens comparativas da CP em Angola (e nos PALOP em termos gerais), que lhe confere potencialidades muito particulares, designadamente a língua portuguesa e o relacionamento histórico e cultural que Portugal dispõe relativamente a esse país.

A estratégia da CP com Angola deve, assim, permitir a **Portugal ocupar os espaços que só Portugal pode ocupar**, ou seja, deve especializar-se onde é insubstituível ou onde dispõe de claras vantagens competitivas, considerando-se a si própria como uma componente da cooperação internacional em Angola.

Esses espaços são, num primeiro plano, os relacionados com o reforço do corpo institucional e da estrutura jurídica do Estado angolano e o desenvolvimento dos processos e procedimentos de boa governação (tendo como suporte o conhecimento histórico supra referido) e, num segundo plano, os relacionados com o desenvolvimento do sistema de ensino superior de matriz portuguesa e a consolidação da língua portuguesa enquanto língua oficial de Angola.

Em síntese, a CP não deve desenvolver projectos onde, pela sua escassez de recursos, não pode obter resultados relevantes e onde as cooperações mais ricas têm suficiente capacidade de intervenção, pelo que deve adoptar uma **estratégia de concentração** de recursos nas áreas ligadas ao exercício das suas vantagens comparativas específicas.

| | | |
|-------------|--|----------------|
| R11. | Reorientação dos Eixos Prioritários para Angola, à Luz da Nova Estratégia da CP | |
| | Destinatário: IPAD; MS | Conclusões: C9 |

A concentração dos esforços da CP em Angola referida anteriormente resulta na adopção de uma política de continuidade relativamente às prioridades inerentes ao ciclo de programação anterior, embora com reorientações que permitam o incremento da sua relevância e eficácia.

Resulta, também, e em consonância com a “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, no prosseguimento de uma **abordagem multidimensional da pobreza**, que acredita na criação de condições estruturais (reforço da democracia e da boa governação, consolidação da paz e prevenção de conflitos, educação e valorização dos recursos humanos e desenvolvimento económico e social sustentável) como suporte fundamental da redução da pobreza e do garante da sustentabilidade.

Considerando essa abordagem multidimensional da pobreza e as vantagens comparativas da CP em Angola, bem como as necessidades efectivas do povo angolano e as capacidades dos seus recursos humanos, o próximo ciclo de programação deverá incidir sobre os seguintes **eixos prioritários**:

- ▶ Educação, em língua portuguesa;

- ▶ Capacitação Institucional, a todos os níveis (administração central e local, universidades e outras entidades da sociedade civil) e com enfoque especial nos sectores da educação, finanças, saúde e justiça;
- ▶ Desenvolvimento Económico e Social, incorporando a lógica de *Clusters* introduzida pela nova estratégia da CP e a de projectos integrados e transversais a diversos sectores (nomeadamente o desenvolvimento rural e agrícola, ambiente, infra-estruturas básicas, educação, apoio social, emprego e valorização de recursos humanos).

No que respeita ao eixo de **Educação**, a CP deverá adoptar princípios de intervenção auto reprodutivos e de elevada rentabilidade, para fazer face às precárias necessidades de Angola em termos de ensino:

- ▶ Na disseminação da língua portuguesa a todos os níveis de ensino, é essencial formar professores e não colocar professores em Angola, excepto em casos como a Universidade Agostinho Neto, para preencher necessidades urgentes no primeiro ano de todos os cursos;
- ▶ No ensino básico é também fundamental a formação de professores angolanos, devendo ser preparado um programa específico que defina as acções a desenvolver num horizonte temporal de longo prazo e quantifique o número de professores portugueses necessários em cada ano e o número de professores angolanos formados e preparados para integrar o sistema de ensino;
- ▶ Neste âmbito, haverá que ter em consideração a complementaridade com outras acções da cooperação internacional com Angola, nomeadamente a UE, não descurando a importância da língua portuguesa e o papel dificilmente substituível de Portugal;
- ▶ Na formação de técnicos superiores, Angola precisa de professores portugueses de nível sénior, que vão orientar mestrados na Universidade Agostinho Neto, e não trazê-los a Portugal, excepto em áreas onde a UAN não tenha ainda cursos de licenciatura ou de mestrado.

O eixo de **Capacitação Institucional** deverá ser repensado em termos da sua implementação operacional, tendo em consideração as seguintes premissas:

- ▶ Na formação de técnicos nas diversas áreas do aparelho de Estado, é mais eficaz deslocar formadores portugueses a Angola do que trazer técnicos a Portugal. Também nesta área deverá ser adoptada uma estratégia de efeitos multiplicadores, que permita a formação de formadores angolanos, para garantia da sustentabilidade futura (no sector da saúde, por exemplo, deve ser ministrada formação em áreas em que Angola não disponha de valências, tais como cardiologia, ortopedia e fisioterapia).
- ▶ Quando seja inevitável trazer técnicos angolanos a Portugal, tal deve, prioritariamente, destinar-se a proporcionar formação *on the job* e não formação em sala de aula, sempre mais eficaz em Angola. Aliás, a implementação de práticas de formação *on the job* deve também ser privilegiada em Angola, em detrimento de cursos com valências eminentemente conceptuais;
- ▶ Angola precisa que Portugal a apoie, muitas vezes (por exemplo, ao nível do Ministério das Finanças) a definir as próprias necessidades e carece de apoio estrutural para os seus ministérios, em várias áreas: elaboração de códigos e políticas gerais, implementação de técnicas de planeamento, adopção de procedimentos técnicos, etc.;
- ▶ As acções a serem desenvolvidas no âmbito da capacitação institucional devem ser objecto de uma especificação concreta dos objectivos a atingir e dos resultados esperados, a serem devidamente acompanhados durante a assessoria técnica e/ou acções de formação a ministrar;
- ▶ A capacitação institucional deve ser orientada efectivamente para o desenvolvimento de competências e valorização de recursos humanos, devendo ser analisada a possibilidade de realização de acções transversais a diversos sectores, em determinados domínios da gestão e métodos de trabalho, inclusive no que respeita à gestão da própria cooperação. Deve, também, ser orientada para as estruturas regionais / municipais e para organizações da sociedade civil, com vista a habilitar as populações das condições propícias à sustentabilidade dos projectos.

O eixo de **Desenvolvimento Económico e Social** é entendido como alavanca para o crescimento rápido de Angola e a redução da pobreza, considerando o contexto actual de reconstrução do país e de atracção de investimento privado. Esse eixo deverá assentar na dinamização do sector privado, com base nos seguintes princípios:

- ▶ O envolvimento das empresas (portuguesas e não só) na cooperação para o desenvolvimento económico, por forma a contribuir para a criação de empregos e rendimentos e, também, gerar receitas públicas (tão necessárias para a execução dos programas previstos na ECP). Neste âmbito, há que considerar a criação, já prevista, da nova instituição financeira portuguesa, que tem por finalidade a dinamização das economias beneficiárias da APD portuguesa;

- ▶ A constituição de parcerias público - privadas, em áreas consideradas estratégicas e compatíveis com o interesse de ambas as partes (instituições angolanas e empresas portuguesas);
- ▶ A promoção da coordenação entre os actores da CP em Angola, alargando a participação na cooperação para o desenvolvimento de diversas instituições dos sectores público e privado, em articulação com a nova instituição financeira supra referida;
- ▶ Integração das empresas multinacionais a operar em Angola. Estas poderão desempenhar um papel positivo na CP, como promotoras de actividades de desenvolvimento económico social, para as quais estão motivadas mas não dispõem, em Angola, de estruturas próprias para a intervenção no terreno.

| | | |
|-------------|--|----------------|
| R12. | Aplicação de Instrumentos Inovadores na CP com Angola | |
| | Destinatário: IPAD; Embaixada de Portugal, MS | Conclusões: C9 |

O enfoque da CP em Angola no eixo do Desenvolvimento Económico e Social, a par da Educação e da Capacitação Institucional, exige a reformulação dos modos de actuação, através da incorporação ou reforço da utilização de instrumentos inovadores:

- ▶ **Identificação, concepção e implementação de *clusters* de cooperação** – com vista à eliminação de actividades e projectos fragmentados e à dispersão de recursos, a CP em Angola deve adoptar o novo mecanismo identificado na “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, o que implica no desenvolvimento de um conjunto articulado de projectos, por diversas entidades e em áreas geográficas específicas, alinhados numa mesma visão comum. Em Angola, este novo mecanismo da CP é essencial para a reintegração das populações no interior do país, sendo a província de Huíla um potencial *clusters* a apostar, dado reunir condições de partida adequadas (como, por exemplo, o seu elevado potencial agro-pecuário);
- ▶ **Reforço da utilização de programas integrados** – adopção mais intensiva de projectos integrados num enquadramento comum, que poderão ser desenvolvidos numa base regional (*clusters*) e/ou temática (por exemplo, na área da saúde);
- ▶ **Integração da intervenção em contexto internacional** – neste domínio a CP, deverá associar-se a outras cooperações, nomeadamente multilaterais, com outra capacidade financeira e onde Portugal pode desempenhar um importante papel com os seus técnicos que dominam a língua portuguesa e conhecem a realidade local. Trata-se não só de diversificar os meios de financiamento mas, também, de desenvolver uma abordagem “bi multi” na CP em Angola e apoiar a construção de *clusters*;
- ▶ **Envolvimento da sociedade civil** – a constituição de *clusters* exige a intervenção concertada da sociedade civil, não só em termos empresariais mas, também, ao nível das ONGD, dado que estas detêm experiência de actuação em estreita colaboração com as autoridades e populações locais em áreas cruciais do desenvolvimento (direitos humanos, apoio socio-comunitário, desenvolvimento sustentável, etc.);
- ▶ **Facilitação do acesso a sistemas de microcréditos**, por forma a incentivar a criação de pequenas actividades económicas pela população e agentes angolanos, dentro de uma lógica de dinamização de *clusters*.

O apoio à identificação, concepção e operacionalização de *clusters* deverá caber à CP, tendo o IPAD um papel central, em articulação com os demais ministérios sectoriais e demais actores, mas a **coordenação efectiva deve ser da responsabilidade das autoridades angolanas**, dado o enquadramento internacional (bi e multilateral) que deverá estar presente na implementação de *clusters* da cooperação.

| | | |
|-------------|--|----------------|
| R13. | Implementação de Mecanismos de Avaliação das Necessidades | |
| | Destinatário: MNE; IPAD; Embaixada de Portugal; MS; MIREX | Conclusões: C9 |

Apesar da CP em Angola, no último triénio, se ter enquadrado na ECP, apresenta dificuldades na resposta às verdadeiras necessidades de desenvolvimento angolanas, na medida em que não tem avaliado de forma realista as capacidades do Estado angolano (ao nível do seu real grau de capacitação e dos próprios funcionários).

Assim, a CP deverá basear-se num profundo diagnóstico das necessidades do desenvolvimento do Estado angolano, de modo a garantir que as estratégias adoptadas são adequadas aos objectivos acordados e estabelecidos e têm uma base de realidade. Essa avaliação de necessidades deve ser direccionada mais especificamente para as áreas consideradas prioritárias, identificadas na recomendação anterior, visando a **hierarquização de prioridades** da CP com Angola.

As acções da CP com Angola devem ter em conta as reais necessidades dos destinatários e não ser simples adaptações de programas portugueses pré-existentes, o que implica na implementação de **mecanismos de avaliação das necessidades efectivas**, que possam ir de encontro à apropriação do seu desenvolvimento por Angola e integrem as seguintes abordagens:

- ▶ Levantamento de necessidades junto aos beneficiários da CP (populações menos favorecidas, responsáveis e funcionários públicos, universidades e empresas, etc.);
- ▶ Definição das reformas de Angola, com base no levantamento das necessidades, o que implica a articulação entre os ministérios sectoriais angolanos e a coordenação efectiva com o MIREX (com a colaboração do Ministério do Planeamento).
- ▶ Efectivação do diálogo político entre os Estados angolano e português, nomeadamente por via da Embaixada de Portugal em Angola, para conciliação de pontos de vista e entendimento quanto às necessidades prioritárias.
- ▶ Promoção da concertação com outros doadores da cooperação para o desenvolvimento em Angola (bilaterais e multilaterais), para conhecimento das áreas de actuação futuras de cada um e identificação de potenciais sinergias, à luz das necessidades identificadas;
- ▶ Estruturação sistematizada e formal do levantamento efectuado e das análises e conclusões obtidas, que permita o entendimento partilhado entre os interlocutores (portugueses e angolanos) da CP com Angola sobre as suas reais necessidades e capacidades;
- ▶ Articulação entre os ministérios sectoriais portugueses, com a coordenação do IPAD, para definição de linhas de intervenção sectoriais que respondam às necessidades identificadas, por forma a construir-se a Visão Estratégica para a CP em Angola, para um horizonte de longo prazo (e que sirva de suporte à programação da CP, conforme explicitado na **R1**), de duração similar à sua ECP (no fundo, essa Visão Estratégica consistiria num afunilamento da ECP, direccionado para a CP e tendo em conta o levantamento de necessidades efectivas).

| | | |
|-------------|--|--------------------------|
| R14. | Integração da Estratégia da CP em Angola com os ODM e ECP | |
| | Destinatário: IPAD; MS P; EE | Conclusões: C1;C9 |

Para medição da eficácia da CP em Angola é fundamental o **alinhamento dos objectivos** estabelecidos no PPC, ao nível dos seus eixos prioritários (e também, nos PGP e PAP, no que respeita especificamente a projectos) com os ODM e com a própria ECP, numa lógica articulada (ODM/ ECP / Visão Estratégica / PPC / PGP / PAP).

Desse modo, a integração clara dos ODM na CP exigirá a construção de uma **matriz de objectivos da CP em Angola**, directamente associada à Visão Estratégica para Angola supra referida, que sistematize os grandes objectivos da ECP, ODM e Visão Estratégica de uma forma estruturada, ou seja, que permita identificar a ligação entre eles, com metas definidas em termos temporais. Essa matriz deverá servir de referência à construção do PPC e este, por sua vez, enquadrará os objectivos e metas dos projectos (definidos em sede de PGP e PAP).

Será possível, dessa forma, instituir um mecanismo que permita medir a **contribuição de Portugal para os ODM** em Angola.

VII.4. Articulação entre Actores da CP em Angola

| | | |
|-------------|---|------------------------|
| R15. | Instituição de uma Efectiva Coordenação entre os Actores Angolanos | |
| | Destinatários: MIREX, MS A | Conclusões: C10 |

As relações entre os agentes da cooperação angolanos deverão ser estimuladas em prol da obtenção de resultados relevantes face às necessidades do país. Neste sentido, recomendamos a tomada das seguintes medidas:

- ▶ Criação de um **Comité da Cooperação**, onde sejam envolvidos todos os ministérios angolanos, dinamizando a sua comunicação e promovendo a análise integrada das necessidades do país, dos planos de cooperação e respectivas prioridades e dos resultados;
- ▶ Dotação do MIREX com **recursos humanos adequados**, por forma a que este ministério seja um órgão de coordenação efectivo entre os demais ministérios angolanos e os actores da CP;

- ▶ Articulação estreita entre o **MIREX e o Ministério do Planeamento angolano**, por forma a promover a coerência entre a política de cooperação portuguesa e as políticas angolanas, com vista ao desenvolvimento do país e o cumprimento dos ODM. Neste sentido, estes dois ministérios devem estar presentes na negociação do PPC, e participar activamente no Comité da Cooperação, bem como nas reuniões de doadores internacionais (*vide R19*).

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| R16. | Reforço dos Mecanismos de Coordenação dos Actores Portugueses | |
| | Destinatário: IPAD; MS P | Conclusões: C11 |

O modelo descentralizado da Cooperação Portuguesa e os desafios com que se depara requer o envolvimento de um amplo conjunto de actores. Em Angola, a exigência de coordenação é ainda maior quando se pretendem implementar novos instrumentos da cooperação (baseados numa perspectiva multisectorial) e métodos de trabalho mais globalizantes (inclusive em termos de relacionamento com actores internacionais), pelo que é fundamental **dinamizar os mecanismos de coordenação** entre os intervenientes portugueses da CP em Angola, aplicando três tipos de medidas:

- ▶ Realizar **Conselhos de Ministros para a Cooperação**, para assegurar politicamente, ao alto nível, a definição das grandes linhas de orientação e a complementaridade das actuações sectoriais, de modo a garantir a coerência das políticas de cooperação portuguesa com as demais políticas sectoriais;
- ▶ Dinamizar a **Comissão Interministerial para a Cooperação**, para reforço da coordenação ministerial e concertação intersectorial, devendo o IPAD, como órgão central da CP, ter um papel fundamental nos seguintes aspectos:
 - a) Aumento da frequência de reuniões (o que já está a acontecer) e melhoria da sua preparação e *follow-up*, por todos os envolvidos;
 - b) Debate de temas variados relacionados não só com a condução das intervenções em termos sectoriais, tais como a definição e articulação de estratégias bilaterais e multilaterais e o seu planeamento e acompanhamento, mas também com temas colaterais igualmente importantes, nomeadamente a sustentabilidade e a apropriação pelos países parceiros, o alinhamento e harmonização, a incorporação das questões transversais, etc.;
 - c) Análise de temas específicos, com uma periodicidade regular e de forma sistematizada, destacando-se neste âmbito a monitorização e avaliação das intervenções;
 - d) Constituição de Grupos de Trabalho que funcionem de modo mais restrito, estruturados por temas transversais (avaliação, alinhamento e harmonização, etc.) e por países, com representantes dos diversos ministérios. Periodicamente, esses Grupos devem apresentar os resultados do seu trabalho em sessões plenárias da CIC.
- ▶ **Clarificar os papéis dos actores da CP**, inclusive no que respeita ao reforço da missão de coordenação da CP pelo IPAD, quer ao nível bilateral quer multilateral, para efectivar as atribuições definidas nos seus estatutos e combater a dispersão de meios e de critérios políticos. Além disso, a simultaneidade de papéis que cada actor da CP pode desempenhar (financiador, promotor, executor) suscita a necessidade de definição de um esquema claro de repartição de competências e responsabilidades, para que todos tenham presente um quadro de referência comum. Esta solução contribuiria, também, para minimizar as situações de reestruturações organizacionais e funcionais que têm assolado a administração pública portuguesa em geral e o IPAD em particular.

Saliente-se que a **materialização efectiva das medidas referidas** cabe, em grande parte, ao IPAD. No entanto, para serem bem sucedidas, exige o empenhamento de todos os intervenientes da CP.

| | | |
|-------------|---|----------------------------|
| R17. | Melhoria da Articulação entre os Actores Angolanos e Portugueses | |
| | Destinatários: MIREX; IPAD; MS | Conclusões: C10;C11 |

No âmbito da articulação entre os actores angolanos e portugueses, urge a tomada de medidas que visem a melhoria desta articulação, uma vez que a **adequada comunicação e entendimento** entre os actores angolanos e portugueses são pedras basilares para que a CP em Angola atinja os resultados pretendidos, pelo que deverão ser encetadas as seguintes propostas:

- ▶ Definição do **interlocutor pivot privilegiado com o IPAD** face aos ministérios sectoriais e outros actores angolanos. Trata-se de concretizar ao máximo, na Embaixada de Portugal em Angola, a gestão do relacionamento entre os actores da CP. Esta

medida apenas será credível se a Embaixada de Portugal for dotada de recursos humanos e técnicos apropriados (conforme explicitado em algumas recomendações);

- ▶ Divulgação da **estratégia portuguesa junto das entidades angolanas**, por forma a clarificar a posição de Portugal face à CP em Angola;
- ▶ Preparação do **PGP pelas entidades angolanas** em estreita cooperação com as homólogas portuguesas, por forma a responsabilizá-las e promover, também, a apropriação dos projectos;
- ▶ **Comunicação atempada**, às entidades angolanas, **das decisões tomadas** ao nível de aprovação e operacionalização dos projectos e sua explicação, caso essas decisões não estejam em consonância com o entendimento angolano.

| | | |
|-------------|--|----------------------------|
| R18. | Integração de um Número Alargado de Actores na CP em Angola | |
| | Destinatário: MNE; IPAD | Conclusões: C10;C11 |

O desenvolvimento da CP em Angola baseado em novos instrumentos, designadamente os *clusters*, exige o **envolvimento de um vasto conjunto de actores de variadas especialidades**, não só em termos da administração central do Estado mas, também, ao nível da cooperação intermunicipal e da sociedade civil, com destaque para as empresas, associações sindicais e profissionais, fundações, universidades e centros de investigação (cada um com um papel particular, muitas vezes relacionado com a capacitação de entidades congéneres, mas complementar com os demais). Será necessário criar um quadro de referência para a participação destes intervenientes na CP, em termos de apresentação de projectos e da sua implementação e acompanhamento.

O IPAD, enquanto órgão coordenador da CP, deve implementar e dinamizar mecanismos de coordenação entre esses actores, estando a ser operacionalizado um **Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento**, para concertação entre os diversos actores que não pertencem à administração central do Estado, no sentido de desenvolver mecanismos de reconhecimento, conhecimento e coordenação entre eles e com o IPAD, com vista ao aproveitamento de sinergias e promoção de formas de complementaridade entre as diversas acções e projectos.

Ao nível da sociedade civil, importa salientar o papel das **ONGD**, sobretudo no âmbito dos *clusters* de cooperação em Angola. O IPAD deverá valorizar cada vez mais a sua acção e consolidar os mecanismos de co-financiamento às ONGD, tentando também ser um elo de promoção de parcerias entre ONGD portuguesas e internacionais, privilegiando a integração de recursos humanos angolanos nos seus projectos.

VII.5. Articulação com Outros Doadores

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| R19. | Promoção de Reuniões de Doadores Internacionais em Angola | |
| | Destinatário: IPAD; Embaixada de Portugal; MIREX | Conclusões: C13 |

Por forma a ir de encontro às tendências internacionais de articulação entre actores da cooperação para o desenvolvimento, no sentido do incremento da eficácia e eficiência da ajuda, devem ser criados mecanismos de relacionamento entre doadores, sistematizados e formais, à luz do que já acontece noutros países parceiros da CP.

Desse modo, devem ser instituídas em Angola **reuniões de doadores periódicas**, lideradas pelas autoridades angolanas (como, por exemplo, o MIREX e o Ministério do Planeamento), onde participem as diversas cooperações bilaterais, os organismos multilaterais e a sociedade civil. Essas reuniões devem constituir verdadeiros espaços de planeamento e conjugação de actuações, de operacionalização de acções e projectos e de análise dos resultados obtidos, no sentido do aumento da complementaridade das intervenções e de harmonização de procedimentos (conforme estabelecido na Declaração de Paris).

Para que lhes seja conferido um carácter mais operacional, as reuniões de doadores poderiam funcionar com base em **grupos de trabalho** diversos, organizados por áreas temáticas, sectoriais e/ou regionais (*clusters*), com coordenadores específicos, sendo os resultados alcançados e os planos de acção apresentados e analisados em reuniões plenárias. No contexto da cooperação para o desenvolvimento em Angola, Portugal (nomeadamente a Embaixada em Angola) deveria ter o papel de coordenador dos grupos de trabalho focados para as áreas em que detém vantagens comparativas, além de que poderia apoiar as autoridades angolanas na sua capacitação enquanto protagonistas dessas reuniões, com vista à apropriação do seu próprio desenvolvimento.

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| R20. | Reforço do Papel da CP nas Instituições Multilaterais | |
| | Destinatário: IPAD | Conclusões: C13 |

Considerando que a vertente multilateral da cooperação para o desenvolvimento é cada vez mais promotora de soluções para as necessidades estruturais dos países menos avançados, a nível internacional, a CP com Angola deve envidar esforços para **integrar mais técnicos qualificados portugueses nas organizações multilaterais**, que dominem a língua portuguesa e conheçam a realidade angolana.

Seria um modo de potenciar as vantagens comparativas de Portugal na cooperação para o desenvolvimento de Angola, de maximizar o aproveitamento de sinergias (ao nível da identificação de áreas de actuação e de meios de financiamento alternativos) e de acompanhar mais de perto as intervenções dos organismos multilaterais, além de promover a coerência de políticas ao mais alto nível (designadamente no quadro da UE, OCDE e ONU).

Para apoiar a selecção dos técnicos portugueses pelas instituições multilaterais, o IPAD poderá construir uma **base de dados de técnicos** da cooperação com perfil de competências adequado aos requisitos desses cargos internacionais, a ser usada pelo próprio IPAD e pelos diversos actores internacionais da cooperação para o desenvolvimento.

VII.6. Recursos

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| R21. | Incremento da Eficiência na Utilização dos Recursos | |
| | Destinatários: IPAD; MS P | Conclusões: C14 |

Independentemente do volume dos recursos colocados à disposição da CP, a sua utilização pode ser mais eficiente, adoptando algumas medidas de racionalização:

- ▶ **Melhoria da articulação e da complementaridade entre os diferentes actores da cooperação** com vista a incrementar os índices de eficiência:
 - a) ao nível financeiro, através da **redução de custos**, nomeadamente: (i) prática de actividades transversais aos diversos actores de modo concertado (utilização de serviços / meios partilhados⁴⁶); (ii) utilização das novas tecnologias de comunicação à distância no âmbito do ensino e formação; e (iii) realização de acções de formação profissional e da atribuição de bolsas de estudo em Angola, em detrimento das ministradas em Portugal;
 - b) ao nível dos recursos humanos, através da **dotação de**: (i) **metodologias e instrumentos** para uma adequada intervenção ao nível da implementação dos projectos, do acompanhamento e da avaliação (*vide* **R6**. Melhoria do Sistema de Informação dos Projectos, **R7** Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento); (ii) **estabilidade organizacional**, sendo que as eventuais alterações na composição da Direcção do IPAD, não devem colocar em causa a continuidade das políticas e das estratégias da CP, antes devem ser transparentes para os parceiros angolanos.
- ▶ **Coordenação de meios** técnicos e humanos, que pode passar pela:
 - e) implementação do Sistema de Acompanhamento proposto neste relatório - *vide* **R7**. Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento.
 - f) instituição de um **grupo de trabalho multidisciplinar**, proveniente das diversas divisões do IPAD e representantes, com vista ao desenvolvimento de **metodologias e ferramentas** de monitorização concertadas, permitindo a partilha de conhecimento e obtenção de ganhos de *Know-How*. Esta partilha poderá contemplar participações de entidades da sociedade civil (como por exemplo, ONGD) com elevada experiência de implementação e acompanhamento dos resultados projectos;
 - g) melhoria do **suporte tecnológico** para a disponibilização de recursos - *vide* **R6**. Melhoria do Sistema de Informação dos Projectos;

⁴⁶ Implementação de uma lógica de partilha de recursos pelos diferentes actores da cooperação, por forma a imprimir eficiência nas acções desenvolvidas.

- h) construção, manutenção e divulgação de uma **base de dados de agentes da cooperação e técnicos portugueses** disponíveis para a cooperação com Angola, com interesse redobrado para as cooperações multilaterais, facilitando o processo administrativo inerente.

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| R22. | Suprimento das Insuficiências de Recursos em Angola | |
| | Destinatários: MNE; IPAD | Conclusões: C15 |

Na **Embaixada de Portugal em Luanda** deve existir pelo menos mais um técnico da cooperação, cujas funções deverão estar associadas ao acompanhamento permanente de todos os projectos da CP em curso e da coordenação da articulação com as entidades multilaterais e bilaterais presentes em Angola.

A CP deverá dispor de **instalações próprias** em Luanda (com alojamentos temporários), salas de trabalho e viatura com motorista.

No que respeita aos ministérios sectoriais angolanos, no âmbito do eixo da Capacitação Institucional, deverá ser contemplado um acompanhamento específico (de acordo com plano próprio) para o **desenvolvimento de competências**, com vista a superar as actuais necessidades de Angola ao nível de recursos humanos.

VII.7. Resultados e Sustentabilidade

| | | |
|-------------|---|----------------------------|
| R23. | Promoção dos Resultados e Sustentabilidade dos Projectos | |
| | Destinatários: IPAD; MS | Conclusões: C17;C18 |

Para a prossecução de uma CP centrada nos resultados, esta deve basear-se em **projectos de longa duração, com objectivos** definidos, controláveis e ambiciosos e não em projectos de pequena dimensão e de efeitos localizados.

Os resultados, para serem sustentáveis, devem traduzir-se em estruturas criadas, na capacidade de envolver os **recursos locais e em competências auto-reprodutivas, com capacidade de gerar receitas**. Encontram-se frequentemente estas condições nos projectos desenvolvidos por ONGD.

Na perspectiva de dinamizar a CP em Angola com resultados e que estes sejam sustentáveis, estes critérios devem ser analisados e reflectidos na Ficha de apresentação do projecto e, posteriormente, serem monitorizados através de indicadores próprios. – *vide* **R2**. Criação de Instrumentos de Planeamento Dinâmicos e Normalizados.

ANEXOS

TERMOS DE REFERÊNCIA

PARA A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-ANGOLA (2004-2006)

1. Enquadramento

A Cooperação Portuguesa enfrenta desafios importantes resultantes quer do contexto internacional, nomeadamente dos compromissos assumidos no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, quer das novas orientações no quadro do documento "Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa" publicado no Diário da República, em 22 de Dezembro (Resolução do Conselho de Ministros 196/2005).

Esses desafios são norteados, em última instância, pela necessidade de aumentar a eficácia e eficiência da cooperação para o desenvolvimento e contribuir, de forma sustentada, para o desenvolvimento dos países parceiros.

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) assinados para um período de três anos, que se desdobram em Planos Anuais de Cooperação (PAC). Os PIC enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

Em Março de 2004, foi assinado entre Portugal e Angola o PIC para o triénio 2004-2006, com um orçamento indicativo de 42 milhões de euros (14 milhões para cada ano do triénio) e um esforço suplementar previsto de 6 milhões de euros. Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por Angola e os princípios e linhas de acção da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento, foram identificadas as seguintes áreas prioritárias de intervenção: Promoção das condições de Saúde; Promoção das condições de Educação; Reforço Institucional; Formação / Valorização de Recursos Humanos; Reinserção Social e Promoção de Emprego.

O PIC foi operacionalizado em 3 PAC, nos quais foram definidos os programas de actividades a desenvolver e as correspondentes fontes de financiamento, tendo o respectivo envelope financeiro sido o seguinte: 2004 – 16 milhões de euros; 2005 – 22,3 milhões de euros; 2006 – 20,9 milhões de euros.

Estando a terminar o período de vigência do PIC torna-se necessário proceder à sua avaliação, a qual deve dar um contributo significativo para a definição do próximo PIC, podendo, ainda, ser útil, e complementar, para as avaliações sectoriais e de projectos.

2. Âmbito da Avaliação

A presente avaliação tem como âmbito:

- A avaliação do Programa Indicativo de Cooperação de Portugal com Angola e sua implementação no período 2004-2006;
- A avaliação da relevância, lógica e coerência, bem como resultados alcançados com o PIC 2004-2006 e respectivos PAC (2004, 2005 e 2006).

3. Objectivos

- Conhecer o desempenho da Cooperação Portuguesa em Angola;

- Dar aos Governos Português e Angolano uma base para decidir sobre possíveis mudanças ou adaptação da estratégia, programa e sectores de intervenção da cooperação entre os dois Estados;
- Fazer o levantamento da experiência de programação (PIC) e das suas características específicas com Angola que poderão ser úteis para a preparação e implementação do apoio português a uma nova estratégia e programas de desenvolvimento com este país parceiro.
- Dar indicações sobre como poderá a Cooperação Portuguesa ser articulada e harmonizada no futuro, tendo em conta a desconcentração e delegação de competências para o terreno das outras agências de cooperação internacional em Angola.

4. Resultados

A avaliação deve descrever o PIC de Angola e o processo que esteve subjacente à sua definição, com base nas políticas e estratégias angolanas nos sectores nele identificados e os compromissos internacionalmente assumidos por Portugal (ODM) – a sua formulação e preparação (formulação da estratégia, identificação, planeamento e implementação dos respectivos PAC) – para se poder apreciar:

- A relevância do PIC, dos PAC e do processo de implementação (qual é a abordagem que o PIC faz aos principais problemas de desenvolvimento em Angola e às políticas de desenvolvimento dos dois países?).
- A eficácia da cooperação para o desenvolvimento Portugal/Angola (quais são os resultados dos PAC e como é que as intervenções e o processo contribuem para os principais objectivos e prioridades da cooperação para o desenvolvimento Portugal/Angola);
- A eficiência do PIC e o processo de desenvolvimento. (Qual a eficiência das actividades/intervenções incluindo o modelo organizacional e os métodos de implementação através dos PAC), nomeadamente nas seguintes áreas: saúde, ensino superior e capacitação institucional;
- A sustentabilidade do PIC. (Em que medida as actividades /benefícios da ajuda portuguesa a Angola promovem a sua sustentabilidade);

De forma a:

Formular lições aprendidas e recomendações, expor causas e explicar razões para os sucessos ou fracassos e contribuir para tornar a cooperação mais relevante, eficaz, eficiente e sustentável, quer para Portugal, quer para Angola.

5. Âmbito do Trabalho

A avaliação deve realizar-se de acordo com o guia de Avaliação do IPAD e, como tal, conter, no mínimo, os seguintes aspectos:

5.1 – Descrever e analisar a evolução do apoio português a Angola dando particular atenção às seguintes questões:

- O PIC e respectivos PAC são complementares e coordenados com os esforços de outros doadores internacionais em Angola? (harmonização)
- O apoio português foi alinhado com os planos e políticas angolanas, nas áreas seleccionados para avaliação?

5.2 – Descrever e avaliar a eficácia da estratégia país e da preparação, implementação e adaptação do PIC, relativamente ao alcançar dos principais objectivos:

- Existe documento de projecto quando tal se justifica?

- Que regras de apreciação de projectos existiram?
- O alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente integrada no PIC e nos PAC?
- Foi dada suficiente atenção aos aspectos da sustentabilidade ambiental?
- Foi dada atenção suficiente às questões do género?
- Os resultados das actividades foram satisfatórios para alcançar os objectivos pretendidos?
- Surgiram efeitos não previstos? A que se deveram?
- Que efeitos foram alcançados nos grupos-alvo?
- As intervenções das ONG apoiadas foram devidamente incluídas/consideradas para maximizar a eficácia do PIC?

5.3 – Apreciar e analisar a eficiência do PIC em termos da adequabilidade dos instrumentos escolhidos e dos recursos disponibilizados:

- Os recursos (humanos e financeiros) disponibilizados por Portugal e por Angola, em quantidade e no tempo oportuno, para a gestão do PIC e dos PAC foram os adequados?
- Os instrumentos seleccionados, incluindo o envolvimento das ONG, foram os melhores/mais adequados para alcançar os objectivos e existem argumentos/razões para a sua escolha?

5.4 – Apreciar em que grau as actividades/processos/benefícios da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento têm sustentabilidade quando esse apoio terminar:

- Foi assegurada a viabilidade financeira e económica das intervenções?
- Foi aplicada a metodologia/tecnologia adequada e garantida a sua apropriação local?
- Houve desenvolvimento das capacidades institucionais locais?
- Foram tidas em conta e apoiadas as políticas governamentais e o quadro estratégico nacional de desenvolvimento?
- Foram fixadas metas específicas para as intervenções e sua sustentabilidade e estabelecidos indicadores específicos durante a preparação e foram medidos durante a implementação?

5.5 – Fazer uma análise global do PIC e dos respectivos PAC que possa dar uma base para as decisões sobre o novo PIC:

- Os PAC traduzem e conduziram à implementação do acordado no PIC?
- Foi dada atenção suficiente à coordenação dos requisitos de planeamento, execução e desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas nos PAC, entre Portugal e Angola?
- Que mecanismos/sistemas de acompanhamento existem no terreno? Como podem ser potenciados?
- Previsões e condições para futura cooperação para o desenvolvimento: faz sentido continuar com este tipo de programação – PIC/PAC; PAC anuais?
- O PIC foi articulado com as intervenções de outras agências de cooperação? Como se poderá, em futuras programações, reforçar a articulação com o quadro bilateral e multilateral de cooperação em Angola?
- Recomendações para a futura cooperação relativamente ao PIC e respectivos PAC e programas sectoriais apoiados.

5.6 – Lições aprendidas:

- Listar as lições aprendidas positivas e negativas especificamente relevantes para o PIC, PAC e processo de implementação das intervenções /actividades em Angola e, em geral, se aplicável, a qualquer PIC da cooperação Portuguesa.

Em suma, a avaliação deve centrar-se no apoio ao sector da saúde, ao ensino superior e ao reforço da capacidade institucional, tendo em consideração a sua relevância no PIC, a análise da sustentabilidade da cooperação e a inclusão das questões transversais.

6. Metodologia

A avaliação inclui um estudo documental no IPAD e noutros Ministérios, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em Angola e visitas a actividades seleccionadas em Angola. Os principais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como autoridades Angolanas envolvidas) devem participar activamente no planeamento e execução da avaliação em diálogos frequentes com a equipa e em workshops e/ou seminários se considerados necessários.

7. Fases da Avaliação

A avaliação inclui três fases:

- A primeira de trabalho de gabinete,
- A segunda que implicará uma deslocação ao terreno, e
- A terceira de elaboração do relatório final.

Os aspectos que a seguir se apresentam não pretendem ser exaustivos, competindo aos consultores que realizarem este estudo aprofundar os critérios propostos e sugerir novos objectivos bem como abordagens complementares.

7.1 - Trabalho de Gabinete

A fase de trabalho de gabinete consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em questão que possa ser obtida quer no IPAD e noutros Ministérios, quer através de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos.

Esta fase, com uma duração de 4 semanas, deverá terminar obrigatoriamente com a apresentação de um primeiro relatório para discussão conjunta num " *Workshop*", no qual deverão participar representantes dos vários detentores de interesse.

O primeiro relatório deverá:

- Situar e descrever a ajuda bilateral portuguesa no contexto das políticas, prioridades e necessidades de Angola;
- Identificar e analisar as questões chave com influência na intervenção portuguesa, nomeadamente, constrangimentos, problemas, pontos fortes e factores facilitadores;
- Identificar e apreciar eventuais mudanças da intervenção portuguesa nos PAC, tendo em atenção as alterações quer na política angolana quer nas estratégias de outros doadores, quer, ainda, no Governo Português;

- Apreciar o relacionamento institucional entre os diversos actores da Cooperação Portuguesa com Angola;
- Apreciar a pertinência da informação e material encontrado para esta fase do trabalho;
- Apresentar um plano de actuação para a fase seguinte, com identificação das intervenções da Cooperação Portuguesa que deverão ser alvo de maior atenção, e eventuais propostas de ajustamento dos Termos de Referência.

7.2 - Trabalho de Campo

Os objectivos da fase de trabalho de campo são: confirmar ou modificar as conclusões obtidas na fase de gabinete, aprofundar alguns aspectos previamente identificados, bem como investigar e analisar outros aspectos que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno.

Deverá ser feita uma análise mais aprofundada da coerência, coordenação e complementaridade (os 3 C):

- Coerência externa entre a política de Cooperação Portuguesa e as políticas angolanas relacionadas com os sectores em causa;
- Coordenação com as autoridades angolanas;
- Complementaridade e coordenação entre as actividades dos diferentes actores da Cooperação Portuguesa, dado o carácter descentralizado da nossa cooperação;
- Complementaridade e coordenação entre a Cooperação Portuguesa e outros doadores.

O trabalho de campo termina com um relatório, que deverá:

- Enunciar a política de desenvolvimento do governo angolano, estratégias e prioridades atribuídas aos diferentes sectores;
- Analisar a adequação da ajuda portuguesa face às necessidades angolanas;
- Analisar a implementação da Cooperação Portuguesa: em que medida as intervenções foram efectivas, com uma apreciação dos programas de cooperação em termos de financiamento, pessoal, tempo, normas, aspectos administrativos e outros recursos e procedimentos que contribuíram para, ou dificultaram, o alcançar dos resultados.
- Apreciar os efeitos, pretendidos ou não, da ajuda portuguesa no desenvolvimento de Angola, suas estratégias, planeamento e implementação;
- Avaliar a intervenção portuguesa nos grupos mais desfavorecidos da população;
- Apreciar as questões transversais chave: género, ambiente, Direitos Humanos e grupos mais vulneráveis;
- Apreciar as sinergias, coordenação e complementaridade entre as intervenções da Cooperação Portuguesa e outros doadores internacionais;
- Avaliar a participação dos detentores de interesse, em particular das comunidades locais e os grupos-alvo, na implementação das actividades de cooperação;
- Apreciar as sinergias, coordenação e complementaridade do apoio português nos vários sectores de intervenção;

Deverão ser coligidos dados que consubstanciem o relatório, nomeadamente recorrendo a:

- Reuniões iniciais com os serviços financiadores e executores da ajuda portuguesa;

- Entrevistas com o pessoal responsável pelas diversas actividades, i.e., consultores, representantes dos ministros, autoridades locais e comunidades, instituições relevantes, investigadores, doadores mais importantes, etc.;

A versão preliminar do segundo relatório, contemplando os pareceres, as conclusões, as “lições aprendidas” e respectivas recomendações, será apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

Nesta fase, considera-se fundamental o envolvimento e a contribuição de técnicos das instituições angolanas, em particular dos sectores alvo da Cooperação Portuguesa.

Um resumo das constatações dos avaliadores deve ser apresentado ao governo angolano e Embaixada portuguesa para discussão durante a fase final da deslocação a Angola.

7.3 - Relatório Final

O relatório final (conteúdo indicativo em anexo), deverá conter essencialmente uma apreciação dos resultados e efeitos obtidos pelo PIC de Angola ao longo do período em análise, bem como recomendações quanto ao prosseguimento do modelo de programação (PIC/PAC) e respectivas modalidades (sectores, tipos de ajuda).

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

8. Plano de Trabalho

A avaliação decorrerá em 2006, com o seguinte calendário:

- Fase documental e sua discussão até início de Maio
- Trabalho de campo em Maio
- Relatório final draft em meados de Junho
- Versão final no final de Junho

8. Composição da Equipa

A avaliação pode ser realizada por apenas um consultor. No caso de ser feita por uma equipa, no ideal dois consultores, essa equipa deve ser multidisciplinar e possuir conhecimentos em matéria de avaliação de intervenções na cooperação para o desenvolvimento, bem como da realidade angolana.

Os avaliadores deverão, com base nos TdR, apresentar a metodologia para a recolha de dados e informação bem como para o seu tratamento. Devem, ainda, apresentar o orçamento⁴⁷ (que não deverá exceder os 24 900 €, sem IVA) e os respectivos Currículos Vitae.

ANEXO

Estrutura do relatório da fase documental

1. Descrição do contexto da cooperação com Angola

⁴⁷ As despesas com deslocações aéreas não estão incluídas neste orçamento, devendo ser suportadas pelo IPAD.

2. Reconstrução da hierarquia lógica de intervenção, identificando pressupostos e resultados esperados dos objectivos da Cooperação Portuguesa com Angola, no período 2004-06. Análise das lacunas e ligações na lógica da intervenção.
3. Apresentação, de critérios de apreciação e respectivos indicadores para as questões chave da avaliação.
4. Análise da informação e dos dados disponíveis até ao momento e indicação de qualquer falta de dados, para que seja incluída na fase seguinte.
5. Proposta de metodologia para a fase de trabalho de campo (métodos de inquéritos, recolha de dados e amostragem) com propostas concretas e exemplos.
6. Proposta de metodologia de análise, com base em metodologias utilizadas na avaliação.

Conteúdo indicativo do relatório final de avaliação

(Sem prejuízo de uma estrutura detalhada do relatório, a ser discutida durante o processo de avaliação, tendo em conta as especificidades desta avaliação)

Sumário executivo

(em português e inglês)

Introdução e enquadramento: breve referência à avaliação, âmbito, objectivos, questões e metodologia.

Contexto: objectivos da Cooperação Portuguesa, situação política e económica de Angola, programas regionais e/ou de outros doadores se relevante.

Resultados da avaliação: Análise dos critérios e das questões da avaliação

Conclusões, lições aprendidas e recomendações (as recomendações devem estar em estreita articulação com as conclusões e devem ser hierarquizadas. Podem ser apresentadas propostas alternativas)

(O Relatório final não deverá exceder as 40/50 páginas, incluindo o Sumário Executivo. A informação adicional sobre o contexto o PIC e PAC e aspectos metodológicos e análises).

Anexos – podem incluir: metodologia, critérios de apreciação, listagem das intervenções da Cooperação portuguesa, lista das pessoas e entidades contactadas, lista de documentação consultada, TdR, bem como outra informação factual usada na avaliação ou quadro (por exemplo, os quadros com indicadores económicos *e sociais ou os indicadores dos ODM*).

Anexo B - Metodologia e Equipa de Avaliação

O processo de avaliação foi desenvolvido em 3 fases distintas, cada uma com uma metodologia e actividades distintas, como demonstrado no quadro seguinte:

| Fases de Trabalho | Principais Actividades |
|--------------------------|--|
| Fase 1 – Fase Documental | <ol style="list-style-type: none"> 1. Selecção e análise de documentação 2. Preparação dos trabalhos e planeamento 3. Levantamento de dado 4. Selecção dos projectos e entidades 5. Tratamento e sistematização das informações 6. Partilha e discussão das conclusões da primeira fase 7. Emissão do relatório |
| Fase 2 – Fase de Campo | <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação dos trabalhos e planeamento 2. Análise dos projectos a visitar no terreno 3. Levantamento de dados 4. Tratamento e sistematização das informações 5. <i>Workshop</i> "Segunda Fase" 6. Emissão do relatório da segunda fase |
| Fase 3 – Fase Final | <ol style="list-style-type: none"> 1. Tratamento e sistematização das informações 2. Emissão do relatório da Segunda Fase 3. <i>Workshop</i> "terceira fase" |

Fase 1 – Fase Documental

A metodologia e as técnicas adoptadas na condução das tarefas inerentes à **primeira etapa do processo** de avaliação e à preparação do relatório da fase documental seguiram os seguintes parâmetros:

1. **Selecção e análise de documentação** – recolha, leitura e análise da documentação considerada relevante para enquadramento da cooperação, de âmbito internacional e nacional, e para detalhe técnico do processo de avaliação. Genericamente, a principal documentação analisada enquadra-se nos seguintes assuntos:
 - ✓ Estratégia para a Cooperação Portuguesa;
 - ✓ Enquadramento da política de desenvolvimento de Angola e da sua estratégia de combate à pobreza;
 - ✓ Informações sobre avaliação de projectos, com destaque para os "DAC Quality Standards";
 - ✓ Informações sobre processo de avaliação, incluindo o Guia de Avaliação do IPAD;
 - ✓ Informações produzidas pelo IPAD e ministérios, relativas à gestão, acompanhamento e execução dos projectos / acções (refira-se que o euro e o dólar norte-americano foram as moedas utilizadas para expressão dos valores apresentados, não tendo sido necessário recorrer a taxas de conversão entre unidades monetárias).
2. **Preparação dos trabalhos e planeamento** – construção de instrumentos de apoio (roteiros de reuniões / entrevistas); programação de reuniões, preparação do *check-list* de controlo de qualidade do processo de avaliação; planeamento e calendarização da primeira etapa do projecto.

3. **Levantamento de dados** – realização de reuniões / entrevistas com responsáveis e colaboradores do IPAD e com as estruturas de gestão da cooperação dos intervenientes da Cooperação Portuguesa, nomeadamente os ministérios sectoriais (especificada no Anexo C - Pessoas e Entidades Consultadas – Entrevistas e *Workshops*).
4. **Seleção dos projectos e entidades** – seleção, por amostragem, dos projectos e respectivas entidades executoras alvo de análises mais detalhadas (inclusive para verificação na fase de trabalho de campo). Esta tarefa é objecto de análise nas segunda e terceira fases da avaliação do projecto, sendo que os projectos foram seleccionados com base nos critérios de relevância económica, representatividade em termos de eixos prioritários do PIC e sugestão dos ministérios portugueses (projectos considerados emblemáticos).
5. **Tratamento e sistematização das informações** – reuniões da equipa de avaliação para articulação e troca de ideias, tratamento de dados e redacção *in-office* da versão preliminar do primeiro relatório.
6. **Partilha e discussão das conclusões da primeira fase** – validação do conteúdo e conclusões espelhados no relatório da primeira fase da avaliação, em *workshop* específico para o efeito, com a participação de representantes do IPAD e de outros intervenientes da cooperação, designadamente as entidades consultadas no âmbito do levantamento de dados.
7. **Emissão do relatório** – incorporação de eventuais alterações no primeiro relatório e emissão da respectiva versão definitiva.

Fase 2 – Fase de Campo

A metodologia e as técnicas adoptadas na condução das tarefas inerentes ao trabalho de avaliação e a preparação do presente relatório seguiram os parâmetros habituais para projectos desta natureza e dimensão, tendo-se desenvolvido as acções especificadas no Plano de Trabalhos:

1. **Preparação dos trabalhos e planeamento** – programação das reuniões a realizar em Angola e construção dos principais instrumentos necessários ao desenvolvimento do trabalho de campo: (i) roteiros de entrevistas, contemplando a respectiva agenda e objectivos de levantamento e análise – a elaborar consoante a entidade em causa; e (ii) *check-lists* com elementos de verificação e análise e de projectos.
2. **Análise dos projectos a visitar no terreno** – leitura e análise da documentação relativa aos projectos seleccionados na Fase Documental⁴⁸ e apreciação da actuação das entidades a contactar / visitar e identificação dos assuntos a aprofundar em conjunto.
3. **Levantamento de dados** – realização de reuniões / entrevistas com responsáveis e colaboradores da Embaixada de Portugal, do governo angolano da esfera da Cooperação Portuguesa (nomeadamente os ministérios sectoriais) e dos projectos seleccionados para visita em Angola e das agências multilaterais internacionais (*vide* Anexo B - Pessoas e Entidades Consultadas).

⁴⁸ Os projectos foram seleccionados por amostragem com base nos critérios de relevância económica, representatividade em termos de eixos prioritários do PIC e sugestão dos ministérios e entidades portuguesas consultadas (projectos considerados emblemáticos).

4. **Tratamento e sistematização das informações** – reuniões da equipa de avaliação para articulação e troca de ideias, tratamento de dados e preparação da apresentação das conclusões a analisar durante o *Workshop* “Segunda Fase”.
5. ***Workshop* “Segunda Fase”** – seminário de disseminação das principais constatações e recomendações preliminares que resultaram do trabalho de campo e de recolha de comentários ao trabalho desenvolvido e aos resultados obtidos, com a participação de representantes da Embaixada de Portugal em Angola e de outros intervenientes da cooperação, designadamente as entidades consultadas no âmbito do levantamento de dados realizado no terreno (*vide* Anexo C – Participações no *Workshop* “Segunda Fase”).
6. **Emissão do relatório da segunda fase** – sistematização das conclusões obtidas no terreno e incorporação de eventuais alterações decorrentes do primeiro relatório.

Fase 3 – Fase Final

A metodologia e as técnicas adoptadas na condução das tarefas inerentes à **terceira etapa do processo** de avaliação e à preparação do presente relatório seguiram os seguintes parâmetros:

1. **Tratamento e sistematização das informações** – reuniões da equipa de avaliação para articulação e troca de ideias, tratamento e confrontação de dados recolhidos nas fases 1 e 2 (incluindo as informações decorrentes dos *Workshops*) e análise das recomendações a incorporar no Relatório Final. Sempre que necessário, foram esclarecidas dúvidas pontuais decorrentes deste processo, nomeadamente com o IPAD.
2. **Emissão do relatório da terceira fase** – sistematização das conclusões obtidas nas fases 1 e 2 e das recomendações.
3. ***Workshop* “Terceira Fase”** – seminário de disseminação das principais constatações, conclusões e recomendações que resultaram das fases anteriores, com a participação de representantes do IPAD e de outros intervenientes da Cooperação Portuguesa em Angola.

As fases específicas de recolha e análise de documentação e de levantamento de dados por via de entrevistas foram objecto de uma preparação metódica, no sentido em que a sua realização teve por base **instrumentos construídos e padronizados** pela equipa de avaliação, com vista a um alinhamento das questões a serem objecto de análise, nomeadamente ao nível da realização de reuniões (em que foram preparados roteiros contendo a identificação das questões chave e dos indicadores de resultados a recolher).

Por outro lado, a condução dos trabalhos de avaliação procurou basear-se num **processo participativo**, na medida em que é desenvolvido com os principais detentores de interesse, de modo a que estes validem e se revejam nos resultados da avaliação.

Equipa de Avaliação

O processo de avaliação envolveu, por parte da BDO, uma equipa de trabalho com experiência e competências apropriadas, constituída por:

- o Director do Projecto – Luís Jorge Monteverde;
- a Directora Assistente de Consultoria – Sandra Rodrigues dos Santos;
- três Consultores Seniores – Ana Luísa D' Aires, Renato L. Joaquim, Ana P. Bandeira;
- Um consultor – Malik I. Alidina.

No trabalho de campo propriamente dito (deslocação a Angola) apenas participaram Luís Jorge Monteverde e Renato L. Joaquim

Anexo C - Pessoas e Entidades Consultadas - Entrevistas e *Workshops*
Entrevistas Realizadas - Fase Documental

| Instituição | Cargo / Área Funcional | Entrevistado |
|----------------------------|---|---|
| IPAD | Vogal - Angola | Manuel Correia |
| IPAD | Divisão de Apoio à Sociedade Civil | Sérgio Guimarães, e Maria Jesus Chaves |
| IPAD | DS BIL I (Angola) | Isabel Couto |
| IPAD | DS PFP | Carlos Andrade, José Rosa, Ivone Carvalho, Edite Singens, Manuela Afonso |
| MTSS | Gabinete de Cooperação | Lucilia Figueira, Inês Faria, Maria João Vieira, Teresa Coelho, Fernando Sousa Junior |
| Ministério da Saúde | Divisão de Cooperação Internacional | Sra. Deolinda Cruz |
| Ministério Ensino Superior | GRICES - Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (Direcção de Serviços da Cooperação Internacional) | José Manuel Garcia Conceição Silva |
| Ministério da Educação | Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI) | Maria Emilia Galvão, Georgina Esteves, Vítor Nogueira e Maria Angélica Ribeiro |
| ICA | Presidência e Direcção de Serviços | Simonetta Luz Afonso, Ana Paula Duarte e Madalena Arroja |
| Ministério das Finanças | Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais | Dr. Carlos Figueiredo |
| Ministério da Justiça | GRIEC | Dr. Filipe Batista, Dr. José Alberto Andrade |
| Ministério da Defesa | Departamento de Cooperação Técnico Militar | Dr. Saldanha Serra |
| MNE | Gabinete SENEK | Dr. Fernando Carvalho, Dra. Ana Paula Fernandes |

Entrevistas Realizadas - Fase de Campo

| Entidades | Interlocutores |
|--|--|
| Embaixada de Portugal - Conselheira para a Cooperação | Teresa Mateus |
| MINARS - Gabinete de Intercâmbio Internacional | Lurdes Carlos (Directora), Lucília e Alcino |
| Ministério da Saúde - Director do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Saúde | Rosa Neto |
| Ministério da Saúde - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos | Evelise Fresto e Constantina |
| PNUD | Gita Honwana Welch (Directora), Alfredo Teixeira e Camilo Ceita |
| Ministério da Justiça - Gabinete de Intercâmbio Internacional | Guilhermina Prata (Vice-Ministra) e Esmeralda Manguera (Directora) |
| OIKOS | Adolfo Cagiza |
| Ministério da Educação - Directora do Gabinete de Intercâmbio Internacional | Imaculada Curado |
| Ministério das Finanças - Director do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais | Manuel Lopes da Costa |
| MAPESS - Gabinete de Intercâmbio Internacional | João Pedro, Feliciano Chinanga e António Gonçalves |
| ADRA – Presidente | Fernando Pacheco |
| UAN - Pró Reitor para a Cooperação | João Serôdeo |

Para além destas entidades, estava contemplado em plano o contacto com outras, mas por razões diversas não foi possível realizar as respectivas entrevistas: a União Europeia, o MIREX e o Ministério da Defesa.

Projectos Analisados na Fase de Campo

| Projectos | Interlocutores |
|--|------------------------|
| Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos Municípios do Sambizanga, do Cazenga e de Viana (MINARS) | Padre Tirso |
| Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Viana (*) | MAPESS |
| Centro de Ensino de Língua Portuguesa de Luanda (*) | Ministério da Educação |
| Cooperação entre a FDUC e FDUAN (*) | UAN |
| Fundos Documentais - Apoio à Biblioteca Central da UAN (2ª Fase) (*) | UAN |

(*) Projectos abordados de forma genérica nas entrevistas com as respectivas entidades interlocutoras.

Workshop - Primeira Fase

| Entidades Presentes | Interlocutores |
|-----------------------|--|
| IPAD | Celeste Sebastião Pedro Espanhol Filipa Farelo Pedro Oliveira Daniela Pereira Paula Barros Isabel Couto José Rosa Carlos Andrade Inês Rosa Augusto Manuel Correia Pedro Amaral Maria Celeste Barrier Manuela Afonso |
| Gabinete SENEK | Paula Santos Ana Paula Fernandes |
| ICA | Ana Paula Duarte |
| Ministério da Saúde | Deolinda Cruz Luís Cecílio Rocha |
| Ministério da Justiça | José Alberto Andrade |

Workshop - Segunda Fase

| Entidades Presentes | Interlocutores |
|---|--|
| Embaixada - Conselheira para a Cooperação | Teresa Mateus |
| OIKOS | Adolfo Cagiza |
| Ministério da Justiça - Directora do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Justiça | Esmeralda Mangureira |
| Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos Municípios do Sambizanga, do Cazenga e de Viana | Padre Tirso e dois colaboradores do projecto |
| UAN - Pró Reitor | João Seródeo |
| Ministério da Saúde - Director do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Saúde | Rosa Neto |

Para além das restantes entidades entrevistadas, também foi convidado o MIREX para estar presente neste *Workshop*.

Anexo D - Bibliografia e Documentação Consultada

GERAL - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

"Paris Declaration on Aid Effectiveness", 2005.

Augusto Mateus & Associados, **"Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003)"**, 2006.

Cimeira do Milénio, **"Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio"**, 2000.

Comissão das Comunidades Europeias, **"Manual de Gestão do Ciclo do Projecto - Abordagem Integrada e Quadro Lógico"**, 1993.

European Commission, **"Aid Delivery Methods – Project Cycle Management Guidelines"**, Volume 1, European Commission, 2004.

IPAD, **"Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento"**, Março 2005.

IPAD, **"Guia de Avaliação"**, versão provisória, Lisboa, 2006.

IPAD, **"Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de Portugal"**, Lisboa, 2004.

IPAD, **"Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa"**, 2006.

Kanyarukiga, Sam, van der Meer, Esther, Paalman, Maria, Poate, Derek, Schrader, Ted, **"Evaluation of DFID Country Programmes. Country Study: Ruanda 2000 - 2005"**, DFID, 2006.

OCDE, **"Glossário da Avaliação e da Gestão Centrada nos Resultados"**, 2002

OECD Development Assistance Committee, **"DAC Evaluation Quality Standards"**, OCDE, 2006.

OECD Development Assistance Committee, **"Glossário de Avaliação e da Gestão Centrada Nos Resultados"**, Ministério dos Negócios Estrangeiros- Instituto da Cooperação Portuguesa, 2002.

OECD Development Assistance Committee, **"Portugal (2006), DAC Peer Review: Main Findings and Recommendations"**, OCDE, 2006.

OECD Development Assistance Committee, **"Principles for Evaluation of Development Assistance"**, OCDE, 1991.

OECD Development Assistance Committee, **"Review of the DAC Principles for Evaluation of Development Assistance"**, OCDE, 1998.

OECD Development Assistance Committee, **"Peer Review of Portugal"**, Volume 7, OECD, 2006.

Presidência do Conselho de Ministros, **"A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI – Documento de Orientação Estratégica"**, Cooperação Portuguesa, 1999.

Presidência do Conselho de Ministros, **"Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa"**, Lisboa, IPAD, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

UE, **"Evaluation of the European Commission's Support to the United Republic of Tanzania"**, Evaluation for the European Commission, 2006.

DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA DE ANGOLA

"Documento de Estratégia de Cooperação UE – Angola".

Angola – Comunidade Europeia, **"Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o período 2002-2007"**.

Angola – European Community, **"Country Strategy Paper and Indicative Programme"**.

Conselho da Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Fundo das Nações Unidas às Populações, **"Documento Preliminar do Programa para Angola (2005-2008)"**, Genebra, Nações Unidas, 2004.

- Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, "Programa Económico e Social do Governo", 2003.
- European Commission, "Memo/05/124 - Perguntas e Respostas: O " Pacote ODM" da Comissão", Bruxelas, 2005.
- ICEP Portugal, "Angola em Movimento", 2005.
- Ministério do Planeamento, "Angola – Objectivos do Milénio 2005", Luanda, 2005.
- Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento, "Estratégia de Combate à Pobreza", 2004.
- Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento, "Estratégia de Combate à Pobreza, Versão Sumária", 2003.
- Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento, "Estratégia Interina de Redução da Pobreza".
- Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento, "Memorando: Elementos a Integrar na parte Introdutória do PIC 2003/2005".
- Republic of Angola & European Community, "Joint Annual Review 2004 – JAR 2004 10 (010805) EN", 2004.
- The Economist Intelligence Unit, "Country Report – Angola", United Kingdom, 2005.

DOCUMENTAÇÃO FACULTADA PELOS ENTREVISTADOS

- Governo Português e Governo Angolano, "Plano Anual de Cooperação Portugal – Angola 2004", 2004.
- Governo Português e Governo Angolano, "Plano Anual de Cooperação Portugal – Angola 2005", 2005.
- Governo Português e Governo Angolano, "Plano Anual de Cooperação Portugal – Angola 2005", 2006.
- Governo Português e Governo Angolano, "Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Angola 2004-2006", IPAD, 2003.
- ICA, "Memorando: Estimativas e execuções dos PAC de Portugal com Angola e Timor de 2004, 2005 e 2006", 2006.
- IPAD – BIL I, "Ficha de Projecto – Cooperação com Angola / PAC 2006", 2006.
- IPAD – DS BIL I, DS SCAE, Fichas de Diversos Projectos.
- IPAD – DS SCAE, "Directrizes para a Apresentação de Projectos para o Desenvolvimento".
- IPAD – DS SCAE, "Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento de ONGD Inscritos nos PAC Angola 2005".
- IPAD – DS SCAE, "Projectos de Desenvolvimento de ONGD Apoiados (2002-2005) – Angola".
- IPAD / GRIEC, "Protocolo entre o IPAD e o Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça de Apoio à Execução de Acções de Cooperação na Área da Justiça com Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe", Lisboa, 2004.
- IPAD- DS PFP, "Preparação do Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006", 2003.
- IPAD, "Cooperação Portugal / Angola", 2005.
- IPAD, "Encontros de Trabalho para Preparação do PAC Portugal – Angola 2003 e PIC Portugal – Angola 2004-2006: Lisboa", 2003.
- IPAD, "Execução do PAC Portugal – Angola: 2004 – Projectos financiados pelo IPAD", 2004.
- IPAD, "Execução do PAC Portugal – Angola: 2005", 2005.
- IPAD, "Execução do PAC Portugal – Angola: 2006", 2006.
- IPAD, "Memorando das Negociações do PAC Portugal – Angola 2003 e do PIC Portugal – Angola 2004-2006: Lisboa", 2003.
- IPAD, "Missão de Preparação do Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006: Luanda", 2003.
- IPAD, "Visita de Sua Excelência O Presidente da República a Angola", 2005.
- IPAD, "Visita de Sua Excelência O Primeiro-Ministro a Angola", 2006.
- Ministério da Defesa Nacional, "Formação", 2005.

- Ministério da Justiça / GRIEC, "Angola – Plano Anual de Cooperação para 2005", 2005.
- Ministério da Justiça / GRIEC, "Angola – Proposta detalhada de orçamento da cooperação para 2006", 2005.
- Ministério da Justiça / GRIEC, "Formação de Magistrados".
- Ministério da Justiça / GRIEC, "Síntese da Cooperação com Angola na Área da Justiça", 2006.
- Ministério da Justiça, "Execução dos Projectos - 2004", 2004.
- Ministério da Saúde (Angolano), Plano das Acções da Cooperação no âmbito da CP.
- Ministério da Saúde, "Avaliação dos PIC e PAC de Angola e Timor", 2006. (e-mail)
- MTSS, "IPAD – Execução 2004 (Angola) ", 2006. (e-mail)
- República Portuguesa e República de Angola, "Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República de Angola", Luanda, 2006
- Salesianos de Dom Bosco, "Projecto Integrado de Desenvolvimento Socio-Comunitário".
- Projecto: "Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos Municípios do Sambizanga, do Cazenga e de Viana (MINARS)", IPAD.
- Projecto: "Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Viana", IPAD.
- Projecto: "Centro de Ensino de Língua Portuguesa de Luanda", IPAD.
- Projecto: "Cooperação entre a FDUC e FDUAN", IPAD.
- Projecto: "Fundos Documentais - Apoio à Biblioteca Central da UAN (2ª Fase)", IPAD.

SÍTIOS DA INTERNET

- www.delago.cec.eu.int/ao/index.htm
- www.imf.org/external/np/ms/2006/032906.htm
- www.imf.org/external/country/AGO/index.htm
- <http://www.oecd.org>
- <http://ec.europa.eu/>
- <http://europa.eu>
- <http://www.ipad.mne.gov.pt>
- <http://www.mofa.go.jp>
- <http://www.unfpa.org>
- <http://www.unhcr.org>
- <http://www.usaid.gov>
- <http://www.worldbank.org>
- www.worldbank.org/ida
- <http://www.wfp.org>
- <http://www.unhcr.org>
- www.embaixadadeangola.org
- <http://www.parlamento.ao>

Anexo E - Angola Data Profile

Valores em dólares

| ANGOLA DATA PROFILE | 2000 | 2003 | 2004 |
|---|----------------|---------------|--------------|
| PEOPLE | | | |
| Population, total | 13,8 million | 15,0 million | 15,5 million |
| Population growth (annual %) | 2,5 | 2,9 | 2,9 |
| Life expectancy at birth, total (years) | 40,4 | 40,9 | 41,2 |
| Fertility rate, total (births per woman) | 6,8 | 6,7 | 6,6 |
| Mortality rate, infant (per 1,000 live births) | 154,0 | | 154,0 |
| Mortality rate, under-5 (per 1,000) | 260,0 | | 260,0 |
| Births attended by skilled health staff (% of total) | | | |
| Malnutrition prevalence, weight for age (% of children under 5) | | | |
| Immunization, measles (% of children ages 12-23 months) | 41,0 | 62,0 | 64,0 |
| Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49) | | 3,9 | |
| Primary completion rate, total (% of relevant age group) | | | |
| School enrollment, primary (% gross) | | | |
| School enrollment, secondary (% gross) | 14,7 | | |
| School enrollment, tertiary (% gross) | | 0,8 | |
| Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%) | | | |
| Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above) | | | 67,4 |
| ENVIRONMENT | | | |
| Surface area (sq. km) | 1,2 million | 1,2 million | 1,2 million |
| Forest area (sq. km) | 597,3 thousand | | |
| Agricultural land (% of land area) | 46,0 | 46,2 | |
| CO2 emissions (metric tons per capita) | 0,5 | | |
| Improved water source (% of population with access) | | | |
| Improved sanitation facilities, urban (% of urban population with access) | | | |
| Energy use (kg of oil equivalent per capita) | 576,1 | 605,8 | |
| Energy imports, net (% of energy use) | -448,0 | -456,6 | |
| Electric power consumption (kWh per capita) | 89,2 | 113,4 | |
| ECONOMY | | | |
| GNI, Atlas method (current US\$) | 5,9 billion | 10,4 billion | 14,4 billion |
| GNI per capita, Atlas method (current US\$) | 430,0 | 690,0 | 930,0 |
| GDP (current US\$) | 9,1 billion | 13,8 billion | 19,5 billion |
| GDP growth (annual %) | 3,0 | 3,4 | 11,1 |
| Inflation, GDP deflator (annual %) | 418,2 | 111,4 | 42,2 |
| Agriculture, value added (% of GDP) | 5,7 | 8,2 | 9,1 |
| Industry, value added (% of GDP) | 72,1 | 60,3 | 57,7 |
| Services, etc., value added (% of GDP) | 22,2 | 31,5 | 33,2 |
| Exports of goods and services (% of GDP) | 89,6 | 70,2 | 70,6 |
| Imports of goods and services (% of GDP) | 62,8 | 63,7 | 55,0 |
| Gross capital formation (% of GDP) | 12,7 | 12,8 | 12,0 |
| STATES AND MARKETS | | | |
| Time required to start a business (days) | | 146,0 | 146,0 |
| Military expenditure (% of GDP) | 4,8 | 4,7 | 9,1 |
| Fixed line and mobile phone subscribers (per 1,000 people) | 6,9 | 28,5 | 54,0 |
| Internet users (per 1,000 people) | 1,1 | 5,6 | 11,1 |
| Roads, paved (% of total roads) | 10,4 | | |
| GLOBAL LINKS | | | |
| Merchandise trade (% of GDP) | 120,1 | 108,4 | 104,4 |
| Net barter terms of trade (2000 = 100) | 100,0 | 98,4 | 121,2 |
| Foreign direct investment, net inflows (BoP, current US\$) | 879,0 million | 3,5 billion | 1,4 billion |
| Long-term debt (DOD, current US\$) | 8,1 billion | 8,2 billion | 8,6 billion |
| Present value of debt (% of GNI) | | | 68,5 |
| Total debt service (% of exports of goods, services and income) | 20,7 | 14,0 | 14,8 |
| Official development assistance and official aid (current US\$) | 306,7 million | 497,1 million | 1,1 billion |
| Workers' remittances and compensation of employees, received (US\$) | | | |

 Fonte: World Bank (<http://devdata.worldbank.org>)

Anexo F - Estratégia de Combate à Pobreza

Áreas Prioritárias da ECP

| | OBJECTIVOS ESPECÍFICOS | METAS GENÉRICAS (2006-2015) |
|--|--|---|
| 1. REINserÇÃO SOCIAL | Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de origem ou reassentamento integrando-os de forma sustentável na vida económica e social | Inserir na sociedade os actuais 3.8 milhões de deslocados, 450.000 refugiados e 160.783 desmobilizados de guerra e seus dependentes até 2006 |
| 2. SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL | Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e da ordem por todo o território nacional | Desactivar as minas anti-pessoais e outros engenhos explosivos em todo o território nacional com potencial agrícola e próximo de zonas habitacionais, até 2006 |
| 3. SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL | Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado | Aumentar de forma sustentável a produção agrícola interna para níveis que assegurem a segurança alimentar para toda a população |
| 4. VIH / SIDA | Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e suas famílias | Assegurar o conhecimento do VIH/SIDA e das suas formas de transmissão por 85% da população até 2006 |
| 5. EDUCAÇÃO | Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo sempre a equidade de género | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o acesso à escolaridade primária obrigatória de todas as crianças até 2015 ▪ Erradicar o analfabetismo de adultos até 2015 |
| 6. SAÚDE | Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade e do controlo da propagação do VIH/SIDA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a cobertura universal de vacinações contra as principais doenças infantis (sarampo, DTP3, BCG e Pólio3), até 2015 ▪ Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em 75% até 2015 ▪ Reduzir a taxa de mortalidade materna em mais de 75% até 2015 |
| 7. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS | Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitar e fazer trabalhos de manutenção periódica na rede nacional de estradas que permitam a circulação (15.500 km) ▪ Melhoria da operacionalização dos Caminhos de Ferro, através da implementação do Programa de Reabilitação dos Caminhos de Ferro de Angola ▪ Aumentar o acesso à água potável para 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais, até 2006; ▪ Aumentar o acesso a sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais, até 2006 ▪ Aumentar a proporção de agregados familiares com energia eléctrica em casa |

| | OBJECTIVOS ESPECÍFICOS | METAS GENÉRICAS (2006-2015) |
|---|---|--|
| | | para 25%, até 2006; ▪ Disponibilizar habitação social para as famílias vivendo em situações mais precárias (11.500 famílias em Luanda e 17.000 famílias nas províncias), até 2006 |
| 8. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso ao emprego e auto-emprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a protecção dos direitos dos trabalhadores | Meta genérica não especificada |
| 9. GOVERNAÇÃO | Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da Administração Pública, aproximando-a mais do cidadão e das suas necessidades, e assegurar transparência e responsabilização na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos | Assegurar o registo de nascimento e a emissão do Bilhete de Identidade a todo o cidadão, até 2015 |
| 10. GESTÃO MACROECONÓMICA | Criar um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza | Reduzir e estabilizar a taxa de inflação média anual em torno dos 10%, até 2006 |

Fonte: "Estratégia de Combate à Pobreza", Direcção de Estudos e Planeamento do Ministério do Planeamento da República de Angola

Planos e Programas em Curso (ECP)

| ÁREA PRIORITÁRIA DE INTERVENÇÃO | DESIGNAÇÃO | PERÍODO DE VIGÊNCIA | OBJECTIVO DA ECP PARA QUE CONCORREM | ENTIDADE COORDENADORA |
|--|---|----------------------------------|--|---|
| 1. REINserÇÃO SOCIAL | Programa de Reinserção Social | 2003-2005 | Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para as zonas de origem ou reassentamento integrando-os de forma sustentável na vida económica e social | MINARS |
| 2. SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL | Programa de Desminagem | | Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desactivação das minas e outros engenhos explosivos | Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenhos Explosivos |
| 3. SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL | Programa de Segurança Alimentar | 2003-2005 | Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado | Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| 4. VIH/SIDA | Plano Estratégico Nacional DST/VIH/SIDA | 2003-2005 | Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar os efeitos nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e seus familiares | Comissão Nacional de Luta contra o SIDA |
| 5. EDUCAÇÃO | Plano Nacional de Acção de Educação para Todos | Fase de emergência: 2003-2005 | Assegurar o acesso universal ao ensino primário de qualidade, erradicar o analfabetismo e criar condições de integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades especiais, com equidade de género | Ministério da Educação |
| 6. SAÚDE | Plano de Reconstrução e Reabilitação Pós-Conflito do Sector Saúde | 2003-2005 | Melhorar o estado de saúde da população em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade | Ministério da Saúde |
| 7. INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS | Programa de Reabilitação e Reconstrução de Infra-Estruturas Básicas | Fase prioritária: 2003-2006 | Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano | Ministério das Obras Públicas, Ministério da Energia e Águas e Ministério do Ambiente e Urbanismo |
| 8. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | Programa de Valorização da Mão-de-obra Nacional | | Valorizar a mão-de-obra nacional e assim promover o acesso a emprego e fomentar a criação do auto-emprego | Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social |
| 9. GOVERNAÇÃO | Programa de Apoio à Reforma do Sistema Judiciário | | Estender a administração da justiça a todo o território e apoiar as redes de protecção da sociedade civil que concorrem directamente para a afirmação da lei e ordem | Ministério da Justiça |

| ÁREA PRIORITÁRIA DE INTERVENÇÃO | DESIGNAÇÃO | PERÍODO DE VIGÊNCIA | OBJECTIVO DA ECP PARA QUE CONCORREM | ENTIDADE COORDENADORA |
|----------------------------------|--|---------------------|---|---|
| | Programa de Reforma da Administração Pública | | Edificação de uma Administração orientada para os cidadãos e para os objectivos de desenvolvimento | Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social |
| | Programa de Apoio à Descentralização | | Aproximar a gestão e implementação dos serviços dos beneficiários e assim introduzir uma maior eficácia e celeridade na prestação de serviços | Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social |
| | Programa de Desenvolvimento do Sistema de Programação e Gestão do Investimento Público | 2002-2005 | Enquadrar, harmonizar e orientar o comportamento dos agentes económicos, públicos e privados, no sentido das grandes linhas ou opções de política de desenvolvimento económico e social | Ministério do Planeamento |
| | Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo | 2002-2005 | Apoiar a produção e difusão atempada de informação estatística oficial, que reflecta a estrutura e tendências nos domínios económico, social e demográfico, de acordo com as necessidades de planeamento, gestão económica e financeira e de investigação em assuntos de pobreza. | Instituto Nacional de Estatística |
| 10. GESTÃO MACROECONÓMICA | Programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional | | Desenvolvimento de um sistema financeiro seguro, fiável, eficiente, com a adopção de preços competitivos e com serviços especializados para os pequenos produtores e empresários rurais | Banco Nacional de Angola |
| | Programa de Modernização da Gestão das Finanças Públicas | 2002-2005 | Concorrer para uma gestão mais racional, eficiente e transparente das contas públicas | Ministério das Finanças |

Fonte: "Estratégia de Combate à Pobreza", Direcção de Estudos e Planeamento do Ministério do Planeamento da República de Angola

Objectivos, Metas e Indicadores de Acompanhamento da ECP

| OBJECTIVOS | METAS | INVESTIMENTOS | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO | OBSERVAÇÕES |
|--|---|---------------|--|---|
| 1. REINserÇÃO SOCIAL | 271,2 MILHÕES DE USD | | | |
| 1.a. <i>Assegurar Assistência a Populações Deslocadas e Refugiadas</i> | Até 2006: (i) Inserir na Sociedade 4,1 milhões de deslocados e 450 mil refugiados | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de cidadãos reassentados ▪ Nº de refugiados reinseridos | Entidade(s) Coordenadora(s): ▪ MINARS |
| 1.b. <i>Assegurar Assistência a Desmobilizados de Guerra e Dependentes</i> | (ii) Inserir na sociedade 450 mil Desmobilizados de guerra e seus dependentes. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de desmobilizados e seus dependentes social e produtivamente reintegrados | |
| 2. DESMINAGEM | 263,3 MILHÕES DE USD | | | |
| 2.a. <i>Acelerar o Processo de Desminagem</i> | Até 2006: (i) Desactivar as minas anti-pessoal e outros engenhos explosivos em todo o território nacional com potencial agrícola e próximo de zonas habitacionais; (ii) Desactivar e remover 4.750.000 minas terrestres; (iii) Desminar 10.000 áreas com perigo de minas; (iv) Desminar 6.000.000 m2 de área; (v) Desminar 26.000 Km de estrada; | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Minas terrestres desactivadas e removidas ▪ Áreas perigosas desminadas ▪ M² de áreas desminadas ▪ Kms de estradas desminadas | Entidade(s) Coordenadora(s): ▪ Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenhos Explosivos |
| 3. SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL | 65,8 MILHÕES DE USD | | | |
| 3.a. <i>Satisfação das Necessidades Alimentares Internas</i> | Até 2006: (i) Elevar para 50% o grau de auto-suficiência alimentar; (ii) Aumentar a produção de cereais, leguminosas, raízes e tubérculos; (iii) Assegurar assistência a 300 unidades de produção de sementes e propágulos e prestar serviços de apoio à pesca continental/artesanal a 5.000 famílias; | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação relativa da agricultura camponesa e da pesca artesanal no PIB Sectorial ▪ Grau de auto-suficiência alimentar ▪ Indicadores nutricionais da população urbana e rural ▪ Nº de unidades de produção de sementes e propágulos assistidas | Entidade(s) Coordenadora(s): ▪ Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural ▪ Ministério das Pescas |
| 3.b. <i>Relançamento da Economia Rural</i> | (iv) Reabilitar 1.000 quilómetros de estradas secundárias e terciárias rurais e recuperar pelo menos 40 hectares de ravinas; (v) Repovoar cerca de 50.000 hectares área florestal; (vi) Prestar serviços de apoio sobre técnicas de irrigação e drenagem numa área total de cerca de 100 hectares; (vii) Reabilitar/criar 94 Estações de Desenvolvimento Agrário e 25 Estações Experimentais Zoo-Veterinárias; (viii) Criar 50 unidades de Serviços de Promoção da Mulher e 50 Unidades de Divulgação Ambiental; e (ix) Promover a criação de novas agências de micro-finanças (em cada província) dirigidas ao sector agro-pecuário e promover a concessão de crédito à produção agro-pecuária. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de famílias de pescadores de pesca artesanal/continental apoiados ▪ Nº de hectares de área florestal repovoada ▪ Kms de estradas rurais reabilitadas ▪ Hectares de ravinas recuperadas ▪ Nº de estações reabilitadas ▪ Unidades de serviços de promoção da mulher criadas ▪ Unidades de divulgação ambiental criadas ▪ Volume de micro-crédito rural concedido | |
| 4. VIH / SIDA | 65,8 MILHÕES DE USD | | | |
| 4.a. <i>Fortalecer a capacidade de resposta nacional para combater a epidemia do VIH/SIDA.</i> | Até 2007/008: (i) Reduzir em 25% as IST (ii) Reduzir em 1 a 3 pontos percentuais o risco de contaminação sanguínea por VIH. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de prevalência do VIH/SIDA na população adulta ▪ Taxa de contaminação sanguínea por VIH ▪ Percentagem da população jovem | Entidade(s) Coordenadora(s): ▪ Comissão Nacional de Luta contra o SIDA |
| 4.b. <i>Conter a tendência de transmissão do VIH através do reforço da prevenção</i> | | | | |

| OBJECTIVOS | METAS | INVESTIMENTOS | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---------------|---|---|
| 4.c <i>Atenuar o impacto sócio-económico do VIH/SIDA no indivíduo, família e comunidade.</i> | | | informada sobre IST | |
| 5. EDUCAÇÃO | | | 416 MILHÕES DE USD | |
| 5.a <i>Universalização do acesso ao ensino primário (1ª a 6ª classe) obrigatório de qualidade.</i> | Até 2015: (i) Assegurar enquadramento educativo a todas as crianças cuja estrutura etária compreende a primeira infância. (ii) Aumentar a taxa de alfabetização de adultos até 75%. (iii) Aumentar a escolaridade obrigatória para 6 anos. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de analfabetismo ▪ Taxa de alfabetização de adultos ▪ Taxa bruta de escolaridade combinada de 1º e 2º níveis ▪ Nº de professores formados nos diferentes ciclos de formação | Entidade(s) Coordenadora(s): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério da Educação |
| 5.b <i>Erradicação do analfabetismo de adultos.</i> | | | | |
| 5.c <i>Integração de crianças com necessidades educativas especiais no sistema.</i> | | | | |
| 5.d <i>Integração dos adolescentes e jovens no sistema de ensino.</i> | | | | |
| 5.e <i>Redução das disparidades de género e geográficas no acesso à educação.</i> | | | | |
| 5.f <i>Reforço da capacidade de administração, gestão e inspeção escolar.</i> | | | | |
| 6. SAÚDE | | | 144,8 MILHÕES DE USD | |
| 6.a <i>Aumentar e melhorar o acesso aos cuidados primários de saúde, com destaque para a saúde materno-infantil.</i> | Até 2006: (i) Assegurar o conhecimento do VIH/SIDA e das suas formas de transmissão por 85% da população. Até 2015: (i) Reduzir a taxa de mortalidade de menores de 5 anos em 75%. (ii) Reduzir a taxa de mortalidade materna em mais de 75%. (iii) Assegurar a cobertura universal de vacinações contra as principais doenças infantis. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de mortalidade Infantil ▪ Taxa de mortalidade de crianças com menos 5 anos ▪ Taxa de mortalidade materna ▪ Taxas de cobertura de vacinação ▪ % de população informada sobre a transmissão do VIH/SIDA | Entidade(s) Coordenadora(s): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério da Saúde ▪ Comissão Nacional de Luta contra a SIDA |
| 6.b <i>Melhorar a qualidade dos serviços existentes dando ênfase à formação, supervisão e disponibilização de medicamentos essenciais, assim como ao reforço do diagnóstico das doenças mais comuns, com destaque para a malária, tuberculose e doenças preveníveis pela vacinação.</i> | | | | |
| 6.c <i>Controlar a propagação das IST/VIH/SIDA.</i> | | | | |
| 6.d <i>Reforçar o nível provincial e municipal no domínio de gestão e planeamento.</i> | | | | |
| 7. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS | | | 882,1 MILHÕES DE USD | |
| 7.a <i>Vias de Comunicação e Transportes</i> | Até 2006: (i) Reabilitar e fazer trabalhos de manutenção periódica da rede nacional de estradas que permitam a circulação (15.500 Km). (ii) Melhorar dos níveis de operacionalidade dos Caminhos-de-Ferro, através da implementação do Programa de Reabilitação dos Caminhos-de-Ferro de Angola. (iii) Aumentar o acesso a água potável em 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais. (iv) Aumentar o acesso a sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais. (v) Aumentar a proporção de agregados familiares com energia eléctrica em casa para 25%. (vi) Disponibilizar Habitação Social a famílias vivendo em situações mais precárias (11.500 famílias em Luanda e 17.000 famílias nas províncias). | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Kms de estrada reabilitados e mantidos ▪ Kms de caminhos-de-ferro reabilitados ▪ Passageiros por Km de caminho-de-ferro ▪ % da população urbana e rural com acesso a água potável ▪ % da população rural e urbana com acesso a serviços de saneamento ▪ % de agregados familiares (em zona urbana e rural) com acesso a energia eléctrica ▪ Nº de agregados familiares realojados em zonas urbanas e rurais | Entidade(s) Coordenadora(s): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério das Obras Públicas ▪ Ministério da Energia e Águas ▪ Ministério do Ambiente e Urbanismo |
| 7.a.1 <i>Restabelecer a circulação de pessoas e bens dentro de Angola.</i> | | | | |
| 7.a.2 <i>Assegurar o transporte da produção agrícola para os mercados.</i> | | | | |
| 7.a.3 <i>Possibilitar o regresso dos deslocados internos aos seus locais de origem.</i> | | | | |
| 7.a.4 <i>Criar rapidamente postos de trabalho para os soldados desmobilizados.</i> | | | | |
| 7.a.5 <i>Eliminar as minas terrestres onde elas constituem um risco para a utilização da infra-estrutura de transportes.</i> | | | | |

| OBJECTIVOS | METAS | INVESTIMENTOS | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---------------|---|--|
| <p>7.a.6 melhorar as condições ainda precárias para a circulação de pessoas e bens; e</p> <p>7.a.7 reduzir os custos muito elevados dos transportes.</p> <p>7.b <i>Abastecimento de Água e saneamento</i></p> <p>7.b.1 Proporcionar à população as condições básicas de habitação, possibilitando o acesso a estes serviços às populações mais afectadas pela guerra nos principais centros urbanos e áreas rurais.</p> <p>7.c <i>Energia Eléctrica</i></p> <p>7.c.1 Assegurar a sustentabilidade da actividade através de tarifas adequadas, mediante a actualização e apoio aos operadores para um desenvolvimento rápido nas respectivas áreas comerciais.</p> <p>7.c.2 Normalizar os serviços públicos de fornecimento de electricidade às capitais provinciais, através de um abastecimento permanente, seguro e adequado.</p> <p>7.c.3 Reabilitar a capacidade de produção existente.</p> <p>7.c.4 Garantir uma operação normal dos equipamentos através de um programa apropriado de manutenção.</p> <p>7.c.5 Promover, particularmente nas zonas rurais e centros isolados, a utilização de energias renováveis tais como a eólica, solar fotovoltaica, e mini-centrais hidroeléctricas onde for adequado.</p> <p>7.d <i>Habitação</i></p> <p>7.d.1 Condições habitacionais adequadas que permitam uma vida condigna e segura para todas as famílias.</p> | | | | |
| 8. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | | | 42,1 MILHÕES DE USD | |
| <p>8.a <i>Expansão da cobertura do acesso aos serviços de emprego e formação profissional.</i></p> <p>8.b <i>Melhoria da qualidade, eficiência e eficácia do sistema nacional de emprego e formação profissional.</i></p> | <p>(i) Adequação dos sistemas de ensino técnico e formação profissional aos contextos de mudança e desenvolvimento da actividade económica</p> <p>(ii) Valorização da mão-de-obra nacional em idade activa</p> <p>(iii) Descentralização e fomento da formação profissional por todo o território</p> | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de desemprego ▪ Taxa de colocações sobre procura de emprego ▪ Taxa de colocações sobre oferta de emprego ▪ N° de trabalhadores abrangidos por acções de formação profissional | <p>Entidade(s) Coordenadora(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social |
| 9. GOVERNAÇÃO | | | 218,5 MILHÕES DE USD | |

| OBJECTIVOS | METAS | INVESTIMENTOS | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---------------|---|--|
| 9.a <i>Reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial e da protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos, impor o cumprimento dos contratos e facilitar a resolução de disputas.</i> | <p>Justiça:</p> (i) Elaboração do Plano Estratégico da Reforça da Justiça e das bases metodológicas par a elaboração dos correspondentes Planos Operativos anuais; (ii) Elaboração de anteprojectos do Código Penal, Código Processual Penal, Código Civil e Código Processual Civil; (iii) Maior celeridade no funcionamento dos registos civil, predial e comercial, em particular na emissão do Bilhete de Identidade; (iv) Incremento no número de cidadãos angolanos que beneficiam do Patrocínio Judiciário; (v) Elaboração de uma compilação sobre o Direito Consuetudinário em Angola; (vi) Extensão do ensino permanente de Direito no interior do país; (vii) Melhoramento das condições de funcionamento das infra-estruturas judiciais e estabelecimentos prisionais; e (viii) Elaboração e implementação de projectos de arbitragem, mediação ou conciliação. <p>Administração Pública:</p> (i) Definição e delimitação dos níveis de competência e responsabilidade entre os órgãos administrativos centrais, provinciais e municipais; (ii) Extensão, normalização, racionalização e capacitação da Administração do Estado; (iii) Aperfeiçoamento dos procedimentos e simplificação e aligeiramento dos circuitos e mecanismos da Administração Pública, em especial dos serviços ligados às esferas económica e social; (iv) Institucionalização e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e colaboração dos cidadãos na formulação, execução e avaliação das políticas públicas; e <p>Desconcentração e Descentralização:</p> (i) Aumento da representatividade da mulher em cargos na Administração Local (aumento previsto de 30% até 2006); (ii) Constituição de Autarquias; (iii) Reforço da participação das instituições do poder local | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de cidadãos beneficiando de patrocínio judiciário ▪ Tempos de tramitação processual ▪ % da população com acesso a BI ▪ % de recém-nascidos registados ▪ Indicadores de género ▪ Nível de eliminação de desigualdade de género no acesso a serviços básicos (saúde e educação) | <p>Entidade(s)</p> <p>Coordenadora(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério da Justiça |
| 9.b <i>Reforma das instituições públicas para melhor responderem às necessidades do utente, através da simplificação de procedimentos burocráticos.</i> | | | | |
| 9.c <i>Desconcentração e descentralização da administração pública a níveis próximos da população.</i> | | | | |
| 9.d <i>Modernização dos sistemas de gestão das finanças públicas, introduzindo maior celeridade, rigor e transparência nos procedimentos.</i> | | | | |
| 9.e <i>Reestruturação do sistema de planeamento.</i> | | | | |

| OBJECTIVOS | METAS | INVESTIMENTOS | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO | OBSERVAÇÕES |
|--|---|---------------|--|---|
| 9.f <i>Reestruturação do sistema de gestão dos recursos humanos.</i> | e organizações da sociedade civil no desempenho de certas funções ao nível local; e (iv) Elaboração de legislação sobre finanças locais. Boa Governação: (i) Ratificação da Convenção da União Africana contra a Corrupção; (ii) Implementação da Alta Autoridade contra a Corrupção, com poderes próprios estabelecidos legalmente; (iii) Implementação do "Provedor de Justiça", com poderes próprios estabelecidos legalmente; (iv) Reforço da capacidade do Tribunal de Contas, de forma a intensificar a intervenção do Tribunal na apreciação das contas públicas; (v) Realização, de forma periódica, de auditorias financeiras às contas do Banco Nacional de Angola; (vi) Divulgação do Estudo Diagnóstico sobre o Sector Petrolífero; (vii) Publicação de legislação sobre conflitos de interesses; (viii) Publicação de nova legislação sobre crimes económicos, incluindo branqueamento de capitais; (ix) Publicação de nova legislação sobre processos de aquisição pelo Estado de bens e serviços; (x) Implementação de uma campanha de simplificação e desburocratização da administração pública, incluindo Guichets Únicos para atendimento ao cidadão e para criação de empresas; (xi) Disponibilização de informação actualizada, nomeadamente por via electrónica e "on-line", sobre a actividade do Estado; (xii) Publicação regular de informação económica e financeira, através da edição pelo INE de um Boletim Trimestral de Conjuntura. | | | |
| 10. GESTÃO MACROECONÓMICA | | | 57,9 MILHÕES DE USD | |
| 10.a <i>Estabilidade macroeconómica, assente essencialmente na desaceleração da inflação.</i> | (i) Taxa de Inflação abaixo dos 2 dígitos a partir de 2007. (ii) Estabilidade cambial. (iii) Redução do défice orçamental. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Défice orçamental % PIB ▪ Taxa de Inflação ▪ Evolução da taxa de câmbio ▪ Dívida externa % PIB ▪ Dívida pública % PIB ▪ Evolução da massa monetária (M₃) | Entidade(s) Coordenadora(s): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério das Finanças ▪ Ministério do Planeamento ▪ Banco Nacional de Angola |
| 10.b <i>Criação de condições para a realização de investimentos por parte da iniciativa privada (em particular os pequenos e médios agricultores e empresários), para o aumento da produção (agrícola e industrial) e para a criação de emprego.</i> | | | | |

Fonte: "Estratégia de Combate à Pobreza", Direcção de Estudos e Planeamento do Ministério do Planeamento da República de Angola

Anexo G - Estratégia da Cooperação Portuguesa - 1999 e 2005

Premissas Estratégicas da Cooperação Portuguesa – 1999

1999 > A COOPERAÇÃO PORTUGUESA NO LIMAR DO SÉCULO XXI - DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 43/99, 18 DE MAIO)

Princípios

- ✓ Respeito pela universalidade dos direitos humanos
- ✓ Responsabilidade e solidariedade internacionais
- ✓ Parceria com os países destinatários e concertação com os outros doadores
- ✓ Sustentabilidade do desenvolvimento e equidade na repartição dos benefícios
- ✓ Coerência com outras políticas que afectam os países destinatários

Objectivos

- ✓ Reforçar a democracia e o Estado de Direito
- ✓ Reduzir a pobreza, promovendo as condições económicas e sociais das populações mais desfavorecidas, bem como desenvolver as infra-estruturas necessárias ao nível da educação
- ✓ Estimular o crescimento económico, fortalecendo a iniciativa privada
- ✓ Promover o diálogo e a integração regionais
- ✓ Promover uma parceria europeia para o desenvolvimento humano

Concentração Geográfica

- ✓ África > África Subsahariana > PALOP
- ✓ Ásia > Macau e Timor
- ✓ América Latina > Brasil

Prioridades Sectoriais

- ✓ Formação, educação, cultura e património
 - ✓ Promoção da língua portuguesa
 - ✓ Saúde
 - ✓ Actividade produtiva e infra-estruturas
 - ✓ Sociedade e suas instituições
 - ✓ Segurança
 - ✓ Ajuda financeira
 - ✓ Ajuda humanitária de emergência
-

Visão para a Cooperação Portuguesa – 2005

2005 > UMA VISÃO PARA A COOPERAÇÃO PORTUGUESA (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº196/2005, 22 DE DEZEMBRO)

Missão da Cooperação Portuguesa

Contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito

Contexto Internacional para a Cooperação Portuguesa

- ✓ Parcerias internacionais orientadas para uma acção multilateral integrada, promovendo o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos
- ✓ Segurança e desenvolvimento como “duas faces da mesma moeda”

Princípios Orientadores

- ✓ Contribuir para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- ✓ Contribuir para o reforço da segurança humana, em particular em “Estados frágeis” ou em situações de pós-conflito
- ✓ Apoiar a lusofonia enquanto instrumento de escolaridade e formação
- ✓ Apoiar o desenvolvimento económico, numa óptica de sustentabilidade social e ambiental
- ✓ Participar mais activamente nos debates internacionais, em apoio ao princípio da convergência internacional em torno de objectivos comuns
- ✓ Aumentar os recursos em matéria de APD

Concentração Geográfica

PALOP e Timor-Leste, e respectivos espaços regionais

Prioridades Sectoriais

- ✓ Boa governação, participação e democracia
- ✓ Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza
- ✓ Protecção do ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais
- ✓ Incentivo ao desenvolvimento económico, ao desenvolvimento do sector privado, à formação e à geração de emprego
- ✓ Educação para o desenvolvimento

O enquadramento Multilateral

- ✓ Especial atenção a África, e em particular aos Países Menos Avançados, com vista à prossecução dos ODM
- ✓ Reforço do espaço lusófono
- ✓ Implementação de uma abordagem bi-multi
- ✓ Desenvolvimento de parcerias com agências das Nações Unidas, no quadro da UE, da OCDE e das Instituições Financeiras internacionais e regionais

Anexo H - Modelo de Relacionamento dos Actores de Cooperação Portugal - Angola

Modelo de Relacionamento dos Actores de Cooperação Portugal – Angola

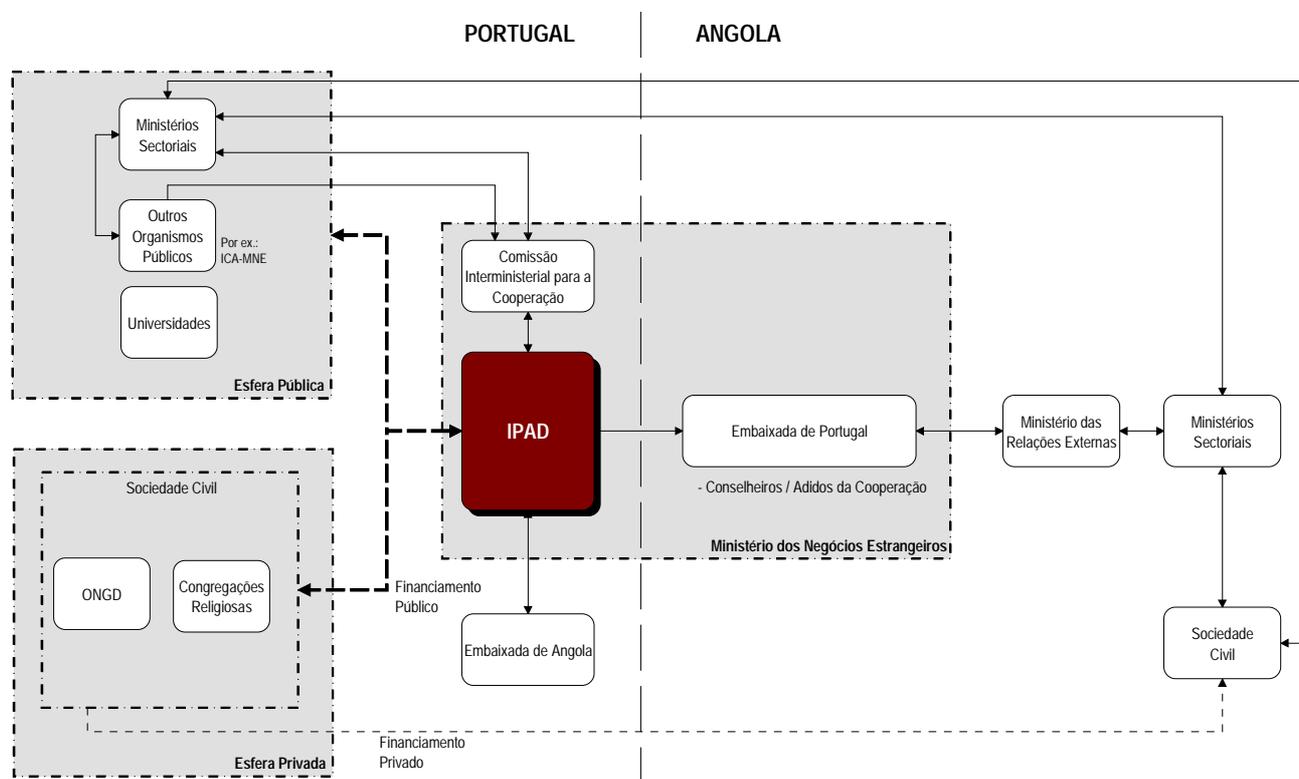


Figura 1

Legenda:

- Relações entre organismos / entidades decorrentes das fases de Programação, Planeamento e Acompanhamento dos projectos
- > Relações entre organismos / entidades no âmbito do financiamento público
-> Relações entre organismos / entidades no âmbito do financiamento privado

IPAD – PRINCIPAIS ARTICULAÇÕES EM PORTUGAL

| MNE | CIC | MINISTÉRIOS SECTORIAIS | SOCIEDADE CIVIL | EMBAIXADA DE ANGOLA |
|--|---|--|---|---|
| Definição das orientações estratégicas da cooperação, no âmbito da política externa portuguesa | Articulação no âmbito do planeamento e execução orçamental (a nível sectorial) da Cooperação Portuguesa ⁴⁹ | Especificação dos projectos a desenvolver, pelos Ministérios Sectoriais Interlocução com as entidades executoras dos projectos (portuguesas ou angolanas) | Gestão de projectos e iniciativas de cooperação (através de financiamento público e/ou privado) Interlocução directa com os beneficiários da cooperação (sociedade civil e agentes económicos) | Apoio na condução do processo de negociação dos PIC e PAC |

IPAD – PRINCIPAIS ARTICULAÇÕES EM ANGOLA

| EMBAIXADA DE PORTUGAL - CONSELHEIROS / ADIDOS DA COOPERAÇÃO | MIREX | MINISTÉRIOS E OUTROS ORGANISMOS ESTATAIS | SOCIEDADE CIVIL |
|--|---|--|--|
| Identificação do panorama económico-social dos países da cooperação Promoção e acompanhamento das iniciativas / projectos Interlocução com o MIREX e outras autoridades / entidades locais | Interlocução entre o IPAD / Embaixada de Portugal / MNE de Portugal Negociação dos PIC e PAC | Identificação do panorama económico-social do país e definição das necessidades de cooperação Interlocução directa com os Ministérios Sectoriais portugueses Interlocução com os beneficiários (sociedade civil) | Gestão de projectos e iniciativas de cooperação (através de financiamento público e/ou privado) Identificação do panorama económico-social do país e definição das necessidades de cooperação |

⁴⁹ Na prática, e regra geral, as entidades intervenientes entendem este órgão como local de comunicação das actividades a desenvolver ou desenvolvidas e não como uma instância onde são discutidas, articuladas e definidos objectivos e processos concertados para a implementação dessas actividades.

Anexo I - APD de Portugal em Angola

Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal 2002/2005

Valores em €

| | 2002 | % | 2003 | % | 2004 | % | 2005***** | % |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| APD BILATERAL, TOTAL | 197.443 | 100,0 | 161.494 | 100,0 | 702.446 | 100,0 | 171.153 | 100,0 |
| ANGOLA | 15.325 | 7,8 | 17.249 | 10,7 | 575.892 | 82,0 | 16.838 | 9,8 |
| CABO VERDE | 11.554 | 5,9 | 35.611 | 22,1 | 24.772 | 3,5 | 35.687 | 20,9 |
| GUINÉ-BISSAU | 7.051 | 3,6 | 7.304 | 4,5 | 9.767 | 1,4 | 9.954 | 5,8 |
| MOÇAMBIQUE | 25.367 | 12,8 | 16.920 | 10,5 | 19.516 | 2,8 | 18.117 | 10,6 |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | 13.806 | 7,0 | 9.856 | 6,1 | 10.299 | 1,5 | 7.916 | 4,6 |
| PALOP | 15.193 | 7,7 | 4.280 | 2,7 | 4.047 | 0,6 | 4.295 | 2,5 |
| TIMOR-LESTE | 80.485 | 40,8 | 37.781 | 23,4 | 20.568 | 2,9 | 27.900 | 16,3 |
| OUTROS PAÍSES | 28.662 | 14,5 | 32.492 | 20,1 | 37.585 | 5,4 | 50.446 | 29,5 |
| APD MULTILATERAL, TOTAL | 144.852 | 100,0 | 121.379 | 100,0 | 127.445 | 100,0 | 127.779 | 100,0 |
| 1. NAÇÕES UNIDAS | 11.489 | 7,9 | 7.139 | 5,9 | 8.270 | 6,5 | 8.394 | 6,6 |
| 1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões | 11.489 | 7,9 | 7.139 | 5,9 | 8.270 | 6,5 | 8.394 | 6,6 |
| 2. COMISSÃO EUROPEIA | 77.766 | 53,7 | 78.232 | 64,5 | 90.508 | 71,0 | 102.708 | 80,6 |
| 2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento | 64.642 | 44,6 | 60.966 | 50,2 | 63.708 | 50,0 | 76.600 | 60,1 |
| 2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento | 13.124 | 9,1 | 17.266 | 14,2 | 25.585 | 20,1 | 22.601 | 17,7 |
| 2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento | | | | | 1.215 | 1,0 | 3.507 | 2,8 |
| 3. FMI, BANCO MUNDIAL E OMC | 7.896 | 5,5 | 10.185 | 8,4 | 10.573 | 8,3 | 10.194 | 8,0 |
| 3.1. Grupo Banco Mundial | 7.298 | 5,0 | 9.590 | 7,9 | 9.990 | 7,8 | 9.590 | 7,5 |
| 3.2. Organização Mundial do Comércio | 598 | 0,4 | 595 | 0,5 | 583 | 0,5 | 604 | 0,5 |
| 4. BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO | 46.766 | 32,3 | 21.584 | 17,8 | 13.996 | 11,0 | 2.821 | 2,2 |
| 5. OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS | 935 | 0,6 | 4.239 | 3,5 | 4.097 | 3,2 | 3.662 | 2,9 |
| das quais: | | | | | | | | |
| GEF - Global Environment Facility | 0 | 0,0 | 2.134 | 1,8 | 1.103 | 0,9 | 1.103 | 0,9 |
| Protocolo de Montreal | 355 | 0,2 | 1.130 | 0,9 | | | 50 | 0,0 |
| CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries **** | | | | | 724 | 0,6 | 572 | 0,4 |
| APD TOTAL | 342.295 | | 282.873 | | 829.891 | | 298.932 | |
| PARA REFERÊNCIA | | | | | | | | |
| % APD/RNB*** | 0,27 | | 0,22 | | 0,63 | | 0,21 | |

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

Fonte: IPAD

**** CPLP adicionada à lista das organizações multilaterais em Junho de 2005. Aprovada a inclusão no Grupo de Trabalho de Estatística do CAD, Paris, 14-15 Junho 2005. Os montantes aqui incluídos respeitam às contribuições de carácter multilateral.

***** Valores preliminares.

Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portugal – Angola

Valores em €

| SECTORES | 2002 | % | 2003 | % | 2004 | % | 2005 ⁵⁰ | % |
|--|-------------------|--------------|-------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS | 12.356.630 | 80,6 | 15.320.249 | 88,8 | 9.815.913 | 1,7 | 13.123.122 | 77,9 |
| EDUCAÇÃO | 5.111.015 | 33,4 | 10.096.047 | 58,5 | 6.314.434 | 1,1 | 8.345.892 | 49,6 |
| SAÚDE | 1.047.354 | 6,8 | 257.736 | 1,5 | 133.910 | 0,0 | 385.029 | 2,3 |
| POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA | | | | | | | | |
| FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO | 10.004 | 0,1 | | | 178.479 | 0,0 | 929.863 | 5,5 |
| GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL | 1.717.384 | 11,2 | 1.809.871 | 10,5 | 655.288 | 0,1 | 703.915 | 4,2 |
| OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS | 4.470.873 | 29,2 | 3.156.595 | 18,3 | 2.533.802 | 0,4 | 2.758.423 | 16,4 |
| II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS | 1.082.532 | 7,1 | 414.284 | 2,4 | 1.323.523 | 0,2 | 826.908 | 4,9 |
| TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO | 135.514 | 0,9 | 1.898 | 0,0 | 3.122 | 0,0 | 1.500 | 0,0 |
| COMUNICAÇÕES | 119.114 | 0,8 | 36.199 | 0,2 | 318.685 | 0,1 | | |
| ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO | 549.392 | 3,6 | 269.896 | 1,6 | 909.460 | 0,2 | 788.426 | 4,7 |
| BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS | 89.808 | 0,6 | 47.140 | 0,3 | 30.569 | 0,0 | 36.982 | 0,2 |
| NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS | 188.704 | 1,2 | 59.151 | 0,3 | 61.687 | 0,0 | | |
| III - SECTORES DE PRODUÇÃO | 251.143 | 1,6 | 242.252 | 1,4 | 325.702 | 0,1 | 631.094 | 3,7 |
| AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS | 170.864 | 1,1 | 140.891 | 0,8 | 97.633 | 0,0 | 227.664 | 1,4 |
| AGRICULTURA | 168.239 | 1,1 | 107.704 | 0,6 | 73.771 | 0,0 | 203.802 | 1,2 |
| SILVICULTURA | | | 33.187 | 0,2 | 23.862 | 0,0 | 23.862 | 0,1 |
| PESCAS | 2.625 | 0,0 | | | | | | |
| INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO | 59.688 | 0,4 | 88.861 | 0,5 | 202.304 | 0,0 | 396.030 | 2,4 |
| INDÚSTRIA | 59.688 | 0,4 | | | 32.136 | 0,0 | 835 | 0,0 |
| INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS) | | | 4.369 | 0,0 | | | 38.630 | 0,2 |
| CONSTRUÇÃO | | | 84.492 | 0,5 | 170.168 | 0,0 | 356.565 | 2,1 |
| COMÉRCIO E TURISMO | 20.591 | 0,1 | 12.500 | 0,1 | 25.765 | 0,0 | 7.400 | 0,0 |
| COMÉRCIO | 9.000 | 0,1 | 12.500 | 0,1 | 25.765 | 0,0 | 7.400 | 0,0 |
| TURISMO | 11.591 | 0,1 | | | | | | |
| IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL | 219.278 | 1,4 | 660.847 | 3,8 | 882.186 | 0,2 | 567.496 | 3,4 |
| V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS | | | | | | | | |
| VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA | | | | | 561.708.319 | 97,5 | | |
| VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA | 497.876 | 3,2 | 188.836 | 1,1 | 826.631 | 0,1 | 455.267 | 2,7 |
| VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES | 32.351 | 0,2 | 107.391 | 0,6 | 100.768 | 0,0 | 139.528 | 0,8 |
| IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS | 855.546 | 5,6 | 167.555 | 1,0 | 908.889 | 0,2 | 1.094.387 | 6,5 |
| X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO | 29.366 | 0,2 | 148.021 | 0,9 | | | | |
| TOTAL BILATERAL | 15.324.722 | 100,0 | 17.249.435 | 100,0 | 575.891.931 | 100,0 | 16.837.802 | 100,0 |

Fonte: IPAD

⁵⁰ Os dados de 2005 são preliminares.

Anexo J - Doadores de APD em Angola

Evolução da APD em Angola

Valores em Milhões de Dólares

| PAÍSES/ENTIDADES | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Australia | 0,9 | - | - | - | - |
| Austria | 0,36 | 0,04 | 0,23 | 0,24 | 0,15 |
| Belgium | 1,34 | 1,66 | 1,34 | 2,76 | 2,45 |
| Canada | 3,64 | 2,32 | 2,63 | 5,57 | 4,82 |
| Denmark | 7,67 | 2,98 | 0,97 | 0,61 | 0,12 |
| Finland | 1,29 | 2,04 | 3,16 | 3,89 | 4,6 |
| France | 7,7 | 5,94 | 9,85 | 14,26 | 21,88 |
| Germany | 11,32 | 9,94 | 16,48 | 13,46 | 12,95 |
| Ireland | 1,67 | 1,93 | 3,23 | 6,51 | 4,09 |
| Italy | 7,23 | 11,89 | 7,07 | 28,07 | 8,41 |
| Japan | 21,47 | 20,71 | 27,21 | 33,1 | 25,47 |
| Luxembourg | 0,48 | 0,44 | 0,7 | 0,11 | 0,23 |
| Netherlands | 11,65 | 20,49 | 27,67 | 21,08 | 19,55 |
| New Zealand | - | - | - | 0,38 | - |
| Norway | 16,59 | 17,47 | 22,2 | 24,23 | 24,76 |
| Portugal | 13,35 | 11,87 | 14,44 | 19,49 | 715,48 |
| Spain | 16,21 | 10,21 | 13,35 | 10,84 | 9,27 |
| Sweden | 17,12 | 13,37 | 14,12 | 13,96 | 17,3 |
| Switzerland | 3,49 | 4,32 | 5,91 | 6,9 | 7,1 |
| United Kingdom | 8,27 | 7,86 | 10,23 | 13,78 | 15,08 |
| United States | 37,31 | 33,95 | 105,61 | 152,91 | 121,29 |
| Arab Agencies | -4,29 | -2,39 | -0,08 | -0,09 | 0,08 |
| Czech Republic | - | - | 0,02 | 0,33 | 0,26 |
| Korea | 8,61 | 1,04 | - | - | - |
| Poland | 0,03 | 0,06 | - | 0,04 | 0,06 |
| Slovak Republic | - | - | - | 0,02 | 0,02 |
| Arab Countries | -2,58 | -2,09 | -1,55 | -1,64 | -2,71 |
| AfDF | -1,46 | -0,06 | -0,28 | -0,14 | 0,67 |
| EC | 36,85 | 60,46 | 62,38 | 67,63 | 76,68 |
| IDA | 23,71 | 10,83 | 17,92 | 1,27 | 15,97 |
| IFAD | 1,07 | 1,33 | 0,95 | 2,66 | 3,95 |
| UNDP | 2,03 | 0,98 | 1,71 | 3,81 | 3,71 |
| UNTA | 1,98 | 1,45 | 2,71 | 3,42 | 2,32 |
| UNICEF | 4,41 | 7,21 | 5,31 | 10,34 | 5,18 |
| UNHCR | 3,08 | 2,45 | 5,73 | 3,33 | 6,26 |
| WFP | 38,36 | 20,21 | 30,26 | 28,12 | 14,37 |
| Other UN | 4,46 | 5,87 | 7,34 | 3,72 | 0,12 |
| UNFPA | 1,31 | 1,73 | 2,44 | 1,97 | 2,08 |
| Other Bilateral Donors | 0,04 | 0,08 | 0,11 | 0,15 | 0,05 |
| ALL Donors, Total | 306,67 | 288,59 | 421,37 | 497,09 | 1144,07 |

 Fonte: OCDE (<http://www.oecd.org/>)

Ranking de Doadores - APD em Angola

Valores em Milhões de Dólares

| Ranking | Países/Entidades | 2003 |
|---------|------------------------|--------------|
| 1 | United States | 152,91 |
| 2 | EC | 67,63 |
| 3 | Japan | 33,10 |
| 4 | WFP | 28,12 |
| 5 | Italy | 28,07 |
| 6 | Norway | 24,23 |
| 7 | Netherlands | 21,08 |
| 8 | Portugal | 19,49 |
| 9 | France | 14,26 |
| 10 | Sweden | 13,96 |
| 11 | United Kingdom | 13,78 |
| 12 | Germany | 13,46 |
| 13 | Spain | 10,84 |
| 14 | UNICEF | 10,34 |
| 15 | Switzerland | 6,90 |
| 16 | Ireland | 6,51 |
| 17 | Canada | 5,57 |
| 18 | Finland | 3,89 |
| 19 | UNDP | 3,81 |
| 20 | Other UN | 3,72 |
| 21 | UNTA | 3,42 |
| 22 | UNHCR | 3,33 |
| 23 | Belgium | 2,76 |
| 24 | IFAD | 2,66 |
| 25 | UNFPA | 1,97 |
| 26 | IDA | 1,27 |
| 27 | Denmark | 0,61 |
| 28 | New Zealand | 0,38 |
| 29 | Czech Republic | 0,33 |
| 30 | Austria | 0,24 |
| 31 | Other Bilateral Donors | 0,15 |
| 32 | Luxembourg | 0,11 |
| 33 | Poland | 0,04 |
| 34 | Slovak Republic | 0,02 |
| 35 | Australia | 0,00 |
| 36 | Arab Agencies | -0,09 |
| 37 | AfDF | -0,14 |
| 38 | Arab Countries | -1,64 |

| Ranking | Países/Entidades | 2004 |
|---------|------------------------|---------------|
| 1 | Portugal | 715,48 |
| 2 | United States | 121,29 |
| 3 | EC | 76,68 |
| 4 | Japan | 25,47 |
| 5 | Norway | 24,76 |
| 6 | France | 21,88 |
| 7 | Netherlands | 19,55 |
| 8 | Sweden | 17,30 |
| 9 | IDA | 15,97 |
| 10 | United Kingdom | 15,08 |
| 11 | WFP | 14,37 |
| 12 | Germany | 12,95 |
| 13 | Spain | 9,27 |
| 14 | Italy | 8,41 |
| 15 | Switzerland | 7,10 |
| 16 | UNHCR | 6,26 |
| 17 | UNICEF | 5,18 |
| 18 | Canada | 4,82 |
| 19 | Finland | 4,60 |
| 20 | Ireland | 4,09 |
| 21 | IFAD | 3,95 |
| 22 | UNDP | 3,71 |
| 23 | Belgium | 2,45 |
| 24 | UNTA | 2,32 |
| 25 | UNFPA | 2,08 |
| 26 | AfDF | 0,67 |
| 27 | Czech Republic | 0,26 |
| 28 | Luxembourg | 0,23 |
| 29 | Austria | 0,15 |
| 30 | Denmark | 0,12 |
| 31 | Other UN | 0,12 |
| 32 | Arab Agencies | 0,08 |
| 33 | Poland | 0,06 |
| 34 | Other Bilateral Donors | 0,05 |
| 35 | Slovak Republic | 0,02 |
| 36 | Australia | 0,00 |
| 37 | New Zealand | 0,00 |
| 38 | Arab Countries | -2,71 |

 Fonte: OCDE (<http://www.oecd.org/>)

Áreas de Intervenção da Cooperação dos EUA em Angola

| PAÍSES | ÁREAS DE INTERVENÇÃO |
|---|--|
| <p>Estados Unidos da América (USAID)</p> <p>http://www.usaid.gov/</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola⁵¹, com uma contribuição a rondar os 106 e 26 milhões de dólares em 2003 e 2004, respectivamente. <u>Objectivo:</u> Desenvolvimento do sector agrícola, para incremento da produtividade agrícola e para criação de condições que permitam a transição da fase de ajuda alimentar para uma estratégia interna de desenvolvimento a longo prazo. 2. Democracia e Governação, com uma contribuição prevista de cerca de 5 e 4 milhões de dólares em 2003 e de 2004, respectivamente. <u>Objectivo:</u> Reforço das estruturas necessárias para boa governação, com promoção de coligações entre a sociedade civil, uma imprensa independente, transparência e responsabilização, e apoio à realização do processo eleitoral. 3. Saúde Materna e Infantil, com uma contribuição prevista de cerca de 8 e 10 milhões de dólares em 2003 e 2004, respectivamente. <u>Objectivo:</u> Melhoria da saúde materna e infantil e dos serviços de saúde, e combate à propagação do vírus HIV/SIDA. 4. Reforma da Política Económica, com uma contribuição prevista de cerca de 0,5 milhões de dólares em 2004. <u>Objectivo:</u> Reforma da política económica, desenvolvimento de serviços de gestão, e acesso ao crédito pelas pequenas empresas. Promove, também, a formação para melhoria da governação económica, reforço institucional e promoção do crescimento económico. |

⁵¹ Inclui o programa P.L. 480 Title II (*food commodities*).

Anexo K - Modelo de Acompanhamento dos Planos Anuais de Cooperação e Projectos

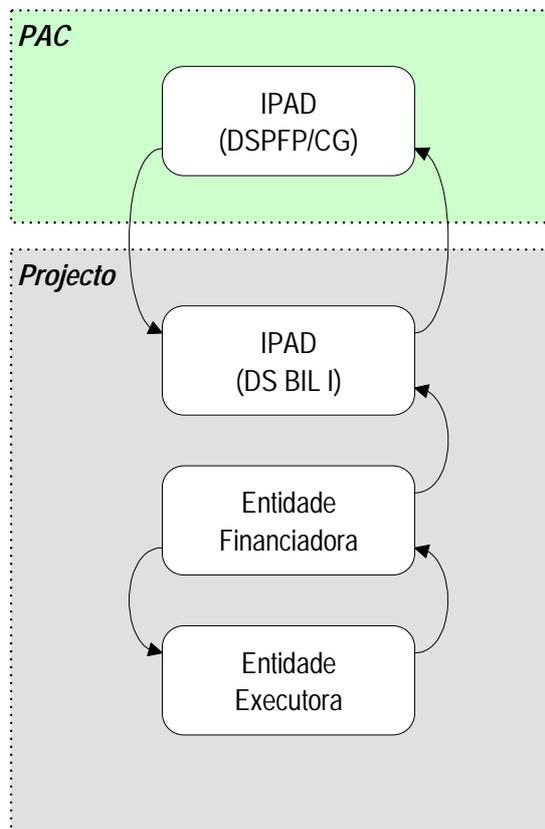
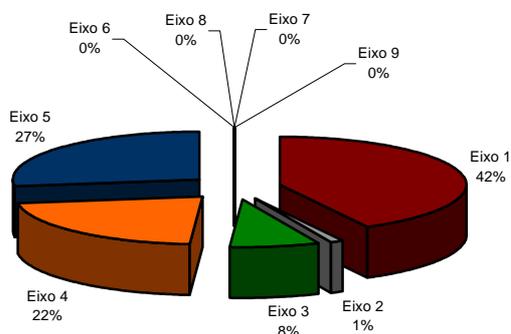


Figura 2: Modelo de Acompanhamento dos PAC e Projectos - Angola
 Fonte: BDO, com base no levantamento de dados realizado no IPAD

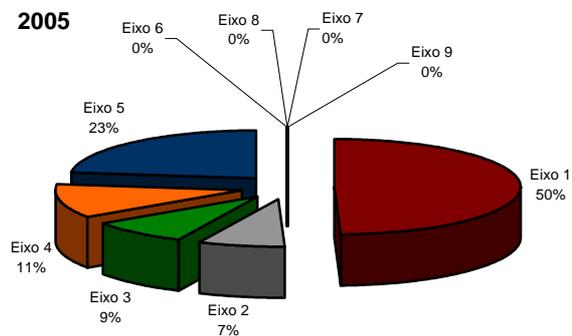
Legenda:
 DS PFP/CG: Direcção de Planeamento Financeiro e Programação / Coordenação Geográfica
 DS BIL I: Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais I (Angola)
 → Reporte de informação

Anexo L - Composição dos Eixos dos PAC 2004-2006 (valores orçamentados)

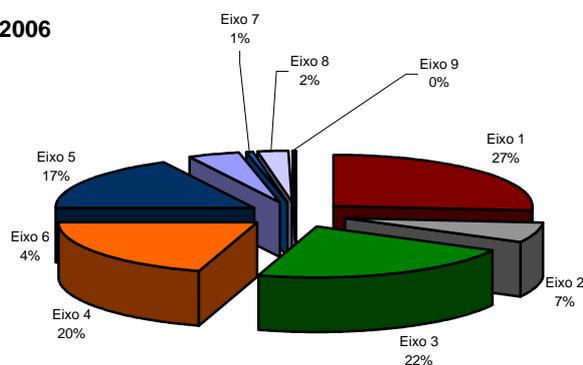
2004



2005



2006



Legenda:

- Eixo 1: Educação
- Eixo 2: Saúde
- Eixo 3: Capacitação Institucional
- Eixo 4: Reinserção Social e Promoção do Emprego
- Eixo 5: Programas Complementares de Apoio
- Eixo 6: Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais
- Eixo 7: *Clusters*
- Eixo 8: Global Development Learning Network - Núcleo Angola
- Eixo 9: Fundo para Pequenos Projectos

Gráfico 5: Composição dos Eixos dos PAC 2004-2006 (valores orçamentados)

Fonte: IPAD

Tendo em consideração que o critério de enquadramento por eixo de intervenção de alguns dos projectos (contemplados em PAC) revelou-se diferenciado ao longo do triénio, foi necessário proceder à reclassificação dos mesmos, por forma a garantir a comparabilidade da informação. Neste sentido, a versão adoptada pela equipa de avaliação teve por base a classificação constante no PAC de 2005, com as respectivas adaptações de acordo com os PAC de 2004 e 2006, espelhadas na seguinte tabela.

| DESIGNAÇÃO DO PROJECTO | VERSÃO BDO | | FICHEIRO 2004 | | FICHEIRO 2006 | |
|---|-----------------|--|--------------------|---|-----------------|-----------------------------------|
| | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO |
| 1. EDUCAÇÃO | | | | | | |
| Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN) | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> |
| Apoio a diversas Instituições Universitárias (UAN e Instituto Superior de Ciências Educativas) | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Rede de Docência (permanência de 4 leitores/formadores em Luanda, Benguela e Lubango) | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Centro de Língua Portuguesa na UAN | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Construção da 3.ª Escola Pública no Kilamba Kiaxi | <i>Educação</i> | <i>Ensino Básico e Secundário</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | <i>Educação</i> | <i>Ensino Básico e Secundário</i> |
| Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda | <i>Educação</i> | <i>Ensino Básico e Secundário</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Apoio ao ensino público angolano - Proseguimento da construção da 2ª escola | <i>Educação</i> | <i>Ensino Básico e Secundário</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Formação de Formadores de Língua Portuguesa e Formação de Formadores em técnicas de expressão artística | <i>Educação</i> | <i>Formação</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Formação em Tecnologias de Informação e Comunicação, em Tecnologias Educativas e sua aplicação nas estatísticas educacionais e em Análise e Tratamento de Dados | <i>Educação</i> | <i>Formação</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Formação em Avaliação das Aprendizagens e Avaliação Educacional e Formação em Docimologia | <i>Educação</i> | <i>Formação</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Bolsas de Estudo em Portugal | <i>Educação</i> | <i>Outras Intervenções</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> |
| Bolsas de Estudo Internas | <i>Educação</i> | <i>Outras Intervenções</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> |
| Acompanhamento | <i>Educação</i> | <i>Outras Intervenções</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Curso de Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais - Huila | <i>Educação</i> | <i>Outras Intervenções</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de Educação</i> | | |
| Bolsas de Formação Profissional | <i>Educação</i> | <i>Outras Intervenções</i> | | | <i>Educação</i> | <i>Ensino Superior</i> |
| 2. SAÚDE | | | | | | |
| Apoio ao Hospital Neves Bendinha - Unidade de | <i>Saúde</i> | <i>Promoção das Condições de Saúde</i> | <i>Área Social</i> | <i>Promoção das Condições de</i> | | |

| DESIGNAÇÃO DO PROJECTO | VERSÃO BDO | | FICHEIRO 2004 | | FICHEIRO 2006 | |
|--|---------------------------|---------------------------------|--|---------------------------------|---------------------------|---|
| | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO |
| Queimados e Cirurgia Reconstructiva | | | | Saúde | | |
| Apoio ao Hospital Pediátrico de Luanda | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Prestação de Cuidados Médicos em Portugal | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | Área Social | Promoção das Condições de Saúde | Saúde | n.a. |
| Apoio fisiátrico às crianças vítimas da guerra | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | Área Social | Promoção das Condições de Saúde | | |
| Programa de reforço de capacidades nas áreas da Saúde Pública, Gestão em Saúde, Clínica Geral, Saúde mental, Enfermagem e Controlo das Doenças Infecciosas | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Apoio à escola Técnica Profissional de Saúde de Luanda | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Projecto de Apoio à Maternidade Central na Área do HIV/SIDA - Transmissão Vertical | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Projecto de capacitação de recursos na Saúde no combate a endemias | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Projectos a designar | Saúde | Promoção das Condições de Saúde | | | Saúde | n.a. |
| Apoio à Reorganização dos Serviços de Saúde em Angola | Saúde | Reforço Institucional | Área Social | Promoção das Condições de Saúde | | |
| 3. CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL | | | | | | |
| Programa de Cooperação no Domínio da Estatística - Assistência Técnica ao INE de Angola | Capacitação Institucional | Estatística | Reforço Institucional | Estatística | Capacitação Institucional | Planeamento |
| Cooperação entre o Instituto de Medicina Legal e a Direcção Nacional de Investigação Criminal de Angola (DNIC) | Capacitação Institucional | Administração Interna | Reforço Institucional | Justiça | | |
| Apoio ao processo eleitoral | Capacitação Institucional | Administração Interna | Reforço Institucional | Administração Eleitoral | Capacitação Institucional | Administração Territorial |
| Reforço Institucional do MAPESS | Capacitação Institucional | Emprego e Segurança Social | | | Capacitação Institucional | Administração Pública, Emprego e Segurança Social |
| Formação de Magistrados - XXIII e XXIV Cursos do CEJ/Portugal | Capacitação Institucional | Justiça | Formação / Valorização de Recursos Humanos | Justiça | | |
| Formação de quadros e apoio à estruturação orgânica e funcional da Direcção Nacional de Investigação Criminal | Capacitação Institucional | Justiça | Formação / Valorização de Recursos Humanos | Justiça | | |
| XXII Curso de formação de Magistrados | Capacitação Institucional | Justiça | Formação / Valorização de Recursos Humanos | Justiça | | |

| DESIGNAÇÃO DO PROJECTO | VERSÃO BDO | | FICHEIRO 2004 | | FICHEIRO 2006 | |
|---|--|--|---|--|---|--|
| | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO |
| Assistência Técnica aos serviços do MINARS / Apoio aos Serviços do Ministério (MINARS) | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Assistência e Reinserção Social</i> | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Reinserção Social</i> | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Reinserção Social</i> |
| Assistência Técnica aos serviços do MAPESS / Apoio aos Serviços do Ministério (MAPESS) | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Emprego e Segurança Social</i> | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Emprego e Formação Profissional</i> | | |
| Formação de Conservadores e Notários | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Justiça</i> | <i>Formação / Valorização de Recursos Humanos</i> | <i>Justiça</i> | | |
| 4. REINserÇÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DO EMPREGO | | | | | | |
| Centro de Formação de Quadros de Electricidade Hoji Ya Henda (Viana) | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Emprego e Formação Profissional</i> | <i>Formação / Valorização de Recursos Humanos</i> | <i>Energia e Águas</i> | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Emprego e Formação Profissional</i> |
| Apoio técnico no âmbito agrícola na Província de Moxico (Luena) | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Emprego e Formação Profissional</i> | | | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>n.a.</i> |
| Programa Solidário / Reabilitação e Reinserção Social de jovens de rua em Benguela | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Emprego e Formação Profissional</i> | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>n.a.</i> | | |
| Assistência Técnica no âmbito da actividade dos Bancos Centrais | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Bancos e Serviços Financeiros</i> | <i>Formação / Valorização de Recursos Humanos</i> | <i>Bancos e Serviços Financeiros</i> | | |
| Formação de Jornalistas Angolanos | <i>Reinserção Social e Promoção do Emprego</i> | <i>Comunicação Social</i> | <i>Formação / Valorização de Recursos Humanos</i> | <i>Comunicação Social</i> | | |
| 5. PROGRAMAS COMPLEMENTARES DE APOIO | | | | | | |
| Electrificação do Polo Industrial de Viana (continuação) | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Energia e Águas</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Energia e Águas</i> | | |
| Assistência Técnica à EPAL, EP | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Energia e Águas</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Energia e Águas</i> | | |
| Projecto de reestruturação e expansão da rede de fontanários de Luanda AdPI | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Energia e Águas</i> | | | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Energia e Águas</i> |
| Projecto de captação de água e execução de estruturas envolventes para o abastecimento de povoações do Kwanza Sul | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Energia e Águas</i> | | | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Energia e Águas</i> |
| Apoio à Publicação de Cartas Geológicas de Angola (continuação) | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Geologia e Minas</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Geologia e Minas</i> | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Geologia</i> |
| | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Geologia e Minas</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Geologia e Minas</i> | | |
| Fundos Documentais - Apoio à Biblioteca do Instituto Médio Industrial de Benguela (IIª Fase) | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Fundos Documentais - Apoio à Biblioteca Central da UAN (IIª | <i>Programas Complementares de</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |

| DESIGNAÇÃO DO PROJECTO | VERSÃO BDO | | FICHEIRO 2004 | | FICHEIRO 2006 | |
|--|--|---|------------------------------------|---|---|-----------------------------------|
| | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO |
| Fase) | <i>Apoio</i> | | | | | |
| Apoio na criação das bibliotecas infantis provinciais | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Feira do Livro Português | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Apoio à reabilitação da Igreja de N. Senhora do Carmo | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Apoio à Escola Nacional de Artes Visuais | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Centro Cultural Português | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Projecto de Férias em Português | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cultura</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Cultura</i> | | |
| Cooperação Técnico Militar | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Cooperação Técnico Militar</i> | | | <i>Capacitação Institucional</i> | <i>Cooperação Técnico Militar</i> |
| Publicação da Carta Generalizada dos Solos de Angola | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2005</i> | | | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>n.a.</i> |
| Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2004 | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2004</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2004</i> | | |
| Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2006 | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2006</i> | | | <i>Outras Intervenções identificadas mas requerendo análise, com possibilidade de virem a ser desenvolvidas durante o ano de 2006</i> | <i>n.a.</i> |
| Cooperantes | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | | |
| Projecto Nova Pesca | <i>Programas Complementares de Apoio</i> | <i>Pescas</i> | <i>Outras Áreas de Intervenção</i> | <i>Pescas</i> | | |
| 6. AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E | | | | | | |

| DESIGNAÇÃO DO PROJECTO | VERSÃO BDO | | FICHEIRO 2004 | | FICHEIRO 2006 | |
|---|---|--------------------|---------------|----------|---|-------------|
| | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO | EIXO | SUB EIXO |
| RECURSOS NATURAIS | | | | | | |
| Projecto de Apoio Institucional ao Instituto de Investigação Agronómica (IAA) | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>Agricultura</i> | | | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>n.a.</i> |
| Projecto de Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>Agricultura</i> | | | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>n.a.</i> |
| Projecto de apoio à melhoria dos métodos de armazenamento tradicional em Angola | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>Agricultura</i> | | | <i>Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais</i> | <i>n.a.</i> |
| 7. CLUSTER | | | | | | |
| Identificação e Preparação do Programa | <i>Cluster</i> | <i>Cluster</i> | | | <i>Cluster</i> | <i>n.a.</i> |
| 8. GLOBAL DEVELOPMENT LEARNING NETWORK - NÚCLEO ANGOLA | <i>Global Development Learning Network - Núcleo Angola</i> | <i>n.a.</i> | | | <i>Global Development Learning Network - Núcleo Angola</i> | <i>n.a.</i> |
| 9. FUNDO PARA PEQUENOS PROJECTOS | <i>Fundo para Pequenos Projectos</i> | <i>n.a.</i> | | | <i>Fundo para Pequenos Projectos</i> | <i>n.a.</i> |

n.a. - não aplicável